

UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACULDADE DE DIREITO

Programa de Pós-Graduação em Direito - Especialidade em Ciências Histórico-Jurídicas



Tattiane Deslandes Mafra de Ávila Carvalho

ESCRAVIDÃO EM DIAMANTINA
OS ESCRAVOS NA MINERAÇÃO DO DIAMANTE E SUA BUSCA PELA
LIBERDADE

Lisboa

2019

Tattiane Deslandes Mafra de Ávila Carvalho

ESCRavidÃO EM DIAMANTINA
OS ESCRAVOS NA MINERAÇÃO DO DIAMANTE E SUA BUSCA PELA
LIBERDADE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito – Especialidade de Ciências Histórico-Jurídicas da Universidade de Lisboa, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Direito.

Orientador: Profa. Dra. Margarida Pires Seixas

Área de concentração: Ciências Histórico-Jurídicas

Lisboa
2019

Tattiane Deslandes Mafra de Ávila Carvalho

ESCRAVIDÃO EM DIAMANTINA
OS ESCRAVOS NA MINERAÇÃO DO DIAMANTE E SUA BUSCA PELA
LIBERDADE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito – Especialidade de Ciências Histórico-Jurídicas da Universidade de Lisboa, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Direito.

Orientador: Profa. Doutora. Margarida Pires Seixas

Área de concentração: Ciências Histórico-Jurídicas

Profa. Doutora Margarida Pires Seixas – Faculdade de Lisboa (Orientador)

Prof. Doutor – Faculdade de Lisboa (Júri Examinador)

Prof. Doutor – Faculdade de Lisboa (Júri Examinador)

Lisboa
2019

Para a Lulú, minha querida e saudosa irmã negra, com a esperança de que um dia nos reencontraremos em um lugar perfeito, onde todos serão iguais, sem qualquer distinção de raça, nem de cor de pele.

AGRADECIMENTOS

Concluir este trabalho me traz um misto de emoções difícil de explicar. Sonhei com o dia em que escreveria a última palavra deste estudo e hoje me vejo desejosa de continuar pesquisando e aprendendo ainda mais sobre o tema da escravidão nas minhas amadas terras mineiras. É um grande privilégio poder estudar e adquirir conhecimento, o que enriquece as nossas vidas, alargando nossas fronteiras, mudando nossos pensamentos e concepções.

Agradeço então a Deus, que me capacitou em todos os momentos dessa jornada. A Ele eu rendo toda a honra e glória que Lhe é devida, pois sem Suas mãos a me ajudar, nada disso seria possível.

À Professora Margarida Seixas, minha orientadora neste trabalho, agradeço pela paciência, dedicação e disponibilidade. Sua sabedoria e conhecimento demonstrados através de críticas e sugestões foram fundamentais para o aprimoramento dessa dissertação.

Ao meu grande amor e companheiro nesta vida, Wallace, obrigada. Obrigada mil vezes por não me deixar desistir, por acreditar em mim e se alegrar com minhas conquistas. Seu incentivo e suas cobranças fizeram esse sonho se concretizar e eu te amo por isso.

Ao meu menino Antônio Lisboa, tudo é pra você, meu filho. Você é minha inspiração, minha alegria e meu renovo todos os dias. É por você que desejo um mundo melhor, onde a raça e a cor da pele não sejam mais motivo de segregação entre os povos.

Aos meus pais, por tudo o que fizeram e fazem por mim, pelo amor incondicional. Obrigada por acreditarem nos meus sonhos e por me ajudarem a seguir em frente quando parecia impossível. Lilly, sem você e a sua boa palavra eu não teria chegado até aqui. Obrigada pela companhia nesta jornada. Gú, meu irmão, obrigada por nunca desistir de mim.

Agradeço ao meu sogro Fernando, por tornar a inscrição no mestrado possível e pelas palavras de sabedoria. À minha sogra Nininha, pelo incentivo e por me lembrar da importância dessa conquista.

À vovó Lêda e às minhas tias, agradeço pelas orações constantes, que renovaram as minhas forças. Anne, minha irmã querida, que sempre acreditou na minha capacidade, obrigada.

Aos amigos que fiz na Faculdade de Direito de Lisboa, agradeço pela ajuda. Manel e Zuzú, obrigada por cuidarem de mim quando eu mais precisei. Lícia, obrigada por ser minha amiga e mãe em tantas situações. Eulália, Tati e Raimundo, obrigada pelos inúmeros favores junto à Secretaria da Faculdade. Amanda, obrigada por tudo e por tanto! Aos professores

Doutor Eduardo Vera Cruz, Doutor Duarte Nogueira e António Pedro Barbas Homem, obrigada pela sabedoria compartilhada. E aos muitos funcionários da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, que me ajudaram, de alguma forma.

RESUMO

Esta pesquisa tem o objetivo de descrever o escravismo no contexto da mineração dos diamantes na região da Demarcação Diamantina, em Minas Gerais, compreendendo o período de 1729 – ano da descoberta oficial das pedras preciosas – a 1808, quando tem início a crise da Real Extração, diminuindo o número de escravos empregados nos serviços de mineração. O estudo se concentra na análise da legislação vigente na época, ressaltando o Regimento Diamantino, que estabeleceu a extração dos diamantes a cargo da Real Fazenda. Procura-se analisar o trabalho dos escravos nas minas, sua condição de vida e saúde, bem como os castigos a eles impostos. Ademais, são descritas as formas de resistência que os escravos encontraram na luta contra o sistema escravista, em busca da conquista de sua liberdade. Por fim, o trabalho apresenta os diversos tipos de alforria e os mais usados na região diamantífera.

Palavras-chave: Diamantina. Mineração. Legislação. Escravos. Liberdade.

ABSTRACT

This research aims to describe slavery in the context of diamond mining in the Diamond Demarcation region of Minas Gerais, including the period from 1729 - the year of the official discovery of precious stones - to 1808, when the Real Extraction crisis began, reducing the number of slaves employed in mining services. The study focuses on the analysis of the legislation in force at the time, highlighting the Diamantino Regiment, which established the extraction of diamonds by Real Estate. It seeks to analyze the work of the slaves in the mines, their condition of life and health, as well as the punishments imposed on them. In addition, the forms of resistance that the slaves found in the struggle against the slave system in search of the conquest of their freedom are described. Finally, the work presents the various types of manumission and the most used in the diamond region.

Keywords: Diamantina. Mining. Legislation. Slaves. Freedom.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - População da Capitania de Minas Gerais em 1776.....	54
Quadro 2 - Ocupação.....	106

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AHU - Arquivo Histórico Ultramarino

ANRJ – Arquivo Nacional do Rio de Janeiro

APM - Arquivo Público Mineiro

SC - Seção Colonial

BAT - Biblioteca Antônio Torres

BNLMS - Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Secção de Manuscritos

RAPM - Revista do Arquivo Público Mineiro

SUMÁRIO

Introdução	9
Capítulo 1 – Legislação Mineral: do descobrimento do diamante à regulamentação de sua exploração.....	13
1.1 Período da Livre Extração	13
1.2 Sistema de contratos	20
1.3 Regimento Diamantino – Período da Real Extração	27
1.3.1 Contexto histórico e implementação da Real Extração	27
1.3.1.1 O escravo no Regimento Diamantino	38
1.3.2 Traços gerais da Administração Diamantífera e o desenvolvimento de sua sociedade no período da Real Extração.....	41
Capítulo 2 – Escravidão em Diamantina	52
2.1 O trabalho escravo nas lavras de diamantes	52
2.2 Os castigos impostos aos escravos e seus aspectos legais.....	75
2.3 Revolta e resistência dos escravos: perseguição aos negros e a formação dos quilombos	88
Capítulo 3 – O Regime Jurídico da Escravidão no Brasil no Séc. XVIII e as formas de aquisição da liberdade.....	99
3.1 Da despersonalização do escravo à formação de sua consciência política.....	99
3.2 De escravos a libertos: a aquisição da liberdade na região das Minas	111
3.3 As formas de aquisição da liberdade	118
4 Conclusão	124
Referências Bibliográficas.....	127

Introdução

“Mas se a liberdade é tão querida e gloriosa para uma nação, não o deve ser também para um homem? Que é a liberdade de uma nação, senão a independência dos indivíduos que a compõem? Que é a liberdade para George Harris, que temos ante os olhos com os braços cruzados sobre o peito, largo e grande, o olhar chamejante, e as faces coloridas pelo sangue africano? Aos olhos de vossos pais, a liberdade era o direito de construir uma nacionalidade. Para George, era o direito de ser homem, de não se assemelhar a um animal, de chamar ‘sua mulher’ à companheira que o seu coração escolhera, e protegê-la contra a violência; era o direito de educar o filho, de ter um lar, uma religião, um caráter independente da vontade de outrem.”

Harriet Beecher Stowe, *A Cabana do Pai Tomás*¹

A dissertação ora apresentada é resultado do interesse sobre o tema da escravidão africana no Brasil, que permeou nosso imaginário por toda a vida, com base nas histórias reproduzidas pelas mídias culturais nacionais e internacionais ao longo dos anos. A abordagem da escravidão negra em Minas Gerais, se deve ao fato de que é neste estado brasileiro que se encontram as nossas raízes históricas pessoais. O estudo foi direcionado para a região de Diamantina, por se tratar de um local onde os escravos negros exerceram papel indispensável para o desenvolvimento da exploração dos diamantes ao longo do século XVIII e início do século XIX.

O marco temporal do presente trabalho compreende o período que se inicia no ano de 1729, quando se deu a descoberta oficial dos diamantes na região da Comarca de Serro do Frio – em que Diamantina se insere – até o ano de 1808, quando teve início a crise da Real Extração dos Diamantes, como resultado do esgotamento das lavras diamantinas e da impossibilidade dos governantes de deter o contrabando e controlar a sociedade e os funcionários locais.

Destacamos aqui a importância da nova abordagem historiográfica que se desenvolveu a partir da década de 1980 no Brasil, quando os estudiosos da época passaram a analisar fontes até então pouco exploradas, como as correspondências oficiais, os processos judiciais,

¹ STOWE, Harriet Beecher. *A Cabana do Pai Tomás*. São Paulo, Editora Saraiva, 1951, p. 295.

os testamentos, etc. Tais estudos propiciaram uma nova visão e forma de compreender a história, tanto no que diz respeito à história do Distrito Diamantino e a repressão imposta pela Coroa Portuguesa na região, quanto no que diz respeito aos escravos e sua atitude de revolta contra o sistema escravista.

Durante muito tempo se acreditou que a Coroa, através de sua legislação e administração conseguiu controlar a vida da população do Tijuco e demais terras da Demarcação Diamantina. A esse respeito, afirma Júnia Furtado que “a memória que ficou desse período foi de ter sido despótico e autoritário. Este discurso inicialmente presente na fala de parte da camada tejuca da época, foi perpetuado pelos viajantes e historiadores”² e foi essa posição histórica que buscamos contestar no presente trabalho, através da leitura e análise das legislações publicadas pela Coroa e pelas autoridades locais ao longo do período estudado.

Nosso estudo procurou ainda abordar uma perspectiva diversa do comportamento do escravo, não se baseando apenas na violência do senhor e na aceitação pacífica do cativo, figurando como objeto nas relações sociais em que se insere. Nosso objetivo maior foi demonstrar que o escravo teve outros comportamentos, mas que esses não se restringiram a fugas, revoltas e atos violentos.

Com o objetivo de analisar de forma minuciosa as questões que orientam este estudo, a dissertação foi dividida em três capítulos.

O primeiro deles trata da legislação imposta pela Coroa na região diamantífera a partir do descobrimento dos diamantes, em 1729. Como a administração e os critérios adotados para a extração das pedras preciosas foram sendo alterados ao longo dos anos, decidimos dividir o capítulo em três tópicos, facilitando a exposição das ideias e a separação das características peculiares a cada um deles.

Nomeamos a primeira fase como o *Período da Livre Extração*, que durou até o ano de 1734. Neste ponto analisamos o contexto histórico em que os diamantes foram descobertos e as medidas da Coroa para regular a sua exploração à época. Em seguida, tem-se o segundo tópico, abrangendo o *Sistema dos Contratos*, cujo período de vigência teve início em 1740 e persistiu até 1771, quando foi publicado o Decreto determinando que a extração dos

² FURTADO, Júnia Ferreira. *Distrito Diamantino: o avesso da memória*. Varia Historia, Belo Horizonte/UFMG, v.12, p.80-94, 1993, p. 80.

diamantes passaria a ocorrer a cargo da Real Fazenda. É sobre esse assunto que trata o terceiro tópico do capítulo, chamado de *Regimento Diamantino – Período da Real Extração*.

Este tópico foi também dividido, a fim de que os assuntos de nosso interesse pudessem ser analisados de forma mais organizada e concisa. Primeiramente analisamos o contexto histórico e a forma pela qual foi estabelecida a extração sob a administração da Coroa Portuguesa. Em seguida, analisamos todo o Regimento Diamantino e as determinações legais por ele, impostas à região diamantífera, aos funcionários envolvidos com os serviços de extração mineral e aos habitantes do local. Em separado, foi realizada uma análise específica dos artigos que diziam respeito aos escravos ali empregados.

O segundo capítulo foi direcionado para a questão da escravidão em Diamantina, tendo início com a descrição dos trabalhos realizados pelos escravos nas lavras de diamantes, suas condições de vida e saúde, bem como os castigos a eles impostos e seus aspectos legais. Por fim, relatamos as atitudes de resistência dos escravos, dando destaque especial à formação dos quilombos.

Iniciamos o terceiro e último capítulo dessa dissertação, fazendo um relato breve sobre as justificativas dadas para a existência do escravismo, analisando como a visão do escravo negro foi influenciada por esses pensamentos. Tivemos o escopo de descrever o tratamento jurídico dado ao escravo pela legislação vigente no Brasil, à época, salientando a questão do escravo coisa e escravo pessoa. Por fim, descrevemos as formas de aquisição da liberdade por meio dos diversos tipos de alforrias, salientando as mais comuns na região mineira.

Ao concluirmos este trabalho, esperamos ter demonstrado que a exploração dos diamantes foi realizada com base em uma legislação severa, que impunha muitos limites à população das terras diamantíferas, bem como aos trabalhadores e escravos envolvidos nos serviços. No entanto, a despeito de todo rigor legal, sua ineficiência para conter o contrabando das pedras foi constante. Nesse estudo, buscamos ainda demonstrar a importância dos escravos para o desenvolvimento da economia e para a formação da sociedade mineira, uma vez que foi através da exploração do trabalho dessas pessoas que as riquezas mineiras puderam ser extraídas.

Salientamos ainda, que nosso objetivo não foi realizar uma enunciação exaustiva de todas as leis da época, mas sim o de exemplificar – por meio da alusão a algumas normas – analisando os aspectos mais relevantes e concernentes às questões aqui estudadas. O objetivo foi o estudo da história jurídica e social da escravidão, abordando o papel desempenhado pelos escravos sob uma perspectiva diversa da comumente apresentada, que tinham os cativos como incapazes de interagir no processo histórico.

Nesse sentido, afirma Stuart B. Schwartz, em sua obra *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*, que “as limitações do escravismo eram reais e frequentemente também destrutivas, mas daí crer [...] que a força inerente ao poder dos senhores e o funcionamento da instituição da escravidão determinaram, sozinhos, os parâmetros da vida escrava, é deixar de lado o papel essencial dos cativos na criação de sua própria cultura”³.

A metodologia adotada teve o objetivo de descrever o contexto jurídico-histórico, com análise bibliográfica, tanto nacionais, quanto estrangeiras, sendo investigadas as bibliografias referentes à história portuguesa e brasileira. O estudo concentrou-se na legislação vigente no período proposto, ou seja, as Ordenações Filipinas e a Legislação Extravagante, abrangendo, neste ponto, as ordens, os bandos, os alvarás, as provisões e regimentos publicados à época, buscando a identificação das regras impostas ao Distrito Diamantino, à extração dos diamantes e aos escravos empregados nesses serviços.

Além da legislação, a pesquisa consultou documentos oficiais no Arquivo Público Mineiro, no Arquivo da Arquidiocese de Diamantina (Diamantina), no Arquivo da Biblioteca Antônio Torres (Diamantina), onde foram encontrados cartas oficiais entre as autoridades constituídas em Minas Gerais e as autoridades reais, bem como inventários, testamentos, livros de Notas e livros de Guardamoria. Através do Projeto Resgate, foram encontrados documentos e legislações no Arquivo Histórico Ultramarino, em Lisboa, que contribuíram para a consolidação dessa pesquisa.

³ SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. (trad.) São Paulo, Cia das Letras/CNPq, 1988, p. 311-313.

Capítulo 1 – Legislação Mineral: do descobrimento do diamante à regulamentação de sua exploração

1.1 Período da Livre Extração

Ao longo da história da civilização humana, o ouro e as pedras preciosas eram vistos como objetos de opulência, fascínio e poder. A riqueza das nações, que anteriormente se caracterizava pela agricultura ou outra atividade, no século XVI desponta diferentemente, desta feita, pela quantidade de metal precioso, como a prata, o ouro, esmeralda e diamante, tesouros que seriam acumulados pelos países europeus, que buscavam o entesouramento de riquezas como forma de poder e de prosperidade.

Portugal sempre esperou encontrar metais e pedras preciosas em suas terras americanas e durante quase dois séculos, essas esperanças foram frustradas. A data e o local específicos da primeira descoberta de ouro talvez nunca sejam determinados. O mais certo é que a existência substancial do ouro na Colônia começou a se fazer anunciar, onde atualmente se encontra o estado de Minas Gerais, na região de Sabará, no Rio das Velhas, por volta de 1695. Acredita-se que o bandeirante paulista Manuel de Borba Gato, com seu grupo, tenham sido um dos responsáveis pela descoberta.

A exploração minerária na região do Serro do Frio, por sua vez, teve início no fim do século XVII com a descoberta do ouro, que atraiu inúmeros bandeirantes e aventureiros para o local. As bandeiras de Fernão Dias Paes já haviam atravessado essas terras antes, no entanto, esses paulistas buscavam prata e esmeraldas, não ouro e diamantes que, para eles, só existiam em locais muitos distantes.

Guiando-se pelo Pico do Itambé, alguns desses exploradores saíram em busca de locais onde a mineração fosse ainda mais abundante e fácil. Essa busca levou-os ao encontro de dois córregos, que viriam a ser chamados de Rio Grande e Piruruca, onde descobriram grande quantidade de ouro. Com pouco, seguindo mais ou menos o mesmo roteiro, uma nova bandeira chegou, cabendo-lhe o outro córrego, que recebeu o enfático nome de Rio Grande. Com a exploração, essas regiões passaram a se mostrar ricas em ouro e começaram a ser povoadas. Em 1714, o principal arraial da região foi elevado à condição de vila, recebendo o nome de Vila do Príncipe, sede da Comarca de Serro do Frio.

As posteriores explorações revolveram grandes quantidades de cascalho dos leitos dos rios, sempre em busca de encontrar ouro. As águas lamacentas daquelas localidades originaram “o nome de Tijuco, vocábulo indígena que quer dizer lama [...]. Explorado o

terreno, encontraram ouro em abundância assombrosa, como nunca aparecera em toda a capitania”⁴.

É de extrema importância para o presente trabalho, o conhecimento da história de Diamantina, ou Arraial do Tijuco, como era conhecido em 1729, data em que se deu a descoberta oficial do diamante em suas terras. Localizado na região nordeste de Minas Gerais, fazia parte da comarca do Serro do Frio, cuja sede foi estabelecida na Vila do Príncipe, atual cidade do Serro. Até então, a região possuía lavras consideradas auríferas, embora existam registros sobre a existência do precioso mineral desde a segunda metade do séc. XVI.

Muitas contradições e mistérios envolvem a data exata do descobrimento das pedras preciosas e muitas lendas foram criadas a esse respeito. Charles R. Boxer afirma que “aquelas pedras tinham sido revolvidas em grandes quantidades pelos mineiros e seus escravos, ao lavarem o cascalho do leito dos rios, em busca de ouro, mas pensavam eles tratar-se apenas de um certo tipo de cristal. Usavam-nas como fichas e marcadores de pontos nos jogos de cartas, e por muitos anos passaram elas, livremente, de uma mão para outra”⁵. Existe a versão de que as pedras começaram a circular na região em 1714, quando o faiscador Francisco Machado da Silva, encontra, casualmente, um cristal excepcionalmente duro. Posteriormente, ele descobre mais pedras semelhantes, dadas de presente a José Leitão e outras ao capitão de dragões José de Almeida Vasconcelos. Este último, as mandou lapidar e, mantendo em segredo a sua nova atividade, dedicou-se a explorar as pedras. No entanto, os diamantes começaram a brotar em abundância das lavras que se supunham serem apenas auríferas. E outros descobridores foram surgindo.

Outra versão dos fatos, sendo essa a adotada oficialmente, diz que o descobridor dos diamantes foi Bernardo da Fonseca Lobo, proprietário das lavras do rio Morrinhos, que garimpando suas lavras em busca de ouro, depara-se com as pedras até então desconhecidas, os diamantes. Não por acaso, havia algumas dúvidas quanto à autenticidade das pedras, dúvidas estas, que não arrefeceram o ânimo de quem se dispunha a explorá-las, uma vez que antes só eram encontradas na Ásia, mais precisamente, Índia e Bornéu. Em decorrência desse desconhecimento, não deram tanta importância ao tesouro encontrado.

A descoberta dos diamantes não teria sido comunicada à Coroa Portuguesa, segundo afirma Marcos Lobato Martins, porque “o achado teria sido silenciado pelo governador Dom

⁴ MACHADO FILHO, Aires da Mata. *Arraial do Tijuco, cidade Diamantina* – 3. Ed – Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980, p. 9.

⁵ BOXER, Charles R., *A idade do ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial*. 3 ed. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, p. 228.

Lourenço de Almeida juntamente com o Ouvidor do Serro, Antônio Rodrigues Banha, os quais efetivaram a extração ilegal das pedras. Somente em 1729 a comunicação seria feita à Coroa, uma vez que a propaganda da notícia sobre a descoberta das pedras não permitia mais que se mantivesse em segredo a existência delas na região”⁶.

Em seu despacho de 22 de julho de 1730⁷, o governador, “adotando tom cético, informou que *algumas pequenas pedras brancas* tinham sido encontradas no Serro do Frio, mas que a opinião local diferia quanto ao que elas realmente fossem. Incerto sobre seu valor, não tinha até então notificado a coroa de sua descoberta, mas estava enviando seis daquelas pedras para que as examinassem os joalheiros de Lisboa”⁸.

A partir do descobrimento dos diamantes nas rochas e nos leitos dos rios daquela região, começaram a ocorrer os primeiros deslocamentos populacionais para a região da Vila do Príncipe em busca das pedras preciosas e um grande contingente das pedras passou a ser enviado à metrópole. A febre dos diamantes se disseminou, levando inúmeras pessoas para a região das Minas. Havia quem vendesse todas as suas posses para comprar escravos, a fim de explorar as lavras de pedras preciosas.

Afirma Augusto de Lima Jr., em sua obra *A capitania de Minas Gerais*, que foi desse núcleo do Serro do Frio que partiram os devassadores de montes e vales do Itambé e do Rio de Jequitinhonha e seus afluentes, que constituíram a Demarcação Diamantina, de onde haveria de jorrar tantas riquezas em diamantes, que, juntas ao ouro, fariam a opulência do século XVIII em Portugal e na Europa, riquezas essas cujas cifras exatas estamos longe de conhecer⁹. A atividade mineradora dela decorrente, foi ainda responsável por traçar as características peculiares da sociedade diamantífera.

A Região Diamantífera de Minas Gerais notabilizava-se por possuir a maior lavra de diamantes do mundo ocidental, condição esta, que foi preservada durante todo o século XVIII. No período de 1729 a 1734, a exploração dos diamantes se deu de forma livre a todos aqueles que possuíam condições econômicas para investir em novas lavras na região, bem como mão de obra escrava para efetuar o trabalho de mineração.

De acordo com a historiadora Júnia Ferreira Furtado, até esse momento, “a política administrativa portuguesa em relação a esta área fora muito variada. Defrontando-se com a

⁶ MARTINS, Marcos Lobato. *Breviário de Diamantina: uma história do garimpo de Diamantes nas Minas Gerais (século XIX)*. 1. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014, p. 19-20.

⁷ Revista do Arquivo Público Mineiro (doravante RAPM) – Seção Colonial (doravante SC) 05 – Ano XX – Ano publicação 1926 – p. 511 a 536.

⁸ BOXER, Charles R., *A idade do ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial*. cit., p.229.

⁹ LIMA JR. Augusto de. *A capitania de Minas Gerais*, Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1978, p. 55-56.

impossibilidade de controlar o comércio e a extração de pedras e principalmente o contrabando, a Coroa encontra dificuldades em exercer um controle severo sobre a produção e consequentemente sobre o preço dos diamantes no mercado europeu”¹⁰. Essa dificuldade se devia em virtude da inexperiência das autoridades com relação à mineração de diamantes, uma vez que estes mereciam um tratamento diverso do que era destinado à mineração do ouro.

No decorrer do século XVIII, a autoridade da Coroa seria incorporada por vários oficiais, governadores, ouvidores e vice-reis, cuja política e atuação, marcariam momentos de maior ou menor afetividade do poder metropolitano. Na região das minas, muitas vezes a eficiência da estrutura administrativa que se organizava, com maior ou menor sucesso, dependia de como os mais altos representantes da Coroa lidavam com os escalões intermediários, locais da administração e, principalmente, com as elites dominantes que levavam adiante, a empreitada mineradora. Inúmeras revoltas e combates localizados – tanto por disputa das riquezas, como a Guerra dos emboabas, em 1709, quanto por insatisfações em relação à política tributária, como a Revolta de Felipe dos Santos, em 1720, sem falar nos levantes ocasionados por crises graves de abastecimento – deixavam a região em estado permanente de alerta.

Em fevereiro de 1730, é publicada uma carta régia¹¹ dando plenos poderes ao governador da província, D. Lourenço de Almeida, a fim de regular e providenciar sobre a exploração de diamantes. Inicialmente, a Coroa adotou o mesmo sistema administrativo e fiscal estabelecido desde 1603 para a extração aurífera da época. O responsável pela distribuição e arrematação das lavras, seria o mesmo Intendente do Ouro e o Regimento em vigor determinava o pagamento da 5ª parte das pedras extraídas para a Coroa.

O primeiro ato de D. Lourenço de Almeida foi a publicação de uma portaria datada de 24 de junho de 1730¹², definindo “a capitação de 5 mil réis por cada escravo, que fosse empregado nesta mineração”¹³. Dessa forma, tinha início a cobrança da taxa de capitação, cuja finalidade era tornar mais difícil o acesso às lavras, diminuindo o contrabando, bem como também a arrecadação de mais impostos.

¹⁰ FURTADO, Júnia Ferreira. *O livro da capa verde: o regimento Diamantino de 1771 e a vida no Distrito Diamantino* no período da real extração. São Paulo: Ed. Annablume, 1996, p. 25.

¹¹ RAPM – SC 05 – Ano XX – Ano publicação 1926 – p. 511 a 536.

¹² RAPM – SC 05 – Ano XX – Ano publicação 1926 – p. 511 a 536.

¹³ SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do Distrito Diamantino da Comarca do Serro*. Rio de Janeiro, Typographia AMERICANA, 1868, p. 22.

Em 26 julho de 1730, dois dias depois da definição do valor da taxa de capitação, foi baixado o Regimento da Mineração dos Diamantes¹⁴, o primeiro regimento que se referia à extração e distribuição dos diamantes. Essa lei atribuía ao ouvidor da Vila do Príncipe a função de superintendente de todas as terras em que ocorriam as jazidas diamantíferas da Comarca do Serro, cabendo-lhe ainda a redistribuição das datas naquela região.

Através do regimento, várias medidas restritivas de liberdade da população local foram impostas. Ficou determinada a proibição da “instalação de lojas, tavernas ou barracas, a não ser a uma distância de duas léguas de qualquer lugar onde se fizesse mineração. Ninguém tinha permissão para comprar diamantes dos escravos, e o superintendente recebeu ordens para expulsar qualquer frade que fosse encontrado no Distrito Diamantino”¹⁵.

Além disso, com o objetivo de evitar a mineração clandestina do diamante, a Coroa Portuguesa determinou a cassação de todas as cartas de datas concedidas aos mineiros para a exploração de lavras auríferas, ficando a mineração do ouro inteiramente proibida dentro da demarcação.

Afirma Joaquim Felício dos Santos que através deste regimento “forão annulladas as cartas de datas concedidas anteriormente pelo guarda-mór para a mineração do ouro, e o superintendente ficou autorizado a repartir novamente os rios e correjos diamantinos pelos mineiros, que o requeressem, concedendo só duas braças e meia para cada praça: antes, porém, de qualquer medição devia o superintendente medir e tirar para o rei uma data de trinta braças no melhor lugar”¹⁶.

A administração portuguesa não se mostrou satisfeita com as determinações de D. Lourenço, considerando-as brandas e insuficientes para reprimir o contrabando das pedras preciosas, mais facilmente desviadas que o ouro. A Coroa pretendia maior rigor na administração e fiscalização da região diamantífera e, por esse motivo, em 26 de março de 1731, um decreto real¹⁷ deu ordem ao ouvidor da Vila do Príncipe, que também exercia a função de superintendente, de mandar despejar das lavras diamantinas todas as pessoas de qualquer condição que fosse e que ali exercesse atividades de mineração. A ordem não se importava com o fato de que essas pessoas tivessem ali habitação e família estabelecida. O descumprimento da determinação régia acarretaria pena de dez anos de degredo para Angola e confisco de todos os bens para a real fazenda. Além disso, estipulava que seria necessário o pagamento mínimo de 60\$000 a braça quadrada, para a obtenção de uma data.

¹⁴ RAPM – SC 05 – Ano XX – Ano publicação 1926 – p. 511 a 536.

¹⁵ BOXER, Charles R., *A idade do ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial*. cit., p.229.

¹⁶ SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do Distrito Diamantino da Comarca do Serro*. cit., p. 22 e 23.

¹⁷ RAPM – SC 05 – Ano XX – Ano publicação 1926 – p. 511 a 536.

Mesmo com toda a regulamentação dificultando o acesso às minas, a produção de diamantes cresceu de forma vertiginosa, gerando um excesso de oferta no mercado internacional. Consequentemente, o valor do quilate caiu, fazendo com que a administração portuguesa tomasse novas medidas a fim de controlar a produção.

Nos quatro anos seguintes, a taxa de capitação cobrada sobre cada escravo empregado nas lavras passou por sucessivas correções, tendo seu valor majorado repetidas vezes em um curto espaço de tempo. Em 1732, o governo da Capitania de Minas Gerais passa de D. Lourenço a André de Melo e Castro, o Conde das Galvêas, que traz consigo a missão de elevar os impostos. No bando¹⁸ publicado em dezembro de 1733, o então governador “elevou a capitação para 40 mil réis por escravo a contar de 1º de janeiro de 1734, e ainda renovou as penas impostas aos compradores de diamantes fora do arraial do Tijuco e contra as tabernas e escravos de tabuleiros”¹⁹. Assim como aconteceu com o ouro, em que a metrópole tratou de regulamentar a atividade e dela extrair o máximo que conseguisse, com os diamantes não foi diferente. Novas e constantes determinações legais marcariam esse período, uma vez que a Coroa e seus conselheiros em Lisboa passaram a compreender que os diamantes eram muito mais facilmente escondidos e contrabandeados do que o ouro.

Assim sendo, as formas de arrecadação de impostos foram variando ao longo dos anos, acarretando transformações administrativas que teriam influência direta no dia a dia da vida dos colonos, como também dos mineradores. Os elevados impostos, além de aumentar a renda dos quintos reais, também visavam diminuir a quantidade de pessoas que se ocupavam com a mineração de diamantes. Com essas medidas, a Administração esperava conseguir diminuir a produção das pedras e elevar o seu valor no mercado internacional.

Todavia, nem todas essas mudanças estabelecidas, nem os sucessivos aumentos da taxa de capitação, de cinco para quarenta mil-réis, foram eficientes ao ponto de fazer com que os objetivos fossem alcançados. Muitos mineradores de diamantes continuaram vindo para a região do Serro do Frio e o contrabando continuou. Por isso, “a coroa resolveu, finalmente, proibir inteiramente, por alguns anos, a mineração de diamantes, até que os preços fossem recuperados. Essa decisão foi implementada por um édito do conde de Galvêas, em 1734, que proibia, igualmente, mineração e lavagem de ouro no Distrito Diamantino”²⁰.

A lei determinava ainda que daquele momento em diante, qualquer pessoa encontrada nas antigas áreas de exploração diamantífera, seria presa, mesmo que não estivesse em posse

¹⁸ *Idem*, p. 511 a 536.

¹⁹ CARRARA, Ângelo Alves. “Desvendando a riqueza na terra dos diamantes”. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, v. 41, julho/dezembro, 2005, p. 40.

²⁰ BOXER, Charles R., *A idade do ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial*. cit., p. 232.

de alguma pedra. Os escravos seriam açoitados e posteriormente vendidos e aos homens livre seria imposta multa, prisão e, posteriormente, expulsão do Distrito.

A inflexibilidade dessas restrições, que só aumentaria com o passar dos anos, somada à severidade com que eram cumpridas pelos dragões de Minas, fizeram com que o escoamento dos diamantes diminuíssem e os preços voltassem a subir. A fiscalização de Rafael Pires Pardiniho, nomeado o primeiro Intendente do Distrito Diamantino, foi determinante para o cumprimento das normas reais.

Outra medida tomada pela Coroa, com o objetivo de controlar de forma mais eficiente a extração das pedras preciosas, foi a demarcação da região onde elas eram encontradas. Martinho de Mendonça de Pina e de Proença, um dos conselheiros de maior confiança de Dom João V, tido como homem culto e muito inteligente, foi enviado à Colônia e, juntamente com o Dr. Raphael Pires Pardiniho, advogado da Coroa, realizou a catalogação das terras produtoras de diamantes.

Assim, foi criada a Demarcação Diamantina, também chamada de Distrito Diamantino, em 1734, com sede no Arraial do Tijuco e “abrangia um quadrilátero, que incluía arraiais e povoados como Gouveia, Milho Verde, São Gonçalo, Chapada, Rio Manso, Picada e Pé do Morro. Seu contorno poderia ser alterado para englobar regiões em que fossem feitas novas descobertas”²¹. Essa demarcação tinha como finalidade estabelecer uma organização administrativa responsável pelo cumprimento das ordens da Coroa Portuguesa. Seus representantes locais eram o intendente e o governador da capitania.

Foi também criada a Intendência dos Diamantes, responsável pela administração do distrito através da Câmara e da Ouvidoria situadas na Vila do Príncipe. Ela era responsável pela fiscalização das minas com a finalidade de evitar o contrabando, bem como pela fiscalização da execução dos contratos. Através da Intendência, a Coroa portuguesa garantia seus rendimentos sem que fosse necessário realizar uma regulação direta. Dessa forma também se alcançava um certo controle sobre o comércio dos diamantes, evitando a sua desvalorização no mercado externo.

Rafael Pires Pardiniho tinha a obrigação de registrar e recolher ao cofre da intendência, todos os diamantes já extraídos. Ele passou a vigiar de forma pessoal e severa o cumprimento das restrições impostas pela administração portuguesa, bem como a aplicação das penalidades cabíveis aos infratores.

²¹ FURTADO, Júnia Ferreira, *Chica da Silva e o contratador dos diamantes – O outro lado do mito*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 31.

1.2 Sistema de contratos

As severas medidas impostas pela coroa e a dureza com que eram aplicadas as penalidades, somadas à inflexibilidade dos dragões de Minas Gerais, fizeram com que o escoamento dos diamantes do Serro do Frio fosse diminuindo, possibilitando, assim o aumento do preço das pedras no mercado europeu.

A partir de 15 de maio de 1736, Gomes Freire de Andrade, o Conde de Bobadela, assumiu o posto de Governador da Capitania mineira, incorporando um outro estilo de governar. Por compreender as peculiaridades da Colônia Portuguesa na América, no contexto da exploração de ouro e diamantes, Freire de Andrade obteve melhores resultados ao desenvolver as relações com as elites locais, preferindo não ter um confronto com esses grupos, uma vez que dependia deles para a sustentação de sua governança. A solução seria manter negociações com os membros locais, adquirir a confiança deles e tê-los como aliados.

Em 1739, a Coroa reabriu a exploração e estabeleceu o Regime de Contratos para a exploração das minas de diamantes. Este regime baseava-se na cessão de contratos para arrecadação de impostos sobre a produção de diamantes e também sobre a circulação de bens comercializados. O contratador, indivíduo em geral um Fidalgo, que arrematava os direitos de contrato, era a figura-chave e também o ponto fraco de um sistema bastante vulnerável, desde a sua concepção ao nepotismo e à corrupção, por concentrar poderes em excesso nas mãos de uma pessoa a quem cabia funções típicas da administração pública por apenas um período determinado de tempo. Foi atribuída a Gomes Freire a tarefa “de reabrir as lavras diamantinas, pois os preços dos diamantes no mercado mundial haviam subido e se estabilizado”²².

Portanto, em 26 de agosto de 1739, a Coroa Portuguesa publicou um bando definindo que a mineração passaria a ser feita em escala estritamente reduzida, sob o sistema de contratos de monopólio: “Editais espalhados por toda a capitania e no Rio de Janeiro convocavam comerciantes interessados em arrematar a exploração dos diamantes a se apresentar no Tejuco”²³.

Pelo novo sistema, a atividade de extração dos diamantes passou a ser realizada por aqueles que vencessem o processo de licitação, os contratadores, que compravam da administração portuguesa o direito de extrair o diamante em todo o território demarcado.

²² FURTADO, Júnia Ferreira, *Chica da Silva e o contratador dos diamantes – O outro lado do mito. cit.*, p. 33

²³ *Idem*, p. 33.

Assim, “aos contratadores era lícito minerar no perímetro da demarcação, com seiscentos escravos pelos quais pagavam a capitação de 230\$000. Sem embargo de penas severas, é de crer na infração de tal cláusula, muito embora tenha exagerado o número de escravos clandestinos a natural aversão dos colonos e dos contratadores. Natural porque esses, com a faculdade de cobrar executivamente impostos, sempre concedida aos arrematantes, não tinham a menor contemplação e ainda se tornaram antipáticos pelos numerosos processos de ‘extermínio da demarcação’, promovidos por denúncias suas, e ainda, em razão de arbitrariedades semelhantes. Além dos seiscentos escravos, os contratadores admitiam no serviço praças de pessoas estranhas ao contrato, do que resultou a formação de uma sociedade em comandita, designada nos papéis oficiais como Companhia de Diamantes”²⁴.

Embora o número de escravos empregados no serviço de extração tivesse sido limitado a seiscentos, inúmeros outros negros foram inseridos nas lavras sob a alegação de que estavam limpando o terreno, ou transportando madeira e provisões. Dessa forma, tinha início o contrabando de diamantes que marcou todo o período de extrativismo colonial, ensejando em muitas e frustradas tentativas da Coroa em pôr fim a essa prática.

Os contratos seriam arrematados de quatro em quatro anos, por um único arrematante ou uma sociedade deles, e o lance de arrematação deveria ser pago antecipadamente. Com o intuito de conseguir os mais vantajosos resultados com o novo sistema adotado, o governador reforçou as penas para aqueles que minerassem diamantes dentro do território demarcado, proibindo o acesso de pessoas que não tivessem ofício ou cargo definidos na extração das pedras.

Ficou também definido que a circulação de pessoas autorizadas ocorreria apenas em locais determinados, os Registros, a saber: “Caeté-Mirim, Rabello, Palheiro, Pé do Morro, Inhacica e Paraúna, onde eram passados bilhetes e também cobrados os direitos de entradas sobre o comércio dos diversos gêneros, inclusive escravos”²⁵. Tal controle era exercido por um fiscal e um destacamento militar.

Os contratadores passaram a ter o monopólio da exploração naquele determinado local, tornando-se ricos e poderosos. Eles eram, dentro de sua demarcação, senhores absolutos, e sonegavam da Coroa grande parte dos diamantes que conseguiam extrair. A ilicitude de seus atos ia além, pois foram muitas vezes acusados de praticar a mineração das

²⁴ MACHADO FILHO, Aires da Mata. *Arraial do Tijuco, cidade Diamantina. cit.*, p. 52.

²⁵ FURTADO, Júnia Ferreira. *O livro da capa verde: o regimento Diamantino de 1771 e a vida no Distrito Diamantino no período da real extração. cit.*, p. 27.

pedras em riachos e ribeirões que não faziam parte de seus limites territoriais e de comprar diamantes de garimpeiros e até mesmo de seus escravos, nas lavras oficiais.

Houve o registro de seis contratos a partir do ano de 1740, sendo que alguns foram renovados, ampliando o prazo original de quatro anos de exploração. O primeiro contrato foi arrematado por João Fernandes de Oliveira, em sociedade com Francisco Ferreira da Silva, sendo governador da Capitania, Gomes Freire de Andrade e o Intendente do Tijuco, Rafael Pires Pardinho. A arrematação do contrato durou “um período de 4 anos, de 1 de janeiro de 1740 a 31 de dezembro de 1743”²⁶.

Gomes Freire de Andrade, que veio ao Arraial do Tijuco exclusivamente para regularizar a maneira mais proveitosa de se proceder na extração dos diamantes, determinando que as pessoas que ali não tivessem ofício ou cargo não teriam autorização para residência. Além disso, dificultou a concessão de permissão para residir na demarcação. Também reforçou dispositivos, insistindo nas penas contra os que minerassem diamantes no distrito demarcado.

A mineração ficou restrita ao leito do rio Jequitinhonha, suas margens e localidades imediatamente vizinhas. Os escravos que minerassem fora da área delimitada, bem como os que excedessem o número de seiscentos, seriam confiscados pela Coroa Portuguesa. As pedras encontradas eram guardadas no cofre da Intendência, sendo posteriormente enviados à metrópole pelo contratador.

A respeito destes contratadores, discorre Charles R. Boxer que “tinham poderes para cobrar dívidas que com eles contraíssem, penhorando a propriedade ou prendendo as pessoas de seus credores. Os funcionários locais da Coroa, do intendente para baixo, tinham ordens para dar aos contratadores todas as facilidades judiciais e administrativas quanto à execução de seus contratos. Se os contratadores suspeitassem que alguém estava minerando, comprando ou vendendo diamantes, poderiam informar secretamente o intendente quanto a essas suspeitas. Este, por sua vez, estava autorizado a expulsar do distrito qualquer pessoa assim acusada, e o acusado não poderia apelar de sua decisão”²⁷.

Findo o prazo do primeiro contrato, foi ele renovado pelos mesmos concessionários do primeiro, pelo período de 1 de janeiro de 1744 a 31 de dezembro de 1747, cuja arrematação foi renovada sob as mesmas condições do anterior: “Forão-lhes concedidos os mesmos terrenos, para minerarem, por ainda não estarem exaustos”²⁸.

²⁶ MACHADO FILHO, Aires da Mata. *Arraial do Tijuco, cidade Diamantina. cit.*, p. 52.

²⁷ BOXER, Charles R., *A idade do ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial. cit.*, p. 233.

²⁸ SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do Distrito Diamantino da Comarca do Serro. cit.*, p. 65.

O instrumento legal que regulou esse segundo contrato²⁹, através de 22 parágrafos dispondo sobre “os direitos e as obrigações a serem cumpridas entre a Fazenda real e o contratador dos diamantes João Fernandes de Oliveira”, determinava que, além dos escravos capitados pela Intendência dos Diamantes, não poderia haver nenhum outro nos serviços. Se fosse encontrado algum negro, ele seria confiscado, exceto um que era permitido e capitado na Intendência do Ouro para o serviço de “doméstico de cada um dos administradores [...] e quatro para cozinheiros e mais diligências de cada um dos serviços reais.” Observava ainda que, se algum desses escravos fosse apanhado em flagrante minerando, incorreriam nas penas impostas àqueles que extraíam diamantes de forma furtiva.

O Contrato dos Caldeiras, como ficou conhecido o terceiro contrato (1 de janeiro de 1748 a 31 de dezembro de 1751), foi arrematado por Felisberto Caldeira Brant, em associação com seus três irmãos Sebastião, Joaquim e Conrado. Esse foi um tempo feliz para a população do Distrito Diamantino, pois o contratador não perseguia os garimpeiros, nem combatia o contrabando. Pelo contrário, acredita-se que até mesmo cooperava com ele. Felisberto, mineiro feliz e audacioso, chegou a ser muitas vezes milionário. Sua fortuna teve início por volta de 1735, com o descobrimento das minas de Goiás, de onde se dirigiu para Paracatu, onde novas minas acabavam de ser descobertas. Felisberto conseguiu riquezas fabulosas em suas atividades de mineração mas, não satisfeito com as dezessete oitavas de ouro que cada um de seus mineradores tirava por dia, foi para o Tijuco, com a finalidade de arrematar o terceiro contrato de diamantes.

Durante o Contrato dos Caldeira, houve oportunidade para que outros habitantes do arraial se enriquecesse, vivendo no luxo e na opulência. Dominava o espírito frívolo do século XVIII, na elegância dos trajes, nas regras do bom tom, no requinte das maneiras. A grande preocupação era imitar a corte, de onde buscavam até professores de civilidade. Além disso, naqueles anos, tanto o intendente quando o ouvidor-geral, eram idosos, enfermos e ineficientes. Sob sua administração, o Distrito Diamantino conheceu um período de relaxamento, o que contribuiu para a diminuição da vigilância nas minas, aumentando o contrabando das pedras. Logo, “da indolência das autoridades e tolerância do contratador [...], resultou o bem-estar de muitos e a riqueza de alguns”³⁰.

Nessa época, ainda no ano de 1751, sabedor do desamparo em que se achavam os negócios da Colônia, acudiu o governador ao Tijuco, fazendo-se preceder de ordens severas

²⁹ Códice Costa Matoso. *Coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que se fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das do Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749 e vários papeis*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1999, p. 650-651.

³⁰ *Idem*, p. 77.

que encontrou descumpridas. Afastou o Intendente e nomeou Sancho de Andrade Castro e Lanções novo intendente, retomando a severidade da fiscalização e dando início a uma perseguição particular aos Caldeiras. Nesse sentido, “queixas e acusações contra os Caldeiras, inspiradas principalmente pelo ouvidor Bacelar, eram endereçadas ao governo de Lisboa”³¹. Finalmente, em 1752, Felisberto foi preso sob a suspeita de fraudar a Coroa, sendo em seguida deportado para a capital da metrópole, onde viria a ser julgado.

Os negócios da companhia seguiam prósperos. O produto dos diamantes permitia fazer face às despesas do contrato, saldar as contas com a Coroa e ainda sobrava numerário para distribuir dividendos. Mas, em 1752, houve um grande prejuízo com o misterioso roubo do cofre da intendência, onde estava guardada grande cópia de ouro e diamantes pertencentes ao contrato. Era o início do declínio do sistema de contratos na extração de diamantes.

Naqueles tempos, muitas dificuldades cercavam a mineração em Goiás, onde os Caldeiras tinham escravos capitados que tiveram de ir para o Tijuco, conforme a concessão do novo ajuste. Também, o advento do Marquês de Pombal colocou em desgraça amigos e protetores dos Caldeiras.

Nesse mesmo tempo, ocorreu o episódio da Semana Santa de 1752³² que traria ruína a Felisberto Caldeira Brant. Depois do ocorrido, o Intendente que se colocara ao lado do ouvidor, não cessou de perseguir a Felisberto, com processos injustos, colocando empecilhos em seus trabalhos de mineração. Queixas e acusações contra os Caldeiras eram enviadas ao governo de Lisboa. Diziam até que o Intendente, sentindo-se imbuído de poder, iria tornar o Tijuco independente, franqueando as minas ao povo.

No entanto, era preciso um motivo concreto para prender Felisberto Caldeira Brant, sem aumentar a irritação da população, com violências baseadas em meras presunções. O pretexto não foi difícil de ser encontrado. O Contratador sacou uma letra de setecentos mil cruzados contra os caixas da sociedade em Lisboa, a favor da Fazenda Real, prometendo-lhe enviar os diamantes, na primeira ocasião que surgisse. Devido à falta de fundos, os caixas não quiseram aceitar e a letra foi recambiada ao Tijuco. Com isso, prendeu-se o Contratador e tomaram-lhe os bens, decretando-o falido.

³¹ MACHADO FILHO, Aires da Mata. *Arraial do Tijuco, cidade Diamantina. cit.*, p. 54.

³² *Idem, ibidem* Narrou esse episódio dizendo que quando o ouvidor da Vila do Príncipe, Dr. José Pinto de Moraes Bacelar, querendo demonstrar sua admiração por uma linda jovem da família dos Caldeiras, em dado momento da festa, atirou-lhe ao colo uma flor, que ela repeliu com dignidade. Ao fim das comemorações, à porta da igreja, Felisberto exigiu-lhe satisfações e, depois de uma discussão, deu-lhe uma punhalada, que custou apenas um botão de metal da casaca do ouvidor. Uma tropa chamada pelo Intendente, chegou ao local e caso não houvesse a intervenção de amigos e do venerável padre Cambraia, muito sangue teria corrido naquele dia.

O terremoto de 1755 foi uma grande oportunidade para a fuga de muitos detentos. Contudo, Caldeira Brant apresentou-se ao Marquês de Pombal, indagando-lhe para onde deveria ir. Admirado, o ministro de D. José I, comunicou o ocorrido a alguns brasileiros, dentre eles, o General Godinho, que procuravam comprovar a inocência do antigo contratador. Pombal deu a liberdade a Caldeira Brant e ordenou que se procedesse a liquidação de suas contas e ao exame dos sequestro de seus bens. Felizberto Caldeira Brant, gravemente enfermo, após cinco anos preso, retirou-se para Caldas da Rainha, onde morreu.

O quarto contrato (1 de janeiro de 1753 a 31 de dezembro de 1758) e o quinto, de 1759 a 1761, tiveram como contratantes João Fernandes de Oliveira, tendo como sócios Antônio dos Santos Pinto e Domingos de Basto Viana.

Em agosto de 1753, um decreto real³³ deu uma nova orientação à política econômica e fiscalizatória, promovendo maior controle sobre a extração e o comércio dos diamantes. As mudanças foram empreendidas pelo ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, futuro marquês de Pombal, que buscava garantir a arrecadação dos direitos reais, fortalecendo os monopólios régios. Neste decreto, ele “anunciava que tinha tomado o contrato do comércio de diamantes debaixo de sua Real e imediata proteção”³⁴.

Uma série de medidas foram determinadas pelo referido decreto, criando uma espécie de isolamento em torno do Distrito Diamantino. O contratador passou a ter o monopólio exclusivo dos diamantes, ou seja, “ninguém poderia minerar, comprar, vender, transportar, ou tratar com diamantes em bruto em Portugal e em seus domínios de ultramar, sem uma permissão por escrito do contratador”³⁵. Para entrar ou sair do distrito, todo negociante seria submetido a uma rigorosa inspeção alfandegária e ao pagamento de uma fiança estipulada com base no tempo que ali permaneceria. Aqueles que não possuíssem um emprego fixo, não poderiam continuar a residir no distrito. “Só pessoas de caráter ímpoluto teriam licença para dirigir hospedarias, tavernas, lojas e outros estabelecimentos comerciais dentro do Distrito Diamantino e num raio de cinco léguas em torno dele. Tais licenças poderiam ser cassadas e o beneficiário expulso a qualquer tempo, pelo intendente. Juiz ou tribunal de leis algum tomaria conhecimento de qualquer caso ligado ao contrato de diamantes, tudo quanto com ele se relacionasse estando reservado à consideração e decisão diretas da Coroa”³⁶.

No ano de 1759, ocorreu uma alteração no sistema dos contratos que, anos mais tarde, constituiu-se em um dos elementos que pôs fim a esse sistema. Tal alteração foi a matéria do

³³ APM, SC 98, Originais de ordens régias e avisos, 1750-1757, Rolo 21.

³⁴ BOXER, Charles R., *A idade do ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial*. cit., p. 241.

³⁵ *Idem*, p. 242.

³⁶ *Idem*, *ibidem*.

alvará, a partir do qual foi estabelecido que o Contrato dos Diamantes pudesse ser prorrogado por mais um ano, a fim de se evitar interrupções na cobrança das imensas somas da capitação paga pelos contratadores.

Outro elemento que contribuiu para a alteração dos contratos foi a ordem do Marquês de Pombal de 21 de novembro de 1761, excluindo do quinto contrato dos Diamantes os “Contratadores Antônio dos Santos Pinto e Domingos de Bastos Viana, e ficou ele pertencendo a João Fernandes de Oliveira e a seu filho, o Desembargador João Fernandes de Oliveira. Após a publicação da ordem em Tijuco ter-se-ia início o Sexto Contrato”³⁷.

Em vista disso, o sexto e último contrato teve como arrematante João Fernandes de Oliveira, em sociedade com seu filho de mesmo nome. “Foi este o sexto e último contrato que durou até dezembro de 1771. Tendo falecido em Lisboa o primeiro João Fernandes (por 1763) completou o período o desembargador João Fernandes de Oliveira”³⁸, dono de enorme fortuna e poder na Região Diamantina, onde, como verdadeiro soberano, mandava e desmandava no perímetro de toda a demarcação. Ali ficou conhecido como o contratador mais importante de todos os tempos. Só o dominava uma mulata, antiga escrava, Francisca da Silva, a famigerada Chica da Silva, a quem se unira, elevando-a ao nível das damas de sangue limpo e que, por isso, era temida por todos e tratada com todo o respeito.

Grande parte de sua riqueza foi resultado do tráfico de diamantes e foi esse o motivo que fez com que a Coroa, na pessoa do Marquês de Pombal, ordenasse o seu comparecimento na Corte, no ano de 1771. No entanto, ao contrário do que se supunha, não quis usufruir dos favores do Marquês. O contrato foi abolido e João Fernandes não mais voltou ao Arraial do Tijuco. Antes porém de falecer em 1759, instituiu o morgado do Grijó, cujo primeiro administrador foi seu filho natural, o terceiro João Fernandes de Oliveira.

Estima-se que no período deste último contrato, de 1762 a 1771, a Companhia extraiu 70.420 quilates de diamantes ao ano. Foram seis os contratos, perfazendo um total de 1.666.560 quilates de diamantes extraídos.

A administração na Colônia oscilou durante anos entre várias formas de se recolher os impostos e também, entre os diversos estilos de governar, embora o objetivo primordial fosse impor à exploração de riquezas na Colônia a lógica mercantilista da metrópole. Até que ponto o poder real se fazia sentir, ou quão eficiente a máquina administrativa conseguiu ser, é alvo de grande polêmica entre historiadores.

³⁷ SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do Distrito Diamantino da Comarca do Serro*. cit., p. 118.

³⁸ MACHADO FILHO, Aires da Mata. *Arraial do Tijuco, cidade Diamantina*. cit., p. 56.

De um lado, as autoridades metropolitanas se agigantavam, pois uma vez longe do centro do poder, em Lisboa, esses funcionários tomavam para si a voz do soberano, de outro, a imensidão rural da Capitania, facilitava o alargamento do poder privado e acentuava a grande sensação de desgoverno.

Essa foi uma importante fase da história do Arraial do Tijuco, havendo grande crescimento da população e o desenvolvimento do comércio, com a construção de templos e edifícios valiosos. Em resumo, ocorreu um certo progresso, graças à moderação do contratador em face do garimpo e do contrabando. Além disso, afirma Machado Filho que “também influiu benéficamente na prosperidade do Tijuco o terremoto de Lisboa de 1755, causa da emigração de muitos portugueses de preferência para o distrito diamantino”³⁹.

1.3 Regimento Diamantino – Período da Real Extração

1.3.1 Contexto histórico e implementação da Real Extração

No ano de 1771, a Coroa Portuguesa estabeleceu um novo sistema para regular e controlar a extração de diamantes, determinando que ele seria gerido por órgãos e empregados régios e não mais através de particulares. Neste período, a administração portuguesa passava por um momento de reestruturação, empreendida pelo ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, conde de Oeiras, futuro marquês de Pombal, durante o reinado de D. José I (1750-1777).

Na segunda metade do século XVIII, Portugal vivia um período de crise, em que os fundos do Estado, a produção e o comércio, encontravam-se em situação desastrosa. Após o terremoto de 1755, fez-se necessária a reconstrução urbana de Lisboa, bem como a reorganização administrativa, que já estava em curso antes mesmo da destruição causada pelo sismo.

O século XVIII foi marcado pelo “triunfo das chamadas ‘Luzes’ ou ‘Iluminismo’ na Europa, (...) constituindo um momento de virada nas sociedades europeias. Em Portugal, nesse momento, é possível constatar que alguns actores políticos próximos do centro da monarquia partilhavam, sem estarem concertados entre si, uma certa consciência do

³⁹ *Idem*, p. 56.

desfasamento que julgavam existir entre Portugal e as outras monarquias da Europa Ocidental e tinham ideias sobre as reformas necessárias para o ultrapassar”⁴⁰.

O Marquês de Pombal foi um desses políticos que, com seus princípios iluministas, marcou a história de Portugal com o reformismo político e as transformações econômicas que implementou. Ele teve como grande preocupação, modernizar a administração pública de seu país e ampliar ao máximo os lucros provenientes da exploração colonial, principalmente em relação à colônia brasileira.

A partir da implementação das ações de Pombal no governo de D. José I, o que tem início em Portugal pode ser qualificado como uma “experiência ilustrada”, impregnada por uma intenção do Estado de controlar a produção, o comércio, toda a economia, como também, o ensino, na tentativa de uma espécie de laicização do mesmo, tanto das primeiras letras, quanto ao ensino superior.

Paralelamente às práticas mercantilistas que caracterizaram o reformismo “ilustrado” do período pombalino no campo político-econômico, devemos atentar para um outro tipo de práticas desse período, pois são elas as que talvez, mais se identifiquem ou aproximem das propostas reformistas associadas à “ilustração”. No caso luso-brasileiro, tais reformas visavam alguns dos principais elementos institucionais do Estado monárquico absolutista: suas estruturas e funcionamento, as ideias e formas de pensamento – as de natureza política, econômica e as propriamente culturais e ideológicas.

Nessa linha de pensamento, devemos destacar que “o principal e mais irreversível impacto do governo pombalino foi político e simbólico e, a esse nível, jurídico-institucional. Representou, assim, uma afirmação violenta da supremacia da realeza sobre os demais poderes e instituições”⁴¹.

Esse tipo de tendência a reformas administrativas e ao fortalecimento do Estado Monárquico, compunha o estilo de política da época, conhecido como “despotismo esclarecido”. A chegada do ministro, o esclarecido Marquês de Pombal, pode ser compreendida como uma consequência dos problemas econômicos vividos por Portugal em setecentos. Por esse motivo, Mônica da Silva Ribeiro afirma que houve um programa mais amplo de racionalidade administrativa na governança portuguesa, ao se aplicar ao governo o

⁴⁰ MONTEIRO, Nuno Gonçalo; Rui Ramos (coord); Bernardo Vasconcelos e Sousa. *História de Portugal*, Lisboa: Bertrand, 2009, p. 357.

⁴¹ MONTEIRO, Nuno Gonçalo; Rui Ramos (coord); Bernardo Vasconcelos e Sousa. *História de Portugal. cit.*, p. 376.

conceito de “razão de Estado”, onde a maior preocupação era a centralização da Corte e a política administrativa praticada pelo Império Português⁴².

A efetiva reestruturação administrativa aconteceu no pós-terremoto, mas a ideologia que culminou na criação de órgãos que fossem capazes de centralizar as finanças é anterior à catástrofe ocorrida. Segundo afirma Nuno Gonçalo Monteiro, “o terramoto de Lisboa instituiu-se como uma ruptura que criou as condições para a mudança”⁴³.

A partir desse momento, Pombal propõe e efetiva as mudanças que considerava essenciais para o Estado português. Nas palavras de José Vicente Serrão, “um programa mais alargado que tinha por objetivos estratégicos de médio-longo prazo tornar o país menos dependente das importações, reforçar a articulação (exclusiva) entre a economia metropolitana e a economia colonial”⁴⁴.

Nesse sentido, as reformas pombalinas tinham o objetivo de melhorar a administração do Império português e aumentar as rendas obtidas através da exploração colonial. Para tanto, foram estabelecidas medidas que garantissem a arrecadação dos direitos e rendas reais, por meio de práticas contábeis eficientes e que possibilitavam uma reorganização fazendária em todos os domínios portugueses.

De acordo com Júnia Furtado, “a decisão de monopolizar os diamantes fora motivada pelo fato de Pombal não poder mais contar com João Fernandes no Brasil, retido em Portugal devido aos litígios da herança de seu pai”⁴⁵. Em julho de 1771, o rei José I achou por bem justificar sua decisão de colocar fim ao contrato no final daquele ano, ao declarar que “porquanto pelo falecimento de João Fernandes de Oliveira, contratador que foi da Real Extração dos diamantes das minas do Brasil, findou o arrendamento por ele celebrado. Devendo, por isso, parar o giro do mesmo contrato para a liquidação das contas entre ele e os seus sócios, e contar-se para este efeito o tempo do mesmo contrato na conformidade de os outros da Minha Real Fazenda. Sou servido declarar findo o atual arrendamento do sobredito contratador falecido e a sociedade dele por acabada no último dezembro próximo futuro”⁴⁶.

De entre as razões do fim do período dos contratos, deve-se ainda destacar a necessidade de combater fraudes e pôr fim ao contrabando, à garimpagem e as trapaçadas dos

⁴² RIBEIRO, Mônica da Silva. “Razão de Estado” e o pombalismo. Os modos de governar na administração de Gomes Freire de Andrada. In: FALCON, Francisco José Calazans; RODRIGUES, Claudia. (Orgs.). *A “Época pombalina” no mundo luso-brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2015, p. 91-124.

⁴³ MONTEIRO, Nuno Gonçalo; Rui Ramos (coord); Bernardo Vasconcelos e Sousa. *História de Portugal*. cit., p. 364.

⁴⁴ SERRÃO, José Vicente Serrão. O quadro econômico. In: MATTOSO, José. (Dir.). *História de Portugal: o Antigo Regime (1620-1807)*. Lisboa: Círculo de Leitores, v.4, 1993, p. 74-117.

⁴⁵ FURTADO, Júnia Ferreira, *Chica da Silva e o contratador dos diamantes – O outro lado do mito*. cit., p. 220.

⁴⁶ *Idem*, p. 221.

contratadores, o que ficou claro através do Alvará de 8 de agosto de 1771, onde se evidenciou os “lesivos e intoleráveis abusos que, na mineração das referidas pedras, se tinham introduzido; principalmente pela desordem com que se lavravam as terras e entulhavam os córregos; e pelo exorbitante e supérfluo número de escravos, por contemplações, coações e outras semelhantes causas, empregados no serviço das Minas e suas dependências; crescendo de ano em ano estes males cada vez mais, até o ponto de que, não cabendo já os remédios deles nas forças dos particulares, vieram a fazer indispensavelmente necessárias as do Meu Régio braço: Querendo obviar aos graves prejuízos, que dos sobreditos abusos tem resultado aos interesses da Minha Coroa; à cultura das referidas Minas; ao Comércio Geral dos Meus Vassalos; e ao bem comum dos Reinos e Senhorios”⁴⁷.

Deste momento em diante, as minas de diamante foram declaradas monopólio régio, sendo sua extração, uma atividade privativa da Real Fazenda. Em 2 de agosto de 1771, o Regimento Diamantino foi editado e “ficou conhecido como O Livro da Capa Verde, nome que derivou do fato de que o único exemplar enviado ao Tijuco era encadernado em marroquim verde e ficava exposto na entrada do prédio da Intendência”⁴⁸.

1.3.2 Disposições legais impostas pelo Regimento Diamantino

Com a finalidade de diminuir os abusos cometidos no Período dos Contratos, foi publicado o Decreto de 12 de agosto de 1771, tornando a extração dos diamantes uma atividade privativa da Real Fazenda. Ficou determinado que, a partir de 1º de janeiro de 1772, a mineração em busca de diamantes seguiria as determinações impostas pelo Regimento Diamantino⁴⁹ – criado pelo Alvará de 2 de agosto de 1771 – que vinham acompanhadas de um rigor ainda maior do que o das normas anteriores. É a respeito das disposições legais contidas neste regimento que passaremos a tratar.

A primeira determinação do referido alvará foi a atribuição da função de Inspetor Geral do Erário Régio, ao Marquês de Pombal, que atuaria no controle da Administração estabelecida em Lisboa, com o auxílio de mais três diretores⁵⁰. Juntos eles passaram a formar

⁴⁷ APM. Regimento Diamantino. Registros de portarias, regimentos, ordens, bandos, editais, instruções e assuntos. 1735-1776. SC. 50, p. 157.

⁴⁸ FURTADO, Júnia Ferreira. *O livro da capa verde: o regimento Diamantino de 1771 e a vida no Distrito Diamantino no período da real extração*. cit., p. 26.

⁴⁹ SILVA, António Delgado da, *Collecção da Legislação Portuguesa desde a ultima compilação das Ordenações*, Legislação de 1763-1774, Lisboa: Typografia Maigrense, 1829, pp. 551-564.

⁵⁰ Regimento Diamantino, *caput*.

a Diretoria da Real Extração dos Diamantes das Minas do Brasil. Para a execução das ordens dos referidos diretores, o rei determinou “que na comarca do *Serro do Frio* haja Três Caixas, Administradores [...] com as graduações de Primeiro, Segundo e Terceiro, os quaes servirão em quanto se achar que bem cumprem com as obrigações de que forem encarregados”⁵¹, devendo residir no Arraial do Tijuco ou em qualquer outro lugar da Demarcação Diamantina. Além dos três administradores, o artigo II⁵² instituiu o cargo de Intendente Geral dos Diamantes. Esses formariam a Junta da Administração Diamantina, com sede no Arraial do Tijuco, comarca do Serro do Frio.

Podemos perceber a subordinação da Junta da Administração Diamantina à Diretoria em Lisboa, nos relatos de Felício dos Santos, quando declara que ela “tinha obrigação de escrever constantemente para a directoria por todos os navios; devia comunicar-lhe minuciosamente todos os factos aqui ocorridos, o estado dos negócios da Extracção, todas as suas deliberações, e os resultados de suas medidas e providencias”⁵³.

Ao Intendente, segundo Júnia Furtado, foi atribuída competência exclusiva para “fiscalizar a atuação dos funcionários, inclusive os caixas; controlar os moradores e escravos residentes na Demarcação, por meio de registro em livro de matrícula; expedir bilhetes autorizando a entrada no Distrito; emitir ordens de expulsão e prisão; definir o número, regras e limites de escravos necessários para serem alugados; utilizar negros para vigiar extravios; autorizar a busca de uma pessoa ou casa; reduzir o número de lojas e supervisionar armazéns, vendas ou tavernas; fornecer licenças aos lavradores, roceiros, criadores e condutores; expulsar os vadios; autorizar diligências ordenadas por ministros de outras comarcas e, por fim, abrir e conduzir processos e devassas sendo juiz da administração e de seus empregados”⁵⁴.

O Intendente acumulava as funções de ouvidor na Demarcação, uma vez que o Arraial do Tijuco ficava muito distante tanto da sede da Capitania, quanto da Vila do Príncipe, e havia a exigência de celeridade nas decisões judiciais. Ele era o juiz conservador da Administração e de todos os seus empregados (artigo LIII⁵⁵), bem como de todas as pessoas que se ocupassem da Administração e nela tivessem incumbências ou executassem serviços.

⁵¹ Regimento Diamantino, I.

⁵² SILVA, António Delgado da, *Collecção da Legislação Portuguesa desde a ultima compilação das Ordenações*, Legislação de 1763-1774, cit., p. 552.

⁵³ SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do Distrito Diamantino da Comarca do Serro*. cit., p. 178.

⁵⁴ FURTADO, Júnia Ferreira. *O livro da capa verde: o regimento Diamantino de 1771 e a vida no Distrito Diamantino no período da real extração*. cit., p. 82.

⁵⁵ SILVA, António Delgado da, *Collecção da Legislação Portuguesa desde a ultima compilação das Ordenações*, Legislação de 1763-1774, cit., p. 564.

Nesse sentido, o artigo XV do Regimento Diamantino determinava que o Intendente Geral possuía jurisdição “privativa, e exclusiva de toda, e qualquer outra jurisdição”⁵⁶.

Ressaltamos aqui o art. 11 do alvará de 23 de Maio de 1772, que diz que: “Sou servido ampliar o art. 53 do regimento de 2 de Agosto de 1771 a todos os habitantes das terras diamantinas, para que as questões, que entre eles houver, sejam sentenciadas pelo intendente sumaria, verbalmente e de plano, pela verdade sabida e sem figura alguma de juízo, sendo ouvido o fiscal nas causas de valor de 100\$000 ou daí para cima, para cujos efeitos derrogo e hei por derogadas todas as Ordenações, leis e disposições de direito em contrário, como se de todas e de cada uma delas fizesse especial menção”⁵⁷. Portanto, pode-se concluir que cabia ao intendente toda a jurisdição contenciosa do distrito, ficando proibido o exercício da advocacia na região diamantífera.

De acordo com o artigo II do Regimento Diamantino⁵⁸, aos três Caixas-administradores foi dada a incumbência de determinar quais os serviços de mineração que seriam desenvolvidos ao longo do ano, tanto no período das águas, quanto no da seca. A lavra nos rios devia ser feita de baixo para cima, evitando-se o acúmulo de resíduos nas áreas ainda inexploradas. Todo este planejamento dependeria da aprovação prévia do intendente.

Neste ponto, começamos a destacar que, muito embora a legislação impusesse regras severas para a execução dos serviços de extração dos diamantes, muitas vezes elas não eram observadas, como afirma Felício dos Santos: “esta disposição do regimento quase nunca se observou. A Extração trabalhava como os contratadores, minerando por saltos e em diferentes lugares simultaneamente: procurava os serviços mais ricos e menos dispendiosos”⁵⁹. Assim, podemos relativizar aquilo que a historiografia consagrou como sendo um período de “terror na demarcação diamantina”⁶⁰, uma vez que a lei era rigorosa, mas descumprida por aqueles que a deveriam seguir.

⁵⁶ Regimento Diamantino, XV.

⁵⁷ SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do Distrito Diamantino da Comarca do Serro. cit.*, p. 164.

⁵⁸ SILVA, António Delgado da, *Collecção da Legislação Portuguesa desde a ultima compilação das Ordenações*, Legislação de 1763-1774, *cit.*, p. 552.

⁵⁹ SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do Distrito Diamantino da Comarca do Serro. cit.* p.159, explica que a Extração “tinha razão para isso: no anno em que não fazia para Lisboa uma abundante remessa de diamantes, tornava-se acrimoniosa e descomedida a correspondência dos directores; em tudo encontravão um pretexto para graves reprehensões; os fundos, que tinham de remeter, mingoavão; mandavão reduzir os ordenados dos empregados, ou o número dos escravos alugados. Lendo-se uma carta carta qualquer dos directores, pela qualidade do estylo pode-se conjecturar, se as remessas forão boas ou más durante o anno. Por esta razão os caixas do Tijuco não escrupulisavão muito no exacto cumprimento do methodo de mineração recomendado; e assim ainda escaparão alguns restos de terrenos virgens, que tendo sido aproveitados com vantagem pelos mineiros depois de extincta a Extração.”

⁶⁰ SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do Distrito Diamantino da Comarca do Serro. cit.* p. 158.

O artigo XXIV determinou que os Caixas-administradores fossem proibidos de comprar diamantes extraviados por conta da Real Fazenda, como acontecia na época dos contratos. Visando o fim do extravio das pedras que nos últimos tempos havia se agravado, o rei ordenou “que todas as Pessoas, de qualquer estado, qualidade, ou condição que sejam, empregadas, ou não empregadas no serviço da Administração, que comprarem, ou venderem; ou constar por denuncia provada, que comprão, ou vendem Diamantes; que os extrahem furtivamente; ou que concorrem para a venda, ou extracção delles, sejam irremissivelmente castigadas, e os Diamantes confiscados; na conformidade das Minha Leis”⁶¹. Instruía ainda que nenhuma pessoa poderia se escusar de cumprir diligências necessárias a respeito do extravio de diamantes, no cumprimento de ordens do governador ou do intendente.

Aos Caixas-administradores foram concedidas muitas regalias pelo regimento. Eles não poderiam ser presos, a não ser que houvesse uma ordem régia para tal ou em flagrante delito de algum crime que merecesse uma pena capital. Em suas viagens, deveriam ser acompanhados por um ou dois soldados do Destacamento de Dragões⁶². Outra regalia advinda desse cargo foi descrita no artigo LII do Regimento, ao prever que “sucendendo falecer intestado na comarca do Serro do Frio algum dos Caixas Administradores, não poderá o Juiz dos Defuntos e Ausentes, ou outro qualquer fazer arrecadação dos seus bens”⁶³, que deveria ser feita e liquidada pelo intendente.

O fiscal, por sua vez, recebeu poderes que fizeram com que passasse a ter mais autoridade que os caixas. Afirma Felício dos Santos que “por decreto de 17 de Fevereiro de 1772 determinou-se que o emprego de fiscal só podesse ser exercido por homem letrado, de immediata nomeação régia. Por decreto de Maio do mesmo anno estabeleceu-se o seu Regulamento. No districto diamantino gosava o fiscal de todas as attribuições conferidas ao procurador da fazenda pela Ord. l. 1º, tit. 13”⁶⁴.

O Livro 1, título XIII⁶⁵ das Ordenações Filipinas determinava que o Procurador dos Feitos da Fazenda não poderia “citar pessoa alguma, nem ser citado para nenhuma causa ou demanda, nem se poderá oppor, nem assistir a ella”, salvo os casos em que o Tribunal do Conselho da Fazenda concedesse licença. O mesmo tribunal deveria ter prévio conhecimento em caso de o Procurador da Fazenda apresentar libelo ou contrariedade em algum feito. E os

⁶¹ Regimento Diamantino, XXIV.

⁶² Regimento Diamantino, XLVIII, XLIX.

⁶³ SILVA, António Delgado da, *Collecção da Legislação Portuguesa desde a ultima compilação das Ordenações*, Legislação de 1763-1774, cit., p. 563.

⁶⁴ SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do Distrito Diamantino da Comarca do Serro*. cit., p. 169 e 170.

⁶⁵ *Código Philippino, ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal recopiladas por mandado d'ElRey D. Philippe I. (1603)* (Ed. Cândido Mendes de Almeida) 14ª. ed., Rio de Janeiro, Typ. Do Instituto Philomathico, 1870, livro I, título XIII, p. 41.

feitos em o Procurador se opusesse ou assistisse, deveriam ser remetidos ao “Juízo dos ditos feitos da Fazenda, em quaesquer termos que stiverem, sem mais Juiz algum tomar delles conhecimento”.

Todas as determinações reais deveriam ser comunicadas ao fiscal, que passou a ter voto deliberativo na Junta Administrativa. Além disso, o intendente precisava ouvir seu parecer antes de despachar sobre qualquer assunto de importância. Foi-lhe dado o poder de denunciar os contrabandistas e expulsar do distrito as pessoas que julgasse suspeitas. Acerca dos fiscais, afirma Felício dos Santos que “erão-lhe subordinados todos os officiaes da intendência: estes só podião deixar de cumprir suas determinações, quando evidentemente se manifestassem contrárias às ordens do intendente, que se cumpririão em primeiro lugar no caso de colisão. Na falta ou impedimento do intendente, o fiscal o substituíá, e na falta ou impedimento deste, o intendente nomeava substituto”⁶⁶.

A todos os funcionários empregados no serviço da Administração, foi concedido o privilégio de aposentadoria ativa e passiva, não sendo constrangidas a servir os cargos de conselhos ou das milícias. Além disso, poderiam fazer uso de armas ofensivas, inclusive as proibidas, dentro do Distrito Diamantino como fora dele, em viagens a pé ou a cavalo⁶⁷.

Além desses funcionários, a Junta teria ainda sob sua administração uma Companhia de soldados do mato chamadas Pedestres, que até então pertencera aos contratos e que, por determinação real, seria mantida pela nova instituição. De acordo com Júnia Furtado, “duas guardas foram montadas no interior da Demarcação, para executar uma política repressora, a guarda da Intendência e a da Administração”⁶⁸.

A primeira companhia de pedestres, designada Companhia da Intendência, se subordinava à Intendência dos Diamantes, ficando a cargo do intendente e dos caixas-administradores, que “poderão aceitar e despedir estes pedestres conforme o seu merecimento sem dependência alguma dos cabos militares”⁶⁹. Segundo Francis Cotta, estes Pedestres eram formados por negros, pardos libertos e por escravos e formavam um grupo especializado em ações em locais de difícil acesso. Eles “entravam nos matos, descendo córregos por despenhadeiros impraticáveis”⁷⁰. Tinham seus soldos e jornais pagos pela Fazenda Real e eram comandados por capitães pardos.

⁶⁶ SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do Distrito Diamantino da Comarca do Serro*. cit., p. 170.

⁶⁷ Regimento Diamantino L, LI.

⁶⁸ FURTADO, Júnia Ferreira. *O livro da capa verde: o regimento Diamantino de 1771 e a vida no Distrito Diamantino no período da real extração*. cit., p. 30.

⁶⁹ MACHADO FILHO, Aires da Mata. *Arraial do Tijuco, cidade Diamantina*. cit., p. 30.

⁷⁰ COTTA, Francis A. *No rastro dos Dragões: universo militar luso-brasileiro e as políticas de ordem nas Minas setecentistas*. Tese de Doutorado, Belo Horizonte: UFMG, 2005.

A Companhia da Administração, por sua vez, se subordinava diretamente ao governo da capitania, tendo seus vencimentos a cargo da Fazenda Real. Seu efetivo era de quarenta e nove soldados, na maioria cativos. Eram fardados e equipados, e estavam sujeitos ao quartel-mestre do Regimento de Dragões das Minas, de quem recebiam os soldos e munições. Os soldados Pedestres da Administração faziam a guarda da Casa da Administração do Serro do Frio, onde se recolhiam os diamantes e o ouro⁷¹.

Conforme os artigos XXIX e XXX⁷² do Regimento Diamantino, a estes referidos soldados, bem como ao Destacamento de Dragões, foi autorizada a busca repentina em qualquer casa ou pessoa, em caso de suspeita de se acharem diamantes na posse de alguma pessoa particular. Caso julgassem que não haveria tempo de esperar pela ordem do intendente, eles poderiam efetuar a diligência desde que conduzissem o réu imediatamente à presença do intendente.

A respeito das denúncias de extravio de diamantes⁷³, determinou o regimento que fossem dadas em segredo, sem a lavratura de autos. A denúncia seria escrita em um papel, sem a assinatura do denunciante, que a deveria entregar pessoalmente ao intendente ou a algum dos caixas. Estes deveriam receber a denúncia assinando-a e fazendo a declaração do dia, mês e ano. Dessa forma, “este papel tornava-se um título ao portador, e por consequência podia ser transferido, negociado, vendido, doado ou alienado por qualquer maneira”⁷⁴.

Ficou determinado, de acordo com o artigo XXXII⁷⁵ do Regimento Diamantino, que os caixas-administradores fizessem o pagamento do título pontualmente, entregando ao portador do título, a parte devida por lei ao denunciante. Se o portador fosse um escravo, ser-lhe-ia concedida a liberdade por parte do rei.

Sobre as lojas, armazéns, vendas e tavernas situadas no Arraial do Tijuco, na Vila do Príncipe e demais localidades da demarcação diamantina, estipulou a lei que fossem reduzidas ao menor número possível, mandando fechar as que não fossem necessárias. Só permaneceriam aqueles comerciantes de quem não houvesse suspeita de participação em contrabando de diamantes, ficando proibida a abertura de novos negócios na região. Foi permitido que os donos das lojas que se mandassem fechar, vendessem os gêneros para os que

⁷¹ MACHADO FILHO, Aires da Mata. *Arraial do Tijuco, cidade Diamantina. cit.*, p. 37.

⁷² SILVA, António Delgado da, *Collecção da Legislação Portuguesa desde a ultima compilação das Ordenações, cit.*, p. 559.

⁷³ Regimento Diamantino, XXXI.

⁷⁴ SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do Distrito Diamantino da Comarca do Serro. cit.*, p. 163.

⁷⁵ SILVA, António Delgado da, *Collecção da Legislação Portuguesa desde a ultima compilação das Ordenações, cit.*, p. 559.

ficassem subsistindo, a preço justo combinado entre eles. Se não houvesse acordo, poderiam retirar seus bens para fora dos limites da demarcação.⁷⁶

O Regimento Diamantino manteve a proibição de entrada de qualquer pessoa no Distrito Diamantino, abrangendo essa proibição a toda a terra da demarcação, conforme a determinação do artigo XXXVII⁷⁷. Para ter acesso a esta região era necessário requerimento por escrito junto ao intendente, acompanhado por um Bilhete de Polícia ou das Justiças do lugar de onde a pessoa houvesse saído, designando o negócio que vinha tratar e a que lugar se dirigia, a distância e a diligência que deveria fazer. O pedido poderia ser aceito ou negado pelo intendente, que estipularia o tempo que a pessoa poderia permanecer no distrito.

Os roceiros e criadores que forneciam mantimentos para a região receberiam licenças anuais concedidas pelo intendente⁷⁸. Já o abastecimento das lojas, passaria a ser solicitado aos negociantes estabelecidos no Rio de Janeiro ou na Bahia, “para que assim acabe de cessar todos os Commissários Volantes, que até agora grassavão nas Terras Demarcadas; assim como também toda a sorte de Mascates Volantes, ainda que nellas sejam moradores”⁷⁹.

No que diz respeito às pessoas residentes na comarca do Serro do Frio e nas demais terras demarcadas, o artigo X⁸⁰ do Regimento Diamantino determinou que se apresentassem ao intendente no prazo de quinze dias, contados a partir da publicação deste regimento, todos aqueles que possuíssem casas, roças, lavras, ofícios ou negócios. O administrador e o fiscal ficariam responsáveis por examinar rigorosamente a boa-fé desses residentes, concedendo-lhes licença para permanecerem no distrito. Eles deveriam ser registrados em um livro de matrícula, “contendo a declaração de seus respectivos empregos e exercícios. Que as outras pessoas que se não poderem legitimar na sobredita forma, sejam notificadas para sahirem das referidas terras no termo de quinze dias precisos”⁸¹. O incumprimento dessas determinações acarretaria em prisão do infrator, que seria remetido ao Rio de Janeiro, às suas custas, para ficar detido por seis meses nas Cadeias da Relação. Em caso de retorno às terras demarcadas sem prévia autorização, ordenava a lei que fossem “prezos, e remetidos às mesmas Cadeias, para dellas serem transportados ao Reino de Angola por tempo de seis annos”⁸².

⁷⁶ Regimento Diamantino, XXXIII, XXXIV, XXXV, XXXVI.

⁷⁷ SILVA, António Delgado da, *Collecção da Legislação Portuguesa desde a ultima compilação das Ordenações*, cit., p. 560.

⁷⁸ Regimento Diamantino, XXXIX.

⁷⁹ SILVA, António Delgado da, *Collecção da Legislação Portuguesa desde a ultima compilação das Ordenações*, cit., p. 561.

⁸⁰ *Idem*, p. 553 e 554.

⁸¹ SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do Distrito Diamantino da Comarca do Serro*. cit., p. 160.

⁸² SILVA, António Delgado da, *Collecção da Legislação Portuguesa desde a ultima compilação das Ordenações*, cit., p. 554.

Qualquer pessoa que tivesse acesso permitido ao distrito e passasse a ser suspeita de tráfico oculto de pedras preciosas, seriam imediatamente expulsas da demarcação: “Tendo os Caixas Administradores alguns bem fundados indícios de que alguma Pessoa, de qualquer estado, qualidade, ou condição que seja, concorre por si, ou por outrem para o extravio de Diamantes, o deverão declarar ao Desembargador Intendente, apontando-lhe as Pessoas, que podem ter notícias do delicto”⁸³, dando-se início imediato à devassa⁸⁴ oculta da situação. Com a confirmação de pelo menos duas testemunhas, determinava a lei que o indiciado fosse logo despejado. Se retornasse às terras diamantinas, incorreria nas penas definidas no parágrafo anterior.

Para aqueles que quisessem se estabelecer no Arraial do Tijuco, ou outros locais da Demarcação Diamantina, determinava a lei que primeiramente se determinasse qual era a “justa causa, com que querem se estabelecer nas ditas terras”⁸⁵. Posteriormente, deveriam identificar os bens que possuíam e os negócios que exerciam. Com estas informações, poderiam as autoridades concluir pela sua admissão ou não nas terras diamantíferas.

Antes da vigência do regimento, os despejos de pessoas suspeitas ocorriam para fora da demarcação, medida julgada insuficiente pela Coroa portuguesa que, através de sua nova legislação, estabeleceu o despejo para fora da comarca. Além disso, ficou determinada que “a jurisdição do intendente seja, nos casos de despejos, privativa e exclusiva de toda e qualquer outra jurisdição; e tudo o que elle a este respeito determinar, em junta com os administradores, se execute sem appellação, agravo ou recurso algum”⁸⁶.

Os empregados da administração que fossem demitidos ou que pedissem exoneração de seus cargos deveriam ser imediatamente despejados da Comarca de Serro do Frio por ordem do intendente, que deveria ser imediatamente executada, sem possibilidade de qualquer recurso. Os caixas da Administração, com a aprovação do Inspetor Geral, teriam a obrigação de despedir “todos aquelles, que bem, e fielmente não cumprirem com as suas obrigações”⁸⁷, não havendo possibilidade alguma de readmissão nos trabalhos das minas.

O regimento autorizou a exploração das lavras auríferas do Morro de Santo Antônio, no rio de São Francisco e nas Bicas, ficando todas as demais inteiramente proibidas, não podendo nelas se minerar mais a partir da vigência da nova lei. Qualquer nova concessão de lavras deveria ser aprovada expressamente pelo rei, que justificou sua decisão afirmando que:

⁸³ Regimento Diamantino, XLI.

⁸⁴ Apuração minuciosa de ato criminoso mediante pesquisa e inquirição de testemunhas.

⁸⁵ SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do Distrito Diamantino da Comarca do Serro. cit.*, p. 161

⁸⁶ *Idem*, p. 161

⁸⁷ Regimento Diamantino, XXII.

“Primeiro, servirem as mesmas extensões de pretexto para a introdução de muitas Pessoas, que vierão de fóra estabelecer-se nas Terras Diamantinas; Segundo, a outra introdução de Escravos supérfluos e prejudiciaes; Terceiro, a exorbitante carístia de mantimentos; Quarto, o estrago das mesmas Terras Mineraes, que sempre se tinham difficultado aos Contractos; Quinto, o entulho dos Rios, para os quaes vertem as referidas Lavras; Sexto, o descaminho dos mesmos Diamantes, que depois daquellas mal entendidas extensões, se fez inevitavel”⁸⁸.

A respeito dos correios, o artigo XLVI⁸⁹ do Regimento Diamantino determinou que seriam expedidos apenas nos casos urgentes em que houvesse perigo de se esperar as ocasiões das remessas dos diamantes. E nestas ocasiões, a ninguém era autorizado reter em caminho, nem se fazer esperar ou mesmo ter conhecimento do motivo da expedição do correio.

As partidas de diamantes, por sua vez, seriam remetidas pelos Caixas-administradores para a cidade de Lisboa através do Rio de Janeiro, conforme determinação do artigo XLV⁹⁰ do Regimento Diamantino. Os diamantes iam em cofres fechados e lacrados na presença do Intendente. O escrivão da intendência lavrava um termo para cada remessa no Livro competente e destinado para esse fim, especificando o peso e o sortimento dos diamantes. Por fim, extraía-se a certidão do referido termo em três cópias: uma que se remetia aos diretores, juntamente com os diamantes, outra para o Inspetor Geral do Erário Régio e a terceira que ficava em poder dos administradores locais para a sua carga⁹¹.

1.3.1.1 O escravo no Regimento Diamantino

O Regimento Diamantino destinou 13 de seus artigos para a regulamentação dos escravos no Distrito Diamantino, o que nos faz compreender a importância dessa força de trabalho para o serviço de mineração dos diamantes, assim como sua relevância dentro da sociedade diamantífera.

Em seu art. 5º, o Regimento determinou que o Intendente fizesse um levantamento de quantos escravos se encontravam dentro dos limites da Demarcação das Terras Diamantinas, escrevendo, em um Livro destinado para este fim, o número de escravos, seus nomes, sinais e idades, seguidos de seus respectivos senhores. Felício dos Santos salienta que não se podia “fazer sua alienação por venda, troca ou qualquer outro titulo, sem se manifestar na

⁸⁸ Regimento Diamantino, XXV.

⁸⁹ SILVA, António Delgado da, *Collecção da Legislação Portuguesa desde a ultima compilação das Ordenações, cit.*, p. 562 e 563.

⁹⁰ *Idem*, p. 562.

⁹¹ Regimento Diamantino, XLV e XLVI.

intendencia o novo domínio; depois do que nenhum escravo poderia mais entrar no districto sem licença expressa do intendente”⁹². Era obrigatório fazer assento no referido livro de todas as mudanças de domínio dos escravos, especificando o valor pago pelos antecedentes donos do escravo⁹³.

Depois de realizadas as matrículas de todos os escravos, nenhum negro estaria autorizado a entrar nos domínios territoriais da demarcação, sem licença prévia e por escrito, expedida pelo Intendente. As licenças só seriam concedidas mediante justificativas tidas como justas e necessárias, tendo o devido assento inscrito no Livro do Registro dos Escravos.

Os negros não matriculados que entrassem nas terras diamantinas sem licença “não só pagarão os seus respectivos donos a tomadia deles a favor de quem os descobrir mas também serão condenados, pela primeira vez, em três anos de galés para nelas servirem irremissivelmente”⁹⁴. Em caso de reincidência, além de pagarem a tomadia, deveriam servir nas galés pelo período de dez anos.

As penas acima descritas eram também aplicadas aos escravos matriculados que cometessem atos de descaminhos das pedras preciosas ou minerassem sem a devida licença. O mesmo cabia àqueles negros achados com diamantes ou em posse de instrumentos de minerar⁹⁵.

A proibição acerca da atuação das *negras do taboleiro* no Arraial do Tijuco e em todos os outros arraiais diamantinos pelo Regimento não foi nenhuma novidade. Eram conhecidas como negras do taboleiro as escravas negras vendedoras ambulantes de quitandas e quitutes – doces, bolos e biscoitos – cuja atividade se integrara nos centros urbanos coloniais, fazendo parte dos chamados *escravos de ganho*.

A respeito dessas negras, diz Júnia Furtado que elas “foram alvo de ampla legislação repressiva em toda a Capitania, isso porque eram responsabilizadas por tomarem parte das redes de extravios de ouro e diamantes, além de cometerem inúmeros delitos como prostituição e desordem. Por exemplo, em 1764 instituiu-se uma multa e a prisão, sendo que o período desta era dobrado se a delinquente não tivesse renda para pagar a multa e multiplicada em caso de reincidência. O § 12 do Regimento que proibia as negra quitandeiras, principalmente junto aos serviços e as ‘vendas nas casas’, prejudicando a fonte de renda das

⁹² SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do Distrito Diamantino da Comarca do Serro*. cit., p. 159 e 160.

⁹³ Regimento Diamantino, V.

⁹⁴ Regimento Diamantino, VIII.

⁹⁵ Regimento Diamantino, VII e IX.

negras alforriadas, além dos inúmeros proprietários que dispunham de escravas de ganho, não trazia nada de novo, pois este comércio ambulante já era proibido desde 1732”⁹⁶.

A respeito dos escravos que já trabalhavam na extração de diamantes, dispôs a nova lei que os Administradores só poderiam manter na Real Extração, aqueles sobre os quais não houvesse nenhuma suspeita de serem extraviadores das pedras. Deveriam ser vendidos para fora do perímetro da Demarcação Diamantina, todos os escravos já indiciados pelo referido crime. A lei ainda determinou que nenhum negro fosse comprado para o serviço da Administração, por conta da Real Fazenda⁹⁷.

Os Administradores, responsáveis por criar e colocar em prática os planos anuais para o serviço da mineração, distribuindo as funções de cada trabalhador e fiscalizando seu estrito cumprimento, deveriam, a partir desse momento, definir o número de escravos que seriam necessários em cada época do ano. Definia a lei que esses escravos seriam alugados pelos meses de cada ano em que efetivamente tivessem que trabalhar. Findo esse trabalho, seriam logo despedidos. O administrador definiria o número de escravos necessários para a execução dos trabalhos durante o tempo de secas, bem como para o período das chuvas.

O requisito para que o escravo fosse considerado apto para o aluguel era ser capaz de executar todas as atividades relativas à lavra dos diamantes. Determinava a lei que a escolha dos escravos que fossem necessários alugar seriam reguladas pelo Intendente dos Diamantes e pelos Caixas-administradores, segundo a observância de três critérios, a saber: primeiro, deveriam preferir os escravos de maior habilidade e experiência, desde que não houvesse sobre eles indícios de serem desencaminhadores de diamantes. Em segundo lugar, deveriam ser alugados os escravos que pertenciam a funcionários da Administração. Em terceiro e último lugar, seriam alugados os negros pertencentes aos moradores do Distrito da Demarcação das Terras Diamantinas.⁹⁸

Não seria permitido a pessoa alguma, alegar direito de preferência na admissão de seus escravos nas lavras. A penalidade prevista para esse delito era ser tido como perturbador da ordem pública e desterrado das terras diamantíferas.

Contudo, àqueles que se considerassem preteridos na referida disposição dos alugueis dos escravos, era permitido pleitear junto à Mesa da Inspeção e Administração de Lisboa. O Intendente deveria se informar do caso e dar parecer ao rei, para que esse pudesse tomar as

⁹⁶ FURTADO, Júnia Ferreira. *O livro da capa verde: o regimento Diamantino de 1771 e a vida no Distrito Diamantino no período da real extração. cit.*, p. 76 e 77.

⁹⁷ Regimento Diamantino, XVI.

⁹⁸ Regimento Diamantino, XVIII e XIX.

providências cabíveis, tanto para fazer justiça aos agravados, como para castigar os acusadores⁹⁹.

De acordo com o artigo XXI¹⁰⁰ do Regimento Diamantino, aos não residentes do Distrito da Demarcação Diamantina era vedado ter ali negros alugados em nome de outra pessoa. Tal atitude, depois de provada, seria punida com a obrigação de serviços nas galés pelo período de três anos. Em caso de reincidência, seis anos e de dez anos na terceira vez.

Os negros deveriam ser mantidos sob constante vigilância, sendo-lhes aplicadas repetidas e rigorosas buscas, sempre no intuito de evitar o contrabando das gemas. De acordo com o artigo XVIII¹⁰¹ do Regimento, aqueles que fossem encontrados com qualquer sinal de traficância, seriam “condenados a Galés pelo tempo proporcionado aos indícios, que contra eles resultarem”¹⁰², não podendo voltar ao serviço diamantino. O mesmo artigo determinava que “Achando-se negras que pareçam fugidas, serão entregues aos seus donos; fazendo-se-lhes pagar a tomadia delas, e assinar termos de as venderem para fóra da Comarca, debaixo da pena de despejo”¹⁰³.

Finalmente, o artigo XLVII¹⁰⁴ do Regimento Diamantino determinou que os Administradores continuassem a ter o poder de mandar prender e aplicar castigos de açoites e galés a escravos negros e mulatos cativos empregados nos serviços da mineração, assim como acontecia na época do contrato. As penas seriam aplicadas aos escravos efetivamente culpados por algum delito, ou suspeitos de envolvimento no mesmo.

1.3.2 Traços gerais da Administração Diamantífera e o desenvolvimento de sua sociedade no período da Real Extração

A análise do Regimento Diamantino possibilita-nos concluir que essa foi uma legislação severa e que buscava garantir os interesses da Coroa Portuguesa em todas as suas disposições. Para alguns historiadores, tal objetivo foi perfeitamente alcançado através de um rígido controle administrativo imposto na região. Nesse sentido, Caio Prado Jr. afirma que “organizara-se uma administração especial, composta de grande número de funcionários,

⁹⁹ Regimento Diamantino, XX.

¹⁰⁰ SILVA, António Delgado da, *Collecção da Legislação Portuguesa desde a ultima compilação das Ordenações*, cit., p. 556.

¹⁰¹ *Idem*, p. 555 e 556.

¹⁰² SILVA, António Delgado da, *Collecção da Legislação Portuguesa desde a ultima compilação das Ordenações*, cit., p. 556.

¹⁰³ *Idem*, *ibidem*.

¹⁰⁴ *Idem*, p. 563.

todos submetidos inteiramente à *Junta da administração geral dos diamantes*, a que o Intendente presidia. Esta administração independia completamente de quaisquer outras autoridades da colônia, e só prestava contas diretamente ao governo metropolitano. [...] Não havia governadores, câmaras municipais, juízes, repartições fiscais ou quaisquer outras autoridades ou órgãos administrativos. Havia apenas o Intendente e um corpo submisso de auxiliares, que eram tudo aqui ao mesmo tempo, e que se guiavam unicamente por um Regimento que lhes dava a mais ampla e ilimitada competência”¹⁰⁵.

Aires da Mata Machado Filho, na mesma linha de pensamento, afirma que “tudo ficava ao som e ao sabor do temperamento dos executores da lei e, por essas e outras é que o Distrito Diamantino se tornou como um estado no Estado, governado por bons e maus soberanos”¹⁰⁶.

Essa imagem do Distrito Diamantino manteve-se até a publicação do trabalho de Júnia Ferreira Furtado, em 1996. Sua obra, intitulada *O Livro da Capa Verde: o Regimento Diamantino de 1771 e a vida no Distrito Diamantino no período da Real Extração*, foi de fundamental importância para compreender o imenso abismo que existe entre as leis e a sua prática. Através do estudo das leis e das correspondências das autoridades administrativas na época do monopólio régio sobre a extração dos diamantes, a autora conseguiu contestar a tese, acima descrita, de que havia um estado dentro do Estado. Ela demonstrou que o Arraial do Tijuco não era excepcional, possuindo um povo e uma vida social bastante semelhantes aos de outros locais na colônia, subordinado também à autoridade e controle impostos pelos governos da Capitania de Minas Gerais.

Júnia Furtado ainda destacou a situação de descontrole em que a Demarcação Diamantina se encontrava, fato comprovado pela reiteração de normas despóticas por parte dos administradores e de sua constante ineficiência em conseguir o seu efetivo cumprimento. Ela também fez uma análise das arbitrariedades e violências a que as camadas mais pobres da população estavam sujeitas, enquanto uma elite abastada gozava de privilégios que os livrava das durezas da lei.

É dessa visão da administração do Distrito Diamantino que se trata este capítulo, tentando demonstrar que a Demarcação Diamantina jamais esteve isolada do resto da Capitania de Minas Gerais e que a Administração nunca conseguiu exercer um controle absoluto sobre a sociedade daquela região. Para Júnia Furtado, o Regimento pouco trouxe de

¹⁰⁵ PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 23ª ed. São Paulo, Brasiliense, 2001. p. 182 e 183.

¹⁰⁶ MACHADO FILHO, Aires da Mata. *Arraial do Tijuco, cidade Diamantina*. cit., p. 18.

novo. “A maioria de seus parágrafos já estava em vigor, sendo que muitos deles se aplicavam também a regiões exclusivamente auríferas”¹⁰⁷. A autora explica que ao longo de toda exploração dos diamantes, foram publicadas inúmeras ordens e bandos, com o objetivo de conter o contrabando das pedras e aperfeiçoar o aparelho administrativo, judicial e policial. No entanto, todas essas leis não foram capazes de impor a ordem na região da maneira almejada pela Coroa Portuguesa: “Mesmo dispondo de um Regimento tão autoritário, nem sempre seus dispositivos eram perfeitamente executados”¹⁰⁸.

O poder e o prestígio atribuídos ao Intendente pelo Regimento também não foram absolutos, uma vez que ele não podia ignorar a autoridade dos governadores da Capitania, a quem a Coroa atribuiu a função de seu intermediário junto ao Intendente e responsável pelo cumprimento de suas ordens na Demarcação. Dessa forma, os governadores continuaram emitindo ordens, instaurando devassas, exigindo o cumprimento de suas determinações, controlando os funcionários locais, ordenando ou ameaçando castigos.

Em análise do estudo da grande correspondência existente entre as três instâncias de poder na época, Intendência – Capitania – Metrópole, Júnia Furtado conseguiu concluir que os governadores falavam sempre em nome da Coroa, como seus legítimos representantes. Em carta ao governador Antônio Carlos Furtado de Mendonça, o Marquês de Pombal chegou a lembrá-lo de que fazia parte de suas obrigações, observar o desempenho dos funcionários da Intendência, inclusive o fiscal e o próprio intendente. Não eximia o governador de interferir na Demarcação, mas ao contrário, dava-lhe diversas atribuições¹⁰⁹.

O objetivo central da Coroa era sempre colocar fim ao contrabando dos diamantes, através de devassas instauradas no Distrito Diamantino, seguidas da punição dos culpados pelos extravios e das ordens de despejo dos suspeitos. Portanto, era necessário que as autoridades, tanto da Intendência quanto da Capitania, unissem suas forças para alcançar o bem comum.

A Intendência dos Diamantes certamente teve caráter repressor ao colocar em prática as determinações do Regimento, porém não agiu de forma arbitrária, realizando punições e despejos desmedidos. Tal atitude provocaria a ruína da região, o que seria inconveniente para a própria a metrópole.

Nesse sentido, afirma Júnia Furtado que “a Administração se pautou por uma política coerente com os interesses metropolitanos de reprimir o extravio e o contrabando, que

¹⁰⁷ FURTADO, Júnia Ferreira. *O livro da capa verde: o regimento Diamantino de 1771 e a vida no Distrito Diamantino no período da real extração*. cit., p. 76.

¹⁰⁸ *Idem*, p. 97.

¹⁰⁹ *Idem*, p. 87.

drenavam parte dos recursos que deveriam ir para seus cofres. Não se pretendia uma repressão desenfreada, que incidisse sobre toda a população indiscriminadamente”¹¹⁰.

A sociedade diamantina não foi impedida de se desenvolver e crescer. Esse foi um período favorável para o desenvolvimento de uma elite que se enriqueceu em virtude das alterações administrativas. As classes mais baixas, no entanto, estiveram mais sujeitas aos efeitos da nova legislação. Esse foi o caso dos escravos, “elos iniciais e mais frágeis das cadeias de contrabandistas que infestavam a Capitania”¹¹¹. A esse respeito falaremos mais detalhadamente no próximo ponto desse capítulo.

A população da Comarca do Serro do Frio apresentou um crescimento constante durante o período da Real Extração, passando de cerca de 9 mil habitantes em 1738, para cerca de 60 mil habitantes em 1776¹¹², constituindo uma sociedade que, segundo Furtado, era formada por “uma grande camada de escravos, seguida de homens livres e pobres, geralmente pardos e finalmente uma pequena classe dominante branca em sua maioria portugueses”¹¹³. Essa classe dominante ocupou os mais altos cargos administrativos, que lhes proporcionava inúmeros privilégios, servindo ainda para encobrir muitas atividades ilícitas. Das classes médias, faziam parte os brancos, negros e mulatos livres que “também puderam usufruir de cargos menos importantes, principalmente nas guardas que patrulhavam a Demarcação”¹¹⁴. Os escravos, por sua vez, continuaram no serviço de extração das pedras preciosas, sendo então alugados por seus senhores ao Estado, que pagava jornais por seus serviços. Ainda de acordo com a autora, “um grande número de vadios, desclassificados sociais, negros aquilombados rondavam o Distrito e se dedicavam principalmente ao garimpo clandestino de diamantes”¹¹⁵.

A Real Extração foi uma constante fonte de empregos para os moradores da região diamantífera. O cargo de Intendente era geralmente ocupado por portugueses. Os outros cargos logo abaixo, ou seja, os três Caixas-administrativos, o fiscal, o tesoureiro e a Junta Administrativa, eram nomeados pela Coroa e empossados pelo Governador.

Embora o art. 22 do Regimento Diamantino determinasse que ao Inspetor-Geral e aos Caixas da Administração de Lisboa cabia a nomeação ou exclusão de Administradores subalternos, muitas vezes ficava a cargo do Intendente essa tarefa. A necessidade de rapidez

¹¹⁰ *Idem*, p. 90.

¹¹¹ *Idem*, p. 92.

¹¹² *Idem*, p. 46.

¹¹³ *Idem*, p. 47.

¹¹⁴ *Idem*, p.115.

¹¹⁵ *Idem, ibidem*.

em algumas decisões e a grande distância que separava o Distrito da Coroa, bem como a confiança depositada no Intendente, autorizava-o a fazer essas nomeações¹¹⁶.

A alta sociedade dispunha dos melhores cargos administrativos, fiscais e militares, o que lhes dava poderes e privilégios, assim como a possibilidade de tirar ainda mais vantagens do sistema.

As classes inferiores também eram favorecidas com cargos como carcereiros, ferreiros, porteiros, capelões, etc. Afirma Júnia Furtado que o número de indivíduos que tinham sua sobrevivência assegurada pela Real Extração era sempre alto. Estima-se que a população da região era de 24.118 pessoas, sendo que deste total apenas 783 homens livres não se achavam em empregos da Administração ou Guardas da Demarcação¹¹⁷.

A maior vantagem advinda desses cargos públicos, além da garantia dos salários pagos pela Real Fazenda, era o direito de alugar escravos para os serviços de mineração, o que veio a ser uma enorme fonte de renda para os moradores do Tijuco. O número de escravos que cada pessoa podia alugar dependia do cargo ocupado e era definido pelos Caixas da Administração.

Com o tempo, tanto a ocupação dos altos cargos pela classe dominante, quanto o aluguel de escravos, se revelaram práticas danosas para os interesses da Coroa.

Muitos funcionários públicos se envolveram com o extravio de diamantes, acobertando garimpeiros e contrabandistas. Em busca de enriquecimento fácil, parte considerável da elite do Tijuco começou a agir em interesse próprio, tirando proveito da importância de seus cargos¹¹⁸.

O sistema de aluguel dos escravos, por sua vez, também possibilitou o aumento do contrabando das pedras. Segundo Eschwege, “os administradores podiam alugar até cinquenta escravos e os feitores dois ou três, o que acabava por entrar o aperfeiçoamento técnico e aumentar o extravio de diamantes”¹¹⁹. Ter um escravo empregado na Real Extração significava a possibilidade de ter seus cativos trabalhando em dois pontos estratégicos da Demarcação – os serviços e as rondas. Uma vez inseridos em serviço, poderiam fazer parte das quadrilhas de contrabandistas de pedras, muitas vezes em acordo com seus senhores.

A respeito da economia existente na Demarcação Diamantina, é importante ressaltar que havia outras atividades acontecendo na região, além das relacionadas às lavras de

¹¹⁶ Regimento Diamantino, XX.

¹¹⁷ FURTADO, Júnia Ferreira. *O livro da capa verde: o regimento Diamantino de 1771 e a vida no Distrito Diamantino no período da real extração*. cit., p. 120.

¹¹⁸ *Idem*, p. 85.

¹¹⁹ ESCHWEGE, W. L. von. *Pluto brasiliensis*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1979, p. 130.

diamantes. Essas atividades consistiam em fontes de renda e sobrevivência para muitos, movimentando uma considerável soma de dinheiro.

A própria extração do ouro nos rios onde nunca haviam sido achados diamantes, ou esses já estavam esgotados, foi uma atividade importante para a economia da região. Felício dos Santos afirma que “em toda a demarcação forão permitidas as lavras auríferas do morro de Santo Antônio, corregos de S. Francisco e das Bicas” logo no período da Real Extração, e “assim a mineração do ouro voltou ao estado do anno de 1740, quando se estabelecêrão os contratos”¹²⁰. A Coroa determinou que essas lavras, unicamente auríferas fossem desimpedidas e constantemente alargadas posteriormente, sempre que as autoridades locais percebiam a necessidade de se encontrar outras formas de subsistência para a população.

A agricultura e a pecuária foram outras atividades a que se dedicaram muitos indivíduos dentro da Demarcação. Era comum a concessão de sesmarias para a plantação de diversas culturas, bem como para a criação de gado¹²¹. Todavia, foi na atividade da pecuária que a Comarca do Serro Frio se destacou, ficando conhecida pelos inúmeros rebanhos bovinos. De acordo com Cláudia Maria das Graças Chaves, em sua obra *Perfeitos Negociantes: Mercadores das minas setecentistas*, “as terras salitrosas eram adequadas para a pecuária, o que, por sua vez, prejudicava a agricultura. [...] Sabemos, pela documentação fiscal, que as comarcas do Rio das Velhas e do Serro Frio eram auto-suficientes na produção de gêneros alimentícios, e especialistas na criação de gado vacum. Os documentos revelam que estas comarcas eram independentes da Comarca do Rio das Mortes para o seu abastecimento, demonstrando um vínculo maior entre si. Os livros de passagem do interior destas comarcas revelam um intenso comércio voltado para o abastecimento da própria capitania”¹²².

É possível ainda destacar o comércio como uma ocupação que se desenvolveu e floresceu dentro da Demarcação, a despeito de todas as proibições da lei. No período em que Manoel Ferreira da Câmara foi Intendente, o comércio do Tijuco gozou de uma liberdade quase ilimitada, como nunca ocorrera anteriormente. O Intendente Câmara, como ficou conhecido, desaprovava a medida de despovoar a Demarcação, com o fim de evitar o contrabando dos diamantes. Dizia que viera ao Brasil para governar homens e não desertos e

¹²⁰ SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do Distrito Diamantino da Comarca do Serro*. cit. p. 162.

¹²¹ FURTADO, Júnia Ferreira. *O livro da capa verde: o regimento Diamantino de 1771 e a vida no Distrito Diamantino no período da real extração*. cit., p. 135.

¹²² CHAVES, Cláudia Maria das Graças. *Perfeitos negociantes: mercadores das minas setecentistas*. São Paulo: Annablume, 1999, p. 101.

serranias, preferindo mostrar aos estrangeiros o resultado moral de sua administração inteligente.

Sendo o primeiro brasileiro a administrar a região diamantífera, o Intendente Câmara, grande estudioso da mineralogia e que viria a trazer novas técnicas para a extração dos diamantes, recebeu no Distrito muitos metalúrgicos distintos, como John Mawe, Eschwege, Spix, Martius e Saint Hilaire. Alguns desses viajantes escreveram preciosos relatos acerca do que viram no Arraial do Tijuco durante esse período em especial.

A visão de John Mawe evidencia o desenvolvimento do comércio na região ao atestar que “... as lojas estão abarrotadas de mercadorias inglesas, assim como presuntos, queijos, manteiga e outros produtos de consumo. [...] As somas pagas pelo governo pelo aluguel dos negros, o salário dos oficiais [...] isso e mais a despesa dos habitantes da cidade e das vizinhanças movimentam grande comércio”¹²³. Saint-Hilaire confirma essa visão ao relatar que “as lojas dessa aldeia são providas de [...] grande quantidade de artigos de luxo. [...] Essas mercadorias são quase todas de fabricação inglesa”¹²⁴.

Nem mesmo a circulação de mascates foi totalmente proibida na região da Demarcação. “Numa lista de 37 tropeiros, aos quais foi concedida licença de mascateação na Capitania pelo prazo de três meses, 11 deles não tiveram nenhum tipo de restrição, podendo entrar livremente na Demarcação”¹²⁵. Ao não conseguir reprimir o comércio local, que se tornou forte e indispensável para os moradores do Tijuco, a Coroa passou a se preocupar em fazer com que os tropeiros e os comerciantes locais não contribuíssem para o contrabando das pedras e pagassem seus devidos impostos. Esse foi o objetivo dos governadores e intendentes da época.

O período de 1775 a 1795 foi o auge da produção de diamantes e trouxe consigo uma época de economia estável e próspera para o Arraial e seus moradores. Júnia Furtado afirma que “grande parte daquilo que foi arrecadado acabou revertendo à região sob a forma de gastos da Real Extração. Foi através de cargos e patentes regidamente distribuídos e do aluguel dos próprios escravos (além do contrabando), que a população sobreviveu durante todo esse período, aumentando de número, apesar dos interesses da Coroa”¹²⁶.

¹²³ MAWE, John. *Viagens ao interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1978, p. 156-8.

¹²⁴ SAINT-HILARE, Auguste de. *Viagens pelo Distrito dos Diamantes e litoral do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1979, p. 33.

¹²⁵ FURTADO, Júnia Ferreira. *O livro da capa verde: o regimento Diamantino de 1771 e a vida no Distrito Diamantino no período da real extração*. cit., p. 139.

¹²⁶ *Idem*, p.63.

A respeito do funcionamento da Administração durante o período da Real Extração, vale salientar que sempre houve a tentativa de se garantir um controle efetivo de todas as atividades e evitar os descaminhos das preciosas gemas. Com essa finalidade, todas as atividades burocráticas e extrativas realizadas no Arraial do Tijuco passaram a ser registradas em livros de caixa, gerenciando as receitas e as despesas da instituição. Tudo era registrado sistematicamente, desde a compra e venda de mercadorias à entrada e saída de diamantes dos cofres da intendência.

Era de vital importância evitar desperdícios financeiros e aumentar a arrecadação para a Coroa, que continuou a custear as despesas oriundas da produção diamantífera, assim como ocorria no período dos contratos. No entanto, algumas alterações foram determinadas, visando acabar com os atrasos ou falta de pagamentos. O auxílio de duzentos contos de réis, conforme afirma Ângelo Carrara, “correspondia ao valor recebido da Casa de Fundição para se suprir as despesas correntes da Real Extração, tais como jornais e alimentação dos escravos alugados e os salários dos feitores. [...] O recurso era remetido pela Provedoria de Vila Rica e entregue diretamente à Administração Diamantina, no Tijuco, onde os administradores emitiam uma letra de câmbio para ser sacada em Lisboa pelo Real Erário”¹²⁷. Na prática, a Junta Administrativa repassava o valor à Real Extração, ficando o pagamento ao Erário Régio a cargo dos diretores, em Lisboa.

Como já foi mencionamos anteriormente, a nova Administração proporcionou o surgimento de novos cargos e funções que garantiam a seus ocupantes uma série de privilégios sociais e econômicos. Afirmar Júnia Furtado que “a população soube se reorganizar neste novo sistema, encontrando sua sobrevivência e até mesmo o próprio enriquecimento. A Real Extração criou ao seu redor uma ‘corte’ de privilegiados e garantiu também o sustento de uma grande parcela da população, mesmo em seus escalões inferiores, tornando a vida da Demarcação intimamente ligada à sua própria existência”¹²⁸.

Além dessas despesas, os gastos com o serviço da mineração e com o abastecimento do Distrito eram altos, gerando dificuldades aos administradores para manter o orçamento dentro dos 200:000\$000 réis anuais. Por conseguinte, quando a Administração ficava sem fundos para arcar com seus compromissos, “passava letras para serem pagas quando

¹²⁷ CARRARA. *Receitas e despesas da Real Fazenda no Brasil*, século XVIII: Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, 2009, pp. 27 e 28.

¹²⁸ FURTADO, Júnia Ferreira. *O livro da capa verde: o regimento Diamantino de 1771 e a vida no Distrito Diamantino no período da real extração*. cit., p. 44.

chegassem as quantias da consignação, que lhe fazia a fazenda real: estas letras forão os celebres *bilhetes da Extração*”¹²⁹, conforme explica Felício dos Santos.

A operação funcionava da seguinte forma: de cada quantia devida eram confeccionados dois bilhetes iguais: um, que servia de recibo e era entregue ao credor, e o outro que ficava no livro, servindo de registro para a conferência, que seria feita na ocasião do pagamento.

Os Bilhetes da Extração, que serviam como uma espécie de papel-moeda nas terras diamantinas, eram pagos com pontualidade até o ano de 1776, o que fez com que tivessem imenso crédito no giro comercial dentro da Capitania e até mesmo fora dela. A partir de 1777, no entanto, como o valor da assistência real quase nunca era suficiente para manter em equilíbrio as contas da Administração, a Junta começou a ter dificuldades nos resgates desses bilhetes. No ano seguinte, apenas os primeiros bilhetes cobrados tiveram o efetivo, o que contribuiu ainda mais para o seu descrédito. Conta Felício dos Santos em suas memórias que ainda existiam possuidores de bilhetes da Real Extração sem o devido pagamento, em pleno século XIX.

Acerca dos impostos, sabe-se que, com exceção do quinto, eram arrecadados mediante o sistema de contratos, adquiridos por particulares. Em 1771 foi criada a Real Fazenda em Minas Gerais, centralizando a arrematação e facilitando a cobrança dos impostos.

Os principais tributos eram as Entradas e os Dízimos. As Entradas incidiam sobre todos os produtos que entrassem na Capitania com a finalidade de comercialização, como escravos, cavalos, gado, fazenda seca e molhada, etc. Os Dízimos, por sua vez, incidiam sobre tudo aquilo que era produzido na capitania, com exceção do ouro (sobre ele era cobrado o Quinto). Existia ainda o tributo sobre a passagem dos rios caudalosos da Capitania, as propinas e o subsídio literário, criado pela Carta Régia de Novembro de 1772, para sustentar o sistema educacional¹³⁰.

Júnia Furtado salienta que “além destes impostos regulares foi criado em 1755 o subsídio voluntário. Na verdade, era uma bitributação obrigatória sobre todos os gêneros produzidos, a título de ajuda temporária e excepcional para a reconstrução de Lisboa. Instituído inicialmente pelo período de dez anos, foi posteriormente prorrogado até 1778 e

¹²⁹ SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do Distrito Diamantino da Comarca do Serro*. cit., p. 167.

¹³⁰ FURTADO, Júnia Ferreira. *O livro da capa verde: o regimento Diamantino de 1771 e a vida no Distrito Diamantino no período da real extração*. cit., p. 141.

retornou várias vezes. Em 1785 para a reconstrução do Palácio da Ajuda e, em 1804, quando dos distúrbios com os franceses”¹³¹.

Afim de aumentar os lucros com as riquezas coloniais, a Coroa estabeleceu o máximo de taxas possíveis sobre seus súbditos e estava constantemente em busca do que lhe era devido dentro das terras diamantíferas. Tanto os moradores, quanto as próprias autoridades responsáveis pelas cobranças, estavam sempre sobrecarregados com esses tributos e buscavam, continuamente, por novos meios de burlar o fisco. Havia constantes denúncias de devedores, prisões, castigos e cobranças por parte dos governadores, na maioria das vezes ineficazes.

A cobrança de tributos sobre os direitos de entrada de gêneros e escravos no perímetro da Demarcação era a mais usual. Foram estabelecidos registros em cinco pontos de entrada do Distrito, tendo em cada um deles um fiel, que era o responsável pelas cobranças. Ele ficava acompanhado por um guarda e tinha um livro de controle, onde anotava tudo que entrava e saía.

O governador da província acompanhava os acontecimentos de cada registro através de um diário em que o comandante do Destacamento registrava os acontecimentos do dia-a-dia e das rondas feitas. Desse modo, os governadores podiam cobrar dos contratadores das entradas o seu pouco rendimento, bem como as contas vencidas, embora tivessem pleno conhecimento de que os próprios fiéis do Registro eram responsáveis pela baixa arrecadação, uma vez que contribuíam enormemente para o contrabando¹³².

O período da Real Extração foi marcado pela constante preocupação em se acabar com o contrabando dos diamantes e o elevado número de crimes cometidos na região da Demarcação, demonstra as dificuldades enfrentadas pelas autoridades em conter a população.

O controle administrativo passou a se revelar através de políticas repressoras, que estabeleciam um rígido controle sobre o fluxo de pessoas na região. De acordo com Júnia Furtado, “o local mais patrulhado foi evidentemente o Arraial do Tijuco e seus arredores, onde se deu o maior número de prisões. Ali as rondas eram mais constantes o que facilitava a repressão, ao mesmo tempo que dificultava a ação dos garimpeiros”¹³³. Nessa localidade se concentrava o maior número de soldados, responsáveis por prisões que envolviam diversos tipos de delitos, como brigas, desordens, extravios, dívidas e contrabando.

¹³¹ *Idem, ibidem.*

¹³² *Idem*, pp.142-144.

¹³³ *Idem*, p. 69.

Os garimpeiros sofreram grande perseguição nesse período de monopólio real. O sexto intendente, João da Rocha Dantas e Mendonça, “por edital de 18 de Março de 1775, deu enérgicas providencias para prevenir o garimpo e contrabando, regularizou os trabalhos da Extracção, reformou os diferentes quarteis que existião disseminados na demarcação para alojamento dos soldados [...] e determinou o giro das patrulhas”¹³⁴.

As esquadras de pedestres costumavam fazer rondas nos arredores do serviço de mineração, não podendo ninguém ali entrar, sem que fosse chamado pelo administrador e em caso de urgente necessidade.

O sétimo intendente, José Antônio de Meirelles Freire, conhecido como o “*Cabeça de ferro*”, apellido que dera-lhe o povo pelo emperramento e obstinação de seu caracter”¹³⁵, também trabalhou no intuito de reprimir as práticas de extravio das pedras. Em seu governo, emitiu várias ordens com essa finalidade. Uma delas foi a determinação de que nenhuma pessoa poderia sair do Distrito Diamantino sem pedir-lhe o passaporte de saída, declarando o motivo, o negócio que ia fazer e o tempo que gastaria. Além disso, não poderia retornar ao distrito sem trazer um atestado da Câmara ou de alguma autoridade do lugar em que estivera, no qual deveria constar o negócio de que tratou e o tempo gasto.

Em outra ordem, o mesmo intendente “prohibio que as mulheres dos feitores entrassem nos serviços administrados por elles; e obrigava-as a residir na distancia de uma legoa pelo menos dos serviços da Extracção”¹³⁶.

A constante edição de ordens no sentido de coibir o contrabando evidenciam a situação de descontrole e desordem na Demarcação Diamantina. Júnia Furtado nos possibilita concluir que “mais do que ‘altamente repressora’, a Administração Diamantina se caracterizou por ser incapaz de controlar a sociedade local. Ao contrário, seus funcionários contribuíram para que esta encontrasse meios, legais ou não, de fugir ao controle, seja distribuindo privilégios, ou mesmo protegendo indivíduos ligados ao extravio das pedras”¹³⁷.

¹³⁴ SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do Distrito Diamantino da Comarca do Serro*. cit., p. 180.

¹³⁵ *Idem*, p. 186.

¹³⁶ *Idem*, p. 187.

¹³⁷ FURTADO, Júnia Ferreira. *O livro da capa verde: o regimento Diamantino de 1771 e a vida no Distrito Diamantino no período da real extração*. cit., p.72.

2 Capítulo 2 – Escravidão em Diamantina

2.1 O trabalho escravo nas lavras de diamantes

Assim como no restante do território do Brasil, o trabalho escravo africano foi a grande força motriz dos serviços de mineração na Capitania de Minas Gerais, onde o negro cativo constituía o maior contingente populacional.

O descobrimento das jazidas de ouro na província mineira ocasionou um intenso fluxo migratório no interior da colônia. Em busca de enriquecimento rápido e “fácil”, vieram ainda muitos portugueses para a região mineradora. Afirma Celso Furtado que a população dessa região chegou a duplicar em apenas um século, o que fez com que a metrópole tomasse medidas para impedir o fluxo emigratório¹³⁸.

Com a vinda dos forasteiros, vieram também os escravos, cuja mão de obra foi determinante desde o início da extração do ouro, assim como na extração diamantina que viria a seguir. A dependência do sistema escravista no Brasil se mostrou crônica desde cedo, pois os senhores dependiam dessa força para executar todo o trabalho pesado, principalmente os relativos a explorar jazidas de ouro e diamantes.

Na Comarca de Serro do Frio, o trabalho dos negros cativos esteve presente nos serviços de mineração desde antes da descoberta dos diamantes. Nos primeiros anos do século XVIII, a Vila do Príncipe possuía 2.522 escravos¹³⁹, o maior número de cativos na região, por ser a vila mais importante da época. Com a descoberta dos diamantes e sua efetiva extração, houve um grande crescimento da populacional servil africana. Em 1735 foram arrolados 10.102 escravos para a Comarca¹⁴⁰.

Com a vigência do período dos Contratos e o maior controle sobre a circulação de pessoas na Demarcação Diamantina, o número de escravos diminuiu. Em 1740, contava-se 8.063 cativos na região, número que veio a cair para 6.975 no ano de 1749, quando terminam as informações constantes no “mapa de negros”¹⁴¹.

¹³⁸ FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. Editora Fundo de Cultura, Rio de Janeiro, 1961, p. 90-91.

¹³⁹ SCARANO, Julita. *Devoção e escravidão: a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantino no século XVIII*. São Paulo, Conselho Estadual de Cultura, 1975, p. 104.

¹⁴⁰ Códice Costa Matoso. *Coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que se fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das do Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749 e vários papeis*. cit., 1999, p. 407.

¹⁴¹ *Idem*, pp. 409 e 413.

Em 1772 teve início a Real Extração, que iniciou seus trabalhos com 3.610 escravos. Já em 1795, nos tempos de seca eram empregados 5.000 cativos negros, número que diminuía para 4.200 – 4.400 durante a estação das chuvas¹⁴². De 1795 a 1801, foi registrada uma variação de 1500 a 1700 na força de trabalho escravo, que de 1801 a 1814, aumentou para 2.100 – 2.800. De 1814 a 1817, reduziu para 1.600 – 1.800. Em 1818, ano do último registro oficial disponível, foram empregados 1.200 escravos¹⁴³.

É importante observar que esses cálculos resultaram em um número aproximado, não havendo uma certeza absoluta do número real de negros que entraram nos serviços de mineração de diamantes. Naquela época, era muito difícil o acesso às informações necessárias para um levantamento estatístico preciso, como afirma José Pedro Xavier da Veiga, em sua obra *Efemérides Mineiras*: “Na parte estatística – compreensiva da agricultura, indústria, viação, commercio, instrucção publica, imprensa periodica, população, instituições pias, de beneficência, literárias, industriaes, etc – ha lacunas, que não me foi dado preencher, atenta a grande deficiencia de serios elementos de estatistica em nosso paiz, onde esse importantissimo ramo da publica administração, tão esclarecida e opulentamente organizado na Europa e Estados Unidos, permanece ainda em embryão rudimentar”¹⁴⁴.

No que diz respeito à população nas zonas mineiras, essa imprecisão era ainda mais grave, pois as pessoas mudavam de localidades de acordo com a atividade de extração. Os exploradores viviam em busca de lavras lucrativas, morando em ajuntamentos temporários próximos aos serviços e mudando de domicílio quando a mineração deixava de ser compensadora.

No caso dos negros, havia ainda a questão dos “quilombos”¹⁴⁵, que contribuía para dificultar a contagem correta dessas pessoas. Julita Scarano declara “terem sido os quilombos muito mais frequentes do que se supõe e neles viverem muitos negros, minerando e vendendo por baixíssimo preço os seus produtos. Esquivos à vigilância das autoridades, era impossível a elaboração de um cômputo correto de seus habitantes”¹⁴⁶.

¹⁴² SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do Distrito Diamantino da Comarca do Serro*. cit., p. 170 e 223.

¹⁴³ SPIX e VON MARTIUS. *Viagem pelo Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938, p. 109.

¹⁴⁴ VEIGA, José Pedro Xavier da. *Efemérides Mineiras*. Ouro Preto: Imprensa Oficial do Estado de Minas, 1897, p. 8.

¹⁴⁵ MOURA, Clóvis. *Os Quilombos e a Rebelião Negra*. 7. ed. São Paulo, Editora Brasiliense, 1987, p. 16 explica que “Quilombo era ‘toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles’, segundo resposta do Rei de Portugal a consulta do Conselho Ultramarino datada de 2 de dezembro de 1740”.

¹⁴⁶ SCARANO, Julita. *Devoção e escravidão: a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantino no século XVIII*. cit., p. 101.

A capitação também contribuía para a imprecisão do cálculo da população escrava, uma vez que os senhores quase sempre ocultavam o número correto de seus cativos a fim de pagarem menos tributos, mesmo que as penas para essa prática fossem muito severas. Além disso, havia a prática de atribuição da matrícula de um escravo fugido ou doente a um escravo novo. Tal expediente foi muito comum à época dos contratos e permaneceu durante a Real Extração, apesar de todos os esforços da Coroa em reprimi-la¹⁴⁷.

Mas apesar de todas as dificuldades em se definir um número correto da população cativa, é certo afirmar que os escravos constituíam a maioria esmagadora da população da Capitania mineira, assim como a do Distrito Diamantino, onde as minas não poderiam subsistir sem o trabalho dos negros.

De acordo com Aires da Mata Machado Filho, “refere-se ao ano de 1776 o primeiro cálculo a que se procedeu sobre a população de Minas Gerais e o único no período da Capitania”¹⁴⁸. Por meio desse recenseamento, a população foi discriminada por sexo, cor e condição, se livre ou servil.

Quadro 1 - População da Capitania de Minas Gerais em 1776

	HOMENS	MULHERES
BRANCOS	41.677	28.987
PARDOS	40.793	41.317
PRETOS	117.171	49.824

Fonte: MACHADO FILHO, Aires da Mata, 1964. p. 23

O total de habitantes da Capitania de Minas Gerais, em 1776, era de 319.769, constituindo a maior aglomeração da colônia¹⁴⁹. No mesmo ano, a Comarca do Serro do Frio possuía 58.794 habitantes, sendo a menos povoada da Capitania. No entanto, é possível observar que a população da região apresentou um crescimento constante ao longo do século XVIII, pois em 1738 contava com apenas 9 mil habitantes. Tal crescimento perdurou até o início do século XIX, quando chegou a possuir cerca de cem mil moradores. A população do Arraial do Tijuco também cresceu de forma contínua nesse período, ultrapassando a de muitas vilas importantes naquele tempo¹⁵⁰.

¹⁴⁷ *Idem*, p. 102.

¹⁴⁸ MACHADO FILHO, Aires da Mata. *O negro e o garimpo em Minas Gerais* – 2. ed – Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1964, p. 23.

¹⁴⁹ MAXWELL, K. “Libertas quae sera tamen”. Bicentenário da conjuração Mineira e Revolução Francesa. *Cadernos de estudos avançados*. v. 3, n.º 6, maio/ago. 1989, p. 9.

¹⁵⁰ *Idem*, p. 9-12.

Desse total de quase 59 mil habitantes na Comarca do Serro do Frio, 23% eram brancos, 26% eram pardos e 51% eram negros. Portanto, a imensa maioria da população era formada por homens negros e mestiços, assim como no restante da Capitania de Minas Gerais¹⁵¹.

Caio Prado Júnior salienta que “o preto e seus derivados dominam nas regiões de grande atividade econômica. É assim que ele se concentra nos centros mineradores do interior”¹⁵², como era o caso da região diamantífera da Comarca do Serro do Frio, na segunda metade do século XVIII, período do auge da mineração dos diamantes a cargo da Fazenda Real, objeto de nosso estudo.

Existia, na região mineradora, uma antiga crença de que todo minerador deveria possuir uma negra Mina como sua concubina, pois essa lhe traria sorte em suas buscas minerais. Essa crença abrangia não só as mulheres negras chamadas de Mina, mas também, segundo afirma Boxer, “aos escravos negros exportados de Ajudá, que possuíam um dom especial para descobrir novos depósitos de ouro”¹⁵³, que era o sonho de todos aqueles que vinham ocupar as terras mineiras em busca de enriquecimento.

A preferência dos mineradores pelos negros Mina também pode ser explicada pelo fato de que eles consideravam esses africanos mais fortes e resistentes às doenças, além de serem tidos como mestres na arte de minerar. Eles possuíam vasto conhecimento técnico sobre a mineração do ouro e do ferro, além de conhecerem métodos antigos para a fundição desses metais. A escolha dos traficantes negreiros portugueses e brasileiros pelos negros embarcados na Costa da Mina¹⁵⁴, justifica-se, portanto, pela experiência mineradora e metalúrgica que eles traziam para os serviços no Brasil.

Falando especificamente do Distrito Diamantino, é importante salientar que negros de outras localidades de África contribuíram para a formação dessa sociedade. Dentre eles podemos citar os “benguelas”, vindos de regiões situadas ao sul de Angola e considerados por Antonil “os mais capazes de aprender ofícios mecânicos”¹⁵⁵. Negros vindos do Congo e de

¹⁵¹ FURTADO, Júnia Ferreira. *O livro da capa verde: o regimento Diamantino de 1771 e a vida no Distrito Diamantino no período da real extração*. cit., p. 46.

¹⁵² PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. cit., p. 112.

¹⁵³ BOXER, Charles R. *A idade do ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial*. cit., p. 192.

¹⁵⁴ CARNEIRO, Edson. *Ladinos e crioulos – Estudo sobre os negros no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1964, p. 37, explica que “a Costa da Mina, intensamente frequentada por tumbeiros de todas as nações, era uma região definida do continente africano. Estendia-se por todo o litoral do Golfo da Guiné, ao norte do Equador, compreendendo outras ‘costas’ menores – a do Marfim, a do Ouro e a dos Escravos – e as ilhas portuguesas de São Tomé e Príncipe.”

¹⁵⁵ ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas Drogas e Minas*, com um estudo bibliográfico por Afonso de E. Taunay. São Paulo, Companhia Melhoramentos, 1923, p. 91.

Moçambique, dentre outras nações africanas, também foram registrados na região e contribuíram para a formação da cultura e vida mineiras.

É dessas peculiaridades étnicas da população e do especial teor de suas vidas, destaca Machado Filho, que deriva a grande importância das cantigas entoadas nas lavras. A prática das chamadas cantigas de trabalho na mineração dos diamantes foi fortemente influenciada pelo elemento negro. Os escravos cantavam o dia inteiro, o que, segundo o autor, não significava uma folga dos trabalhos e sim uma “necessidade universal de trabalhar cantando”¹⁵⁶.

Tais cantigas constituíam um tipo de exigência dos negros, devendo todos acompanhar os ritmos durante os serviços de mineração. Havia algumas especiais para outras ocasiões, como as entoadas em cortejos fúnebres e as usadas em cerimônias místicas. No entanto, o mais relevante sobre esse costume dos negros era o uso de tais cantigas para a perseguição a grupos étnicos rivais. Nesse sentido, afirma Machado Filho que “era comum, nos grandes serviços de mineração em que trabalhava número considerável de negros, haver vários cantadores ‘mestres’, logo rivais”¹⁵⁷.

Assim, evidencia-se a grande mistura de grupos africanos de diferentes origens, existente na região mineira, o que contribuía para a rixa entre povos com tradições e costumes diferentes e muitas vezes antagônicos. Scarano acredita que “essa mistura de raças diversas foi muitas vezes elaborada conscientemente pela política portuguesa”, pois “facilitava a fiscalização e permitia entre outras coisas que as inimizades levassem a denúncias de revoltas e ao auxílio de pretos na perseguição de escravos fugidos”¹⁵⁸.

É certo dizer que, independentemente da origem do negro africano empregado nos serviços de mineração do diamante, estavam todos sujeitos às penosas condições de vida. Eles tinham uma longa e penosa jornada de trabalho, residiam em moradas precárias e suas vestimentas eram inadequadas para o clima daquela localidade, sendo muitas vezes insuficiente.

O duro trabalho das minas foi descrito por Enrique Peregalli da seguinte forma: “Com as pernas submergidas nas águas frias que desciam das serras, o escravo permanecia por longos períodos, que se estendiam por 10 a 15 horas, submetido a um trabalho que

¹⁵⁶ MACHADO FILHO, Aires da Mata. *O negro e o garimpo em Minas Gerais. cit.*, p. 57.

¹⁵⁷ *Idem*, p. 63.

¹⁵⁸ SCARANO, Julita. *Devoção e escravidão: a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantino no século XVIII. cit.*, p. 108-109.

provocava reumatismos e doenças respiratórias. Curvados na frente dos vigias, tinha suas mãos e seus pés feridos pelas pontiagudas rochas”¹⁵⁹.

Portanto, as péssimas condições de trabalho a que os cativos eram submetidos fazia com que suas vidas fossem geralmente breves. Um escravo jovem costumava render uma média de 12 anos de trabalho a seus senhores, que não viam vantagens em diminuir a exploração dos trabalhadores. Era mais lucrativo extrair a maior produtividade possível dos braços de um escravo do que gastar dinheiro em iniciativas que melhorassem a sua vida e saúde.

Os senhores de escravos consideravam muito mais barato repor os escravos através do comércio negreiro, que era abastecido constantemente com novos negros, a preços relativamente acessíveis. Assim, formou-se a ideia de que, dos negros era preciso extrair o máximo de produção com o menor custo possível, o que implicava em gastar apenas o indispensável com sua subsistência. Era essa a lógica empregada no sistema de administração do trabalho escravo na época do auge da extração diamantífera.

O alto nível de mortalidade registrado entre os escravos mineradores chegou a ser considerado alarmante pelas Irmandades Religiosas, verdadeiras confrarias de homens de cor que se estabeleceram em vários núcleos escravistas da colônia, inclusive no Distrito Diamantino. A grande quantidade de óbitos entre os negros mineiros era explicável, de acordo com Julita Scarano, “pelas baixíssimas condições de vida, pelo regime insalubre trazido pela mineração, em que os homens trabalhavam com os pés mergulhados na água fria de rios e córregos”¹⁶⁰. Somando-se a isso os outros males inerentes ao contexto escravocrata e ainda outras doenças típicas da mineração, todos contribuíam de forma decisiva para a brevidade da vida dessas pessoas.

Tratar de um escravo enfermo significava gastos extras e desnecessários do ponto de vista de seus proprietários, que na maioria das vezes não estavam dispostos a arcar com essas despesas. Além disso, em muitos casos, os senhores só se convenciam da doença do negro quando ela era inegavelmente evidente ou ele já estava à beira da morte.

Acerca da saúde, dos óbitos e das doenças a que eram acometidos inúmeros negros cativos, Mary Karasch explica que eles “morriam devido a uma correlação complexa entre descaso físico, maus tratos, dieta inadequada e doença. A falta de alimentação, roupas e moradias apropriadas, em combinação com os castigos, enfraqueciam-nos e preparavam-nos

¹⁵⁹ PEREGALLI, Enrique. *Escravidão no Brasil*. 3ª ed. São Paulo: Global, 1997, p. 63.

¹⁶⁰ SCARANO, Julita. *Devoção e escravidão: a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantino no século XVIII*. cit., p. 59.

para serem liquidados por vírus, bacilos, bactérias e parasitas que floresciam na população densa do rio urbano. As ações intencionais ou não dos senhores contribuíam diretamente para o impacto de doenças específicas ou criavam indiretamente as condições nas quais uma moléstia contagiosa poderia se espalhar rapidamente pela população escrava”¹⁶¹.

Ângela Pôrto relata que apesar da saúde dos escravos ser uma precondição na fixação de seu valor, “soluções baratas adotadas pelos proprietários de escravos no fornecimento de moradia, alimentos, roupas ou remédios, fizeram proliferar doenças entre eles. As mais comuns eram as doenças decorrentes dos maus tratos físicos ou do trabalho fatigante”¹⁶².

Portanto, levando-se em conta a rotina de trabalho exaustiva, a subnutrição, as roupas inadequadas, a precariedade de sua habitação, a falta de assistência médica e os castigos que lhes eram impostos, não é de admirar a grande familiaridade que esses negros possuíam com a morte. Através do “Livro de Óbitos da Vila do Príncipe vemos em 1772 que, para cada ‘inocente’ filho de escrava morto, há dez adultos. Em 1774 a porcentagem é de um para sete”¹⁶³.

De acordo com o grande estudiosos sobre os problemas do negro no Brasil, Edson Carneiro, “era grande a mortalidade de escravos. Roberto Simonsen calculou em sete anos a vida do escravo na mineração. A média de mortalidade, segundo Eschwege, era de 4% - ou seja, 7000 escravos morriam, anualmente, nas minas”¹⁶⁴.

A Comarca do Serro do Frio contava, à época da Real Extração, com dois hospitais. Um deles era o Hospital do Contrato Diamantino, situado no Arraial do Tijuco e o outro era o Hospital dos Dragões da Guarnição de Minas Gerais¹⁶⁵, situado na Vila do Príncipe.

Criado à época da vigência do período dos contratos de exploração dos diamantes e com o objetivo de atender aos escravos que trabalhavam nos serviços de mineração, o Hospital do Contrato Diamantino ou Hospital do Real Contrato dos Diamantes era inicialmente financiado pelos contratadores. Posteriormente, com a monopolização real da mineração diamantina, a Real Fazenda se tornou responsável pelas despesas hospitalares.

¹⁶¹ KARASCH, Mary. *A Vida dos Escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000, p. 207.

¹⁶² PÔRTO, Ângela. *O Sistema de saúde do Escravo no Brasil do século XIX: doenças, instituições e práticas terapêuticas*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2006, p. 1022.

¹⁶³ SCARANO, Julita. *Devoção e escravidão: a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantino no século XVIII. cit.*, p. 59.

¹⁶⁴ CARNEIRO, Edson. *Ladinos e crioulos: estudos sobre o negro no Brasil*. Rio de Janeiro: editora Civilização Brasileira, 1964, p. 22.

¹⁶⁵ GUSMÃO, Sebastião Silva; Maria Cláudia Almeida Orlando Magnani, Silvio Pereira Ramos Júnior. *Hospital do contrato Diamantino, Santa Casa de Diamantina e Hospício da Diamantina*. 2012. Artigo, *Revista Médica de Minas Gerais*, Faculdade de Medicina da UFMG, Belo Horizonte, Minas Gerais, p. 252.

A região Diamantina era atrativa para os cirurgiões portugueses da época¹⁶⁶, que viam ali a possibilidade de ascensão social e econômica. Além disso, constituía um grande campo de trabalho, pois eram constantes as doenças e os acidentes nas minas envolvendo os escravos.

Foram essas as razões que trouxeram à Comarca do Serro do Frio, Luís Gomes Ferreira e José Antônio Mendes, cirurgiões responsáveis pelos dois livros médicos mais relevantes escritos em Minas Gerais no século XVIII, a saber: o “*Erário Mineral*”, de autoria de Luís Gomes Ferreira e “*O Governo de mineiros*”, obra de José Antônio Mendes. A respeito deste último trataremos com mais detalhes, uma vez que se tornou uma das mais importantes fontes acerca das condições de vida e de trabalho dos escravos nos setecentos.

José Antônio Mendes, como informa o prefácio de sua obra, atuou no Hospital do Contrato Diamantino e no Hospital dos Dragões da Guarnição de Minas Gerais por 35 anos. Seu livro, *Governo de Mineiros mui necessário para os que vivem distantes de professores seis, oito, dez e mais léguas, padecendo por esta causa os seus domésticos e escravos queixas, que pela dilação dos remédios se fazem incuráveis, e as mais das vezes mortais*, foi publicado em 1770 e era uma espécie de manual médico. A intenção do autor era fornecer um guia prático para ser usado por aqueles que não podiam arcar com os gastos dos serviços médicos, além de atenuar a falta de agentes de saúde nos vastos territórios da Colônia.

A atuação médica de José Antônio Mendes se concentrou, principalmente, em tratar dos cativos negros. Preocupado com a alta taxa de mortalidade que os envolvia, o autor afirma que escreveu o livro com o fim de mostrar como deveriam ser preparados e usados os remédios contra as “enfermidades com o método racional”¹⁶⁷. Dessa forma, buscava evitar os equívocos medicinais que levavam muitos enfermos a óbito.

Tendo sempre em vista o objetivo de diminuir a mortandade que assolava os escravos, Antônio Mendes descreveu nos 15 capítulos de sua obra, as enfermidades mais comuns entre a população mineira (aos negros em especial), explicando os tratamentos cabíveis a cada uma.

Além de elencar as doenças, o autor criticou o estado de subnutrição dos escravos, preocupando-se com a alimentação que lhes era fornecida. Devemos aqui salientar o alto

¹⁶⁶ RIBEIRO, Márcia Maria. *Nem nobre, nem mecânico: a trajetória social de um cirurgião na América Portuguesa no século XVIII*, 2005. Artigo (Programa Jovem Doutor – FAPESP), Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo, São Paulo, p. 66.

¹⁶⁷ MENDES, José Antônio. *Governo de Mineiros mui necessário para os que vivem distantes de professores seis, oito, dez e mais léguas, padecendo por esta causa os seus domésticos e escravos queixas, que pela dilação dos remédios se fazem incuráveis, e as mais das vezes mortais*. Lisboa, Na Oficina de Antônio Rodrigues Galhardo, Impressor da Real Mesa Censória, 1770, p. XIII-XIV.

custo de vida a que a população mineira estava sujeita, o que pode ser explicado pelos altos impostos reais. Nenhum produto necessário para a subsistência da população – fossem eles escravos, provisões ou gado – entrava nas Minas Gerais sem ser taxado.

Sobre os alimentos, é certo dizer que “a rede entorpecedora e vexatória de impostos, direitos de peagem e taxas, incidiam ainda mais pesadamente”¹⁶⁸. As provisões importadas como farinha de trigo, azeite e vinagre eram vendidas a preços elevadíssimos, destinando-se apenas à classe dominante da sociedade. Até mesmo os produtos das roças da região, como verduras, legumes e animais para o abate, eram explorados e alcançavam preços altos.

Quem tinha condições, plantava seus alimentos e criava suas aves e porcos, para o consumo da família e dos escravos. No entanto, não eram muitos os que podiam fazê-lo, pois a pobreza dominava a população em geral, que se habituou a uma rotina de alimentação simples e frugal. Eduardo Frieiro explica que “em relação aos escravos dessa capitania, sua dieta era basicamente composta de angu, feijão e toucinho. O toucinho era usado para se extrair a gordura necessária ao preparo das refeições, o que se obtinha após derretê-lo em um tacho com um pouco de água, levado ao fogo. Isso deixava a comida mais pesada, de difícil digestão, provocando anomalias gástricas, como gastrites e refluxos”¹⁶⁹. Além disso, havia a possível falta de asseio para com os alimentos e o seu devido preparo, o que agravava a situação.

Julita Scarano também abordou a questão da alimentação dos escravos, ao dizer que as irmandades religiosas buscavam suprir as necessidades dos cativos, na medida de suas possibilidades. A autora relata que “muitos dos trabalhadores cativos eram irmãos do Rosário [...], uma vez que na lista de irmãos encontramos muitos residentes na Real Extração. A vida que levavam era certamente penosa, não havendo interesse da parte dos administradores em bem alimentá-los, pois nem os viam como seres humanos nem se interessavam em cuidar de uma ‘propriedade real’. Apenas quando doentes, receberiam, seja da Real Extração, seja da própria irmandade, alguma comida extra”¹⁷⁰.

Preocupado com a alimentação dos escravos, Antônio Mendes, ao tratar da doença escorbuto, relatou que “ela nessas Minas mata muita gente”, sendo suas vítimas mais comuns os cativos africanos, a quem eram dados “alimentos grosseiros, crassos e corruptos de que se usa na maior parte dessa América dar-se aos negros, os quais já desembarcam frequentemente

¹⁶⁸ BOXER, Charles R. *A idade do ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial*. cit., p. 209.

¹⁶⁹ FRIEIRO, Eduardo. *Angu, feijão e couve*. Belo Horizonte: Itatiaia. 1982, p. 57.

¹⁷⁰ SCARANO, Julita. *Devoção e escravidão: a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantino no século XVIII*. cit., p. 93.

afetados por esse mal por serem sustentados no mar de mantimentos não só grosseiros, mas muitas vezes meio podre”¹⁷¹. Para ele, o fato de serem muito mal tratados nos navios negreiros fazia com que os negros aportassem ao Brasil em um grande estado de debilidade.

Confirmando a opinião do cirurgião, o historiador Arlindo Manuel Caldeira informa que os navios geralmente possuíam latrinas ou outros sistemas de recolha de dejetos fisiológicos. Porém, conforme afirma o autor, “a deslocação das pessoas era tão difícil e o espaço tão escasso, que a maioria dos escravos, muitos deles enfraquecidos e doentes, não se atreviam, ou não podiam, abandonar o seu lugar e aliviavam-se mesmo lá. [...] Menos grave mas igualmente perturbador, tornando difícil o repouso, era o ruído ensurdecedor que envolvia os navios negreiros. Além dos que batiam, com as mãos ou com as correntes que os prendiam, contra tábuas do casco do navio, um gritava de um lado, outro de outro. Uns choravam e lamentavam-se, outros riam. Era a confusão completa”¹⁷².

Muitos foram os relatos de missionários a respeito dos navios negreiros, sendo um deles proferido pelo capuchinho italiano Antonio Zucchelli da Gradisca, que descreveu sua viagem de Luanda ao Brasil, em 1702: “A pestilência, que não se pode suportar em todo o navio, é capaz de fazer desmaiar e cair redondos os passageiros brancos que não estão acostumados a este tipo de pivete”¹⁷³.

Após essa longa e terrível viagem de travessia do Atlântico, muitos negros chegavam ao Brasil enfraquecidos e suscetíveis a doenças. Tendo conhecimento da condição de saúde precária desses escravos que chegavam aos portos brasileiros nos navios negreiros e visando a “conservação da saúde pública”, foi publicado em 22 de janeiro de 1810, um Alvará de Regimento que determinava as condutas a serem observadas afim de evitar-se o “contágio por embarcações, passageiros e mercadorias [...] contaminados de peste e de moléstias contagiosas e por meio de mantimentos e viveres tocados de podridão ou já corrompidos”¹⁷⁴.

O referido Alvará determinava que “os navios que trouxeram carga de escravos” deveriam aguardar no ancoradouro até que fosse realizada “a visita da Saúde pelo guarda-mor e mais oficiais”, tendo depois que aguardar o período de quarentena, que seria determinado no dia da visita, levando-se em conta as moléstias que trouxesse e das mortandades que tivessem ocorrido no navio. Após a quarentena, poderiam ser

¹⁷¹ MENDES, José Antônio. *Governo de Mineiros mui necessário para os que vivem distantes de professores seis, oito, dez e mais léguas, padecendo por esta causa os seus domésticos e escravos queixas, que pela dilação dos remédios se fazem incuráveis, e as mais das vezes mortais*. cit., p. 85.

¹⁷² CALDEIRA, Arlindo Manuel. *Escravos e traficantes no Império Português – O comércio negreiro português no Atlântico durante os séculos XV a XIX*. Lisboa, Bertrand, 2013, p. 145.

¹⁷³ *Idem*, p. 144-145.

¹⁷⁴ SILVA, António Delgado da. *Collecção da Legislação Portuguesa desde a ultima compilação das Ordenações*, V, p. 808.

desembarcados e em seguida, já em terra, deveriam ser tratados, “fazendo-os lavar, vestir roupas novas e sustentar de alimentos frescos”. É interessante salientarmos a importância que a lei deu a esse tratamento dos escravos, que deveria “ser feito debaixo da inspeção do guarda da Saúde”, que teria a responsabilidade de constranger os proprietários dos escravos “a praticar estas providências”. Se houvesse omissão da parte dos proprietários “nas primeiras vinte e quatro horas, o mandará fazer à custa deles; para pagamento das despesas, requererá às minhas justiças mandados executivos para penhorar e fazer arrematar bens que bastem para o mencionado pagamento e para as custas respectivas”¹⁷⁵.

Em 1813, novo Alvará foi publicado, onde o rei descrevia as condições em que os escravos enfrentavam a travessia do Atlântico: “tendo-me sido presente o tratamento duro e inumano que no trânsito dos portos africanos para os do Brasil sofrem os negros que deles se extraem, chegando a tal extremo a barbaridade e sórdida avareza de muitos dos mestres das embarcações que os conduzem que, seduzidos pela fatal ambição de adquirir frete e de fazer maiores ganhos, sobrecarregam os navios, admitindo neles muito maior número de negros do que podem convenientemente conter, faltando-lhes com alimentos necessários para a subsistência deles, não só quantidade, mas até na qualidade, por lhes fornecerem gêneros avariados e corruptos que podem haver mais em conta, resultando de um tão abominável tráfico, que se não pode encarar sem horror e indignação, manifestarem-se enfermidades que, por falta de curativo e conveniente tratamento, não tardam a fazerem-se epidêmicas e mortais, como a experiência infelizmente tem mostrado”¹⁷⁶.

Neste Alvará, o rei determinou e prescreveu as providências que deveriam ser inviolavelmente cumpridas para que o quadro acima descrito pudesse ser revertido. As determinações reais diziam respeito à quantidade máxima de negros que os navios poderiam transportar e à exigência de se ter um cirurgião perito em todas as embarcações negreiras, onde seriam instaladas enfermarias, para onde seriam encaminhados os negros enfermos. Para se evitar as moléstias a bordo, pessoa alguma poderia ser embarcada se estivesse enferma com alguma doença contagiosa. A lei ainda se referia à qualidade dos alimentos que seriam servidos aos negros, bem como à água a que teriam direito diariamente. Por fim, o rei recomendava cuidados com a questão do asseio e limpeza das embarcações, devendo o ar ser

¹⁷⁵ *Idem*, p. 809.

¹⁷⁶ SILVA, António Delgado da. *Collecção da Legislação Portuguesa desde a ultima compilação das Ordenações, Suplemento*, III, pp. 536-543.

renovado por meio de ventiladores, que seriam obrigatoriamente levados nos navios para esse fim¹⁷⁷.

Os negros que se destinavam à região mineira, após a viagem no mar e os trâmites que se seguiam, deveriam percorrer o longo caminho para as minas, onde encontravam uma vida árdua e brutal, cujo labor era longo e penoso, trabalhando, comendo e muitas vezes até dormindo na região dos serviços, sem qualquer conforto em moradias precárias. A atividade de extração mineral exigia uma força e um vigor que muitos desses escravos não possuía. Sua pouca saúde se extinguia e assim, sua vida era, na maior das vezes, curta.

Todos esses fatores explicavam as muitas doenças que atacavam os negros cativos em Minas Gerais, sendo as mais usuais descritas por Luís Gomes Ferreira em sua obra *Erário Mineral*, onde o cirurgião nos oferece uma janela em que podemos observar a sociedade mineira do século XVIII, especialmente a população negra cativa.

De acordo com o autor, “as enfermidades que mais comumente sucedem nestas Minas, principalmente aos pretos, são pontadas, enchimento do estômago, lombrigas e obstruções”¹⁷⁸. Podemos classificar essas quatro doenças como sendo: pulmonares (pontadas pleurísticas), gástricas (enchimentos), parasitoses (lombrigas) e hepáticas (obstruções).

Dessas enfermidades, vamos iniciar pelas pontadas pleurísticas, ou seja, os doenças pulmonares, muito comuns na região de mineração e que mais levava a óbitos. A respeito desses males, o cirurgião explica que “esta enfermidade é o flagelo que mais tem destroçado os mineiros destas Minas e é a que mais cuidado tem dado aos professores da Medicina e Cirurgia, enganando-se e tropeçando a cada passo, por dever ser o seu modo curativo, neste clima, alheio totalmente do que os autores apontam, por cuja razão morrem escravos sem número”¹⁷⁹.

A causa dos problemas pulmonares não deve ser debitada apenas ao clima frio da região. As condições de trabalho dos mineradores também contribuía em grande parte, pois ficavam horas dentro da água fria, ou em contato com poeiras de várias naturezas nas galerias subterrâneas das minas. Os escravos eram vitimados ainda em maior número, pois como afirma o próprio autor, “porque habitam sempre, ou quase sempre, dentro da água e depois que entram a trabalhar, andam expostos ao rigor da chuva, do frio e do sol” e, somados a isso, possuem “ruins coberturas, ruins camas e ruins tratamentos, como todos sabem”¹⁸⁰.

¹⁷⁷ *Idem, ibidem*.

¹⁷⁸ FERREIRA, Luís Gomes. *Erário mineral*. Org. Júnia Ferreira Furtado. Rio de Janeiro: Fiocruz; Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro. 2002, p. 239.

¹⁷⁹ *Idem*, p. 229.

¹⁸⁰ *Idem*, p. 278-279.

As pontadas pleurísticas foram objeto de muita preocupação para Gomes Ferreira, pois não havia tratamento eficaz contra esse mal extremamente mortífero. Por essa razão, ele chegou a desenvolver várias fórmulas para aliviar a população e principalmente os negros. Um dos remédios criados foi um emplasto feito com tabaco.

A enfermidade de segunda maior incidência entre os negros cativos, era a denominada enchimento e seu diagnóstico era determinado através dos seguintes sinais averiguados no paciente: “Haverá amargores na boca, fastio ou pouca vontade de comer, e o comer mal saboroso, ou não doce, como dizem os pretos, vontade de vomitar, ou vômitos, e o estômago duro, ou cheio”¹⁸¹. A alimentação a que os escravos eram submetidos, como já explicado anteriormente, pode ser apontada como uma das causas desses problemas de saúde, que eram resolvidos na época com métodos purgativos e vomitórios¹⁸².

Em seguida, outra mazela comum aos mineiros e descrita no *Erário Mineral*, eram as parasitoses, sendo a mais citada pelo cirurgião, a ascaridíase, inscrita em sua obra sob o termo lombrigas. A respeito delas, Gomes Ferreira informa que “nestas Minas há tanta abundância de lombrigas, assim em pretos como em brancos, de que muitos morrem sem ninguém saber do que”¹⁸³. Os usos e costumes da época, a falta de saneamento básico e de água tratada, bem como a ausência do costume de higiene pessoal, com banhos que deveriam ser diários, principalmente num clima tropical, faziam com que as verminoses se propagassem facilmente.

Muitos negros sofriam com as ditas lombrigas, que, de início se instalavam nos intestinos, proliferando de tal forma que chegavam a entupir seu hospedeiro. Gomes Ferreira chegava a se surpreender com a quantidade de vermes expelidos por seus pacientes, muitas vezes até pela boca, matando-os por asfixia.

A última das quatro enfermidades mais usuais entre o povo mineiro narrado por Luís Gomes Ferreira é a obstrução, que segundo o autor, “Trata-se de uma moléstia definida, de acordo com o saber médico predominante na época, como impedimentos da livre circulação nos vasos sanguíneos localizados no fígado, baço e mesentério, provocados por humores corrompidos principalmente por bebidas alcoólicas”¹⁸⁴. O cirurgião admitia ser “muito frequente essa enfermidade nessas Minas”, uma vez que “a maior parte dela procede de os habitantes daquela Capitania beberem aguardente de cana continuamente e com excesso, os

¹⁸¹ *Idem*, p. 234.

¹⁸² *Idem*, p. 272.

¹⁸³ *Idem*, p. 234-235.

¹⁸⁴ *Idem*, p. 291-292.

quais poderão ter remédio, acudindo-lhes a tempo, antes que a obstrução do fígado se faça grande e passe à hidropsia, porque, ao depois, o seu remédio será a sepultura”¹⁸⁵.

O alcoolismo era um dos maiores males que acometia os negros nas Minas setecentistas. É muito compreensível que essas pessoas recorressem ao artifício da bebida como modo de escape, mesmo que momentâneo, das mazelas de suas vidas no cativeiro. Era o único conforto que poderiam encontrar para as dores no corpo, pois era também ministrada como remédio para algumas doenças. A cachaça, chamada de “moça branca” pelos escravos, era muito barata e de fácil acesso na região de Minas, como podemos observar até os dias de hoje.

Os escravos tomavam a aguardente como um fortificante que ajudava a suportar melhor a rotina de trabalhos desgastantes, além de ser uma boa forma de se aquecer no clima frio das montanhas mineiras. No inverno, quando precisavam suportar a água fria no trabalho de extração mineral, contavam com a ajuda da bebida e desse modo, o vício ia incorporando-se aos costumes desse povo. Gomes Ferreira teve muitas oportunidades de tratar ferimentos a bala, espada e faca, resultantes de brigas, muito comuns nos sertões mineiros, sendo, muitas delas, originadas pelo consumo excessivo de álcool.

Mas esses não eram todos os problemas de saúde a que os escravos estavam sujeitos na mineração do século XVIII. Havia uma doença típica de trabalhadores mineiros, conhecida como camba ou cangalha, que ocasionava uma distrofia óssea no enfermo, comprometendo o funcionamento de seu sistema motor. Essa enfermidade dificultava e, em alguns casos, até impossibilitava os movimentos dos braços e mãos, pernas e pés. Acerca desse infortúnio, Luís Ferreira Gomes observa que: “esta doença é uma das mais trabalhosas e dificultosas de curar e que dá grandíssima moléstia aos pobres dos pretos, porque lhes faz encolher os dedos das mãos e fechá-los, de tal sorte que ninguém, por mais força que tenha, lhos abre; [...] e, aqueles a quem esta doença dá a miúdo e com grande força, pela maior parte morrem dela, principalmente não se lhes fazendo algum remédio, porque basta o experimentarem a doença e verem que seus senhores os não curam, para irem esmorecendo e perdendo as esperanças da vida, até que a perdem. Esta doença é muito comum nestas Minas, e é só nos pretos de toda a Costa da Mina, excetuados todos os de Angola somente, e pela maior parte é só nos que são mineiros que andam metidos dentro da água ou com os pés nela, que, os que se ocupam em roças, nunca neles vi tal doença”¹⁸⁶.

¹⁸⁵ *Idem*, p. 297.

¹⁸⁶ FERREIRA, Luís Gomes. *Erário mineral. cit.*, p. 578-579.

Além dessas enfermidades elencadas no *Erário Mineral*, Gomes Ferreira também tratou de muitos escravos negros, vítimas de acidentes nos trabalhos de extração. Nessas ocasiões, era frequente ter que realizar “acomodações de ossos partidos” sem o uso de anestésicos, desconhecidos até então. A atividade mineradora no século XVIII envolvia inúmeros perigos que podiam acarretar acidentes graves, envolvendo muitas pessoas ou ferimentos ocasionados pelos próprios instrumentos de trabalho, ou quedas, colisões etc.

A esse respeito, o cirurgião afirma que “as chagas nas pernas dos pretos, que nestas Minas costumam pela maior parte andarem com elas escaneladas ou escalavradas pelos serviços em que atualmente andam”, tratando-se de feridas simples de serem saradas. No entanto, a falta de higiene pessoal e asseio, comuns à época, fazia com que essas simples feridas inflamassem, atraindo moscas que “aonde entram é pela maior parte nas chagas ou feridas que andam expostas ao ar, sem andarem cobertas, e o mais comum é nos pretos”¹⁸⁷.

As precárias condições de higiene dos escravos, somadas às poucas roupas que usavam, à subnutrição e o constante contato com os outros negros, em suas moradias insalubres e húmidas, tornava-os propensos a desenvolver dermatites cutâneas. Os problemas de pele, como os chamados formigueiros, foram muito comuns entre essas pessoas. O tratado de saúde de Gomes Ferreira explica que “há uns que nascem nas solas dos pés dos pretos mineiros que facilmente se conhecem, porque lhes fazem buracos ao mesmo modo que as formigas os fazem na terra quando fazem as suas casas, solapando as solas dos pés e fazendo nelas buracos redondos e fundos, com comichão e dores grandes que os não deixam andar sem grande moléstia; outros há que nascem nos braços, mãos e pernas, assim dos pretos como dos brancos, mas mais ordinário é nos braços, e, pela maior parte, principiam pelos dedos e costas das mãos com uns tumores pequenos e vermelhidão em roda; e depois vão crescendo pelo braço adiante os mesmos tumores pequenos e rebentando como os outros, uns principiando mais pequenos, outros maiores e outros com matéria, sem quererem obedecer a remédio algum”¹⁸⁸.

Os tratamentos para esse infortúnio causavam imenso suplício para os escravos, que, muitas vezes mal conseguiam caminhar. Mesmo nessas condições, os senhores não concediam folga, nem descanso dos trabalhos, o que, segundo o cirurgião, fazia com que esses negros andassem “com muito grande moléstia, sem se poderem ter em pé, com quem os tem visto e os tem possuído com esta enfermidade, a qual é terrível, porque lhes faz nas solas dos pés grandes buracos e broqueamentos profundos, corroendo para o interno e para uma e

¹⁸⁷ *Idem*, p. 604.

¹⁸⁸ *Idem*, p. 567.

outra banda, que, andando eles sempre a cortar naquelas solas grossas, sempre crescem, e os buracos sempre fundos, de modo que não podem pisar no chão, e por esta causa andam pela maior parte nas pontas dos pés”¹⁸⁹.

Finalmente, como se não bastassem todas essas perturbações, os escravos ainda sofriam muito com doenças sexualmente transmissíveis, conhecidas na época como mulas, boubas, gonorreias ou males gálicos. Havia uma grande disparidade entre homens e mulheres na sociedade das Minas setecentistas. A corrida do ouro e, posteriormente, do diamante, trouxe para essa região uma grande quantidade de homens em busca de riquezas, que se tornaram a esmagadora maioria da população. Júnia Furtado afirma que “em 1776, [...] quanto ao sexo, 67% da população da Comarca era masculina e apenas 33% eram de mulheres, em sua maioria também pardas e negras”¹⁹⁰.

Outro fator que muito caracterizou a formação populacional da época, foi a constante mobilidade desses homens, na eterna procura por lavras lucrativas. Esse movimento permanente “se fez acompanhar de um processo de expansão da prostituição nas cidades próximas aos centros mineradores, nas regiões de passagem de tropas e nos próprios locais de mineração”¹⁹¹. O convívio social gerado pelas vilas e arraiais facilitou o acesso das negras aos homens mineiros e muitos senhores de escravas viram aí uma possibilidade de novos ganhos.

Com isso, a prostituição se alastrou pelas Minas e as doenças sexualmente transmissíveis a acompanharam. Muitos negros foram acometidos por essas enfermidades, sendo as mais graves e de maior ocorrência, de acordo com Gomes Ferreira, as boubas: “É bem notório como se conhecem as boubas [...] Costumam nascer pela maior parte na cara e junto ao nariz, atrás das orelhas, nos sovacos dos braços e nas virilhas, e algumas vezes nas partes vergonhosas, e também algumas por outras partes do corpo, suposto menos; são como pústulas ou bostelas, com sua casca por cima, e são a modo de atoucinhadas ou cor de toucinho, quando se lhe tira a casca de cima [...] É muito para notar e advertir que no vulgo está introduzido um tão ruim abuso, em que as boubas se não devem curar logo, senão passados muitos meses, como seis e um ano, sendo isto tanto contra os pobres enfermos que muitos ficam tolhidos para toda a sua vida, outros ficam aleijados, outros com os pés comidos, outros com fealdades no rosto, sendo atormentado de tão terrível enfermidade, e tão

¹⁸⁹ *Idem*, p. 577.

¹⁹⁰ FURTADO, Júnia Ferreira. *O livro da capa verde: o regimento Diamantino de 1771 e a vida no Distrito Diamantino no período da real extração*. cit., p. 46.

¹⁹¹ FIGUEIREDO, Luciano. *O Avesso da Memória: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII*. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: Edunb, 1993, p. 80.

asquerosa que ninguém pode chegar a eles com tão abominável cheiro; e o que mais faz fugir a todos é o temor de se pegarem, como costumam”¹⁹².

Sobre essa mazela, o cirurgião recomendava a aplicação de cachaça, água ou urina quente nas feridas, logo que elas começassem a aparecer. A demora no tratamento implicava na impossibilidade de cura. Ele afirma que “ainda que alguns fiquem bons”, mesmo com a demora do tratamento, “sempre seus senhores ficam prejudicados no tempo que andam com elas, por não fazerem nada, e, ainda que alguns senhores os façam trabalhar com excesso para com o trabalho lhas curar (como alguns dizem), sempre é tirania”¹⁹³.

Essas eram as principais doenças que prejudicavam ainda mais a vida dos negros cativos na Colônia. Na maioria das vezes, os senhores de escravos não se condoíam com os escravos enfermos, obrigando-os a continuar executando seu trabalho compulsório nas lavras como de costume. De acordo com os relatos de Luís Gomes Ferreira em sua obra, alguns poucos escravos conseguiam receber tratamento diferenciado, por diversas razões, quer por serem bons em encontrar ouro e pedras, quer por serem ladinos e bons serviçais. Nesses casos, os senhores mandavam buscar tratamento médico e arcavam com as despesas dele decorrentes.

No instrumento legal que estabeleceu os direitos e as obrigações do contratador João Fernandes de Oliveira e a Fazenda Real, havia a previsão da possibilidade de que os escravos viessem a adoecer. Nesse caso, o documento estipulava que: “os escravos que adoecerem no serviço serão levados ao hospital que a companhia tiver neste arraial, [...] E o dia que o escravo estiver capaz de mandar pôr na margem do seu assento a alta e a saída do hospital”¹⁹⁴. Havia, portanto, previsão legal para que os escravos doentes fossem devidamente tratados no hospital, bem como recebessem licença dos serviços para que pudessem recuperar a saúde. No entanto, o cumprimento dessa determinação da Coroa Portuguesa nem sempre era observado.

Podemos concluir que as doenças eram muitas e constantes na vida desses escravos e a maior parte desses infortúnios ocorriam em decorrência do trabalho por eles executado. Portanto, para a melhor compreensão desses fatos, passamos a uma breve descrição das técnicas de mineração usadas na época e das dificuldades enfrentadas pelos escravos em sua rotina de trabalho nos serviços de extração dos diamantes.

¹⁹² FERREIRA, Luís Gomes. *Erário mineral. cit.*, p. 540-541.

¹⁹³ *Idem*, p. 542.

¹⁹⁴ Códice Costa Matoso. *Coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que se fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das do Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749 e vários papeis. cit.*, p. 653.

Para a melhor compreensão das dificuldades enfrentadas pelos escravos em sua rotina de trabalho nos serviços de extração dos diamantes, faremos aqui um breve relato das técnicas do trabalho de mineração.

Grande parte dessas técnicas empregadas na extração do ouro e, posteriormente, dos diamantes nas Minas Gerais setecentistas, foram introduzidas pelos escravos africanos, sendo ainda ignoradas pelos europeus. Como mencionado anteriormente, os negros provenientes da região da Costa da Mina eram mão de obra especializada em matéria de mineração e metalurgia e empregaram seus conhecimentos na capitania de Minas Gerais.

Uma das contribuições trazidas pelos africanos foi o aperfeiçoamento do uso da bateia, que consiste em um objeto parecido com um prato, porém afunilado. Os europeus costumavam fabricá-los em estanho, mas os negros preferiam-nas feitas em madeira, mais eficaz na separação do cascalho da areia, facilitando a concentração do ouro/diamante em seu fundo.

Outro aprimoramento introduzido na mineração colonial foi o uso de “canoas” para realizar a lavagem do cascalho. Construía-se um espaço retangular e levemente inclinado, à margem do rio, e o cercavam com uma estrutura de madeira, onde colocavam água de acordo com a necessidade da lavagem. Nessas canoas, segundo descreveu Eschwege, “se estende um couro peludo de boi, ou uma flanela, cuja função é reter o ouro, que se apura depois em bateias”¹⁹⁵.

No início das explorações minerais, os métodos usados eram simples e ainda assim não comprometiam o sucesso dos resultados, pois havia grande abundância de pedras e metais preciosos. Era conhecida como a “mineração de cascalho”, caracterizada pela extração do ouro nos depósitos aluviais, ou seja, as buscas ficavam restritas a uma exploração superficial dos leitos dos rios e suas margens, aplicando-se o sistema de “faiscação”. Esse termo, conforme explica Boxer, se deve pelo fato de que “os depósitos de tal ouro eram chamados *faisqueiras*, porque ao sol faiscavam as partículas maiores. Daí a palavra *faisqueiro* para classificar o prospector itinerante ou mineiro de ouro de aluvião”¹⁹⁶.

O ato de “faiscar” consistia basicamente na “lavagem de cascalho nos rios e córregos por uma pessoa sozinha”¹⁹⁷. O faiscador, que ficava de pé na água, recolhia o cascalho virgem e o colocava na bateia. Em seguida, através de movimentos circulares que fazia com a bateia, a areia era lentamente despejada no rio e o ouro ficava no fundo da vasilha, sendo depois

¹⁹⁵ ESCHWEGE. *Pluto Brasiliensis*, cit., p. 167-168.

¹⁹⁶ BOXER, Charles R. *A idade do ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial*. cit., p. 63.

¹⁹⁷ ESCHWEGE. *Pluto Brasiliensis*, cit., p.170.

armazenado em sacos de couro ou canudos de taquara que ficavam presos na cintura do explorador.

Além de *faiscar*, os primeiros exploradores também faziam uso de um outro método simples que era o *mergulho*. Calógeras explica que “o mergulhador atirava-se no poço que se queria explorar, com a batêa na mão; em chegando ao fundo, enchia-a rapidamente de cascalho e areia e voltava à superfície”¹⁹⁸.

Na época das chuvas, quando os rios ficavam muito cheios de água, a faiscação ficava impossibilitada. Assim, os mineiros mudavam as buscas para as margens dos rios, conhecidas como *tabuleiros*, onde ainda era frequente encontrar ouro.

Exauridos os depósitos dos tabuleiros, os exploradores passavam para as *grupiaras*, barrancos e terraços fora do leito dos rios, acima do nível das águas, onde eles procuravam ouro e pedras nas fendas e rachaduras das encostas vizinhas. Nesses casos, utilizavam a técnica conhecida como *desmonte*, onde se direcionavam as águas para que elas desbarrancassem as margens, dando acesso ao cascalho.

Embora houvesse grande paridade entre as técnicas de extração do ouro e as das pedras, a mineração dos diamantes envolvia um grau de dificuldade maior. O historiador Augusto Lima Júnior, em sua obra *A história dos diamantes em Minas Gerais no século XVIII*, transcreveu um relato anônimo de um minerador acerca da extração dos diamantes, que dizia que as pedras “não se acham pela maior parte na superfície, porque nela se encontra uma camada de barro ou areia de altura incerta, e por baixo dela é que está a formação ou cascalho que contém diamantes”¹⁹⁹.

Os locais aonde se dava a extração de diamantes eram designados *serviços*, cujos trabalhos se estendiam ao longo de todo o ano. Havia uma infraestrutura organizada para que se tirasse o melhor proveito da mão de obra escrava e das estações do ano. No período da seca, os escravos matriculados realizavam a preparação dos serviços que seriam executados na época das águas. Transportavam a madeira que seria utilizada na construção de canais, cercos e condutores de águas. Quando chegavam as chuvas, os cativos davam início à lavagem do cascalho em busca de riquezas.

Para que a extração de diamantes fosse feita, era necessário o desvio do leito do rio através da construção de *bicames*, que eram condutores de águas fabricados com largas pranchas de madeira através dos quais o curso das águas era redirecionado para os cercos

¹⁹⁸ CALÓGERAS, João Pandiá. *As Minas do Brasil e sua Legislação*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1905. v. 1 e 2.

¹⁹⁹ Manuscrito da Biblioteca Nacional de Lisboa, citado por LIMA JÚNIOR, Augusto de. *A História dos diamantes em Minas Gerais no século XVIII*. Rio de Janeiro: Edições Dois Mundos. 1945. p. 49-58.

d'águas. Para que o leito do rio ficasse seco, era imprescindível o uso das *noras* ou *rosários*, instrumento hidráulico que era acoplado a uma roda d'água, fazendo movimentar uma sequência de vasilhas de madeira interligadas que retiravam a água do rio. Dessa forma, ficava mais fácil separar o cascalho do barro e da areia. Esse era um procedimento realizado na época da seca, nos meses de maio a outubro, em que o volume dos rios estava baixo e facilitava os serviços.

O cascalho retirado era armazenado em montes na parte mais alta das lavras, aonde eram enfileiradas paralelamente diversas canoas, aonde os escravos procederiam à lavagem do cascalho, procedimento registrado com riqueza de detalhes em desenho de Johann B. von Spix e Carl F. P. von Martius, viajantes europeus que estiveram na região diamantífera entre 1817 e 1820. Os registros iconográficos foram de vital importância para a compreensão das técnicas empregadas na mineração, assim como os materiais e a grande quantidade de escravos empregados nos serviços.

O processo de lavagem do cascalho diamantífero era um meio de apurar o serviço, separando o diamante do ouro. Para isso era necessária habilidade no uso da bateia, além de um olhar treinado para descobrir as pedras.

A lavagem era dividida em duas fases, sendo a primeira delas descrita pelo botânico, zoólogo e médico britânico George Gardner, que viajou pelo interior do Brasil de 1836 a 1841, da seguinte maneira: “ao longo de um lado dum tanque d'água coloca-se uma fileira de onze cercados, de três pés quadrados, feitos de estacas fincadas no chão, com o lado perto da água muito mais baixo que os outros; o fundo é feito de argila bem batida: estes cercados são chamados bacos e em cada um deles um escravo, ali estacionado para esse fim, lança uma porção de cascalho; bem em frente de cada baco fica um escravo com água pelos joelhos, munido de um grande prato raso de madeira, a bateia com que atira com toda força água sobre o cascalho: por este modo e remexendo-o a intervalos frequentes com uma pequena enxada, liberta-se o cascalho da terra e areia com que se mistura, retirando-se as partículas maiores de pedregulhos que surgem à tona. É neste processo que se encontram os maiores diamantes. Bem defronte destes bacos, a uns três pés acima do nível do chão, levantam-se assentos separados para dois fiscais, armado cada qual de um grande chicote de correias, em rigorosa vigilância para que não se furte nenhum diamante. O trabalho dura desde a manhã até as

quatro horas da tarde, quando o cascalho, assim lavado e purificado, é retirado dos bacos, e levado à beira de pequena corrente de água para ser finalmente lavado”²⁰⁰.

Através dessa descrição, podemos perceber que o trabalho de lavagem do cascalho desenvolvido pelos negros nos bacos ou canoas, era, além de cansativo, extremamente desconfortável devido à alternância de posições de cócoras, ajoelhado ou encurvado. Enquanto os escravos desenvolviam essa atividade, eram constantemente observados por feitores que se assentavam em um plano superior às canoas para a vigilância ininterrupta. Note-se que esses assentos não possuíam encosto, para que os feitores não relaxassem a fiscalização por nenhum momento.

Convém aqui ressaltar que a intensa fiscalização sobre o trabalho dos cativos nesta fase dos serviços, estava ligada ao fato de que muitos deles iniciavam o extravio dos diamantes no momento da lavagem do cascalho. Para evitar que eles escondessem alguma descoberta, os negros tinham que mudar de canoa mediante um sinal do feitor. E mesmo assim, toda a vigilância não evitava que os escravos conseguissem desviar parte do ouro e das pedras obtidos com seu trabalho.

Eram inúmeros os estratagemas usados pelos negros afim de ocultar as pedras encontradas. Nesse sentido, Enrique Peregalli afirma que “tudo era tentado, desde colocar ouro em pó nos cabelos da cabeça, até enfiar um diamante no ânus”²⁰¹. Os diamantes ainda poderiam ser ocultados em frestas da madeira nas canoas e até mesmo debaixo de outras pedras. Muitos escravos costumavam engoli-los, esconder sob as unhas e até em feridas no corpo.

Sempre que um escravo novo chegava ao serviço, era-lhe ensinado como furtar os diamantes. Eles aprendiam verdadeiros truques com as mãos e treinavam a destreza de ocultar as pedras entre os dedos ou na palma da mão, para ser levado à boca quando o feitor não estivesse olhando. Existem relatos de que “os negros palmão os diamantes até com os dedos dos pés, aonde os conservam algumas vezes horas inteiras, e os levam nelas para as senzalas”²⁰². Outro método usado por eles era introduzir a pedra na narina no momento em que iam aspirar rapé.

Em contra partida, medidas eram tomadas pelos administradores para evitar que os negros tivessem êxito no contrabando das pedras. Além de serem submetidos a revistas

²⁰⁰ GARDNER, George. *Viagem ao interior do Brasil, principalmente nas províncias do Norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841*. Trad. Milton Amado. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975, p. 204.

²⁰¹ PEREGALLI, Enrique. *Escravidão no Brasil*. cit., p. 63.

²⁰² Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, cód. I-18-1-14, “Do Descobrimento dos diamantes e diferentes métodos que se tem praticado na sua extração”, f. 41-42.

diárias ao fim dos serviços, “todos os negros andão nus durante o serviço das lavagens, aonde só se lhes permite o estarem cobertos com a sua tanga, que he hum pedaço de baeta involto à roda da cintura”²⁰³.

Quanto à segunda fase da lavagem, onde ocorre a *apuração* propriamente dita, realizando-se a separação dos diamantes menores e do ouro em pó, Gardner a descreve nos seguintes termos: “acompanhando o capitão para presenciar esta operação, que para um estrangeiro é a mais interessante no processo de mineração do diamante, encontrei sete escravos sentados junto a um pequeno canal de quatro pés de largura, com as pernas na água até os joelhos: chama-se esta corrente a lavadeira. Cada um dos escravos tinha um grande prato raso feito de pau, semelhante ao usado na lavagem do cascalho grosso, no qual é lançada uma pá de cascalho purificado por um escravo para esse fim estacionado atrás dos outros. Feito isto, o lavador enchia de água a bateia e, fazendo-a girar de modo peculiar por sobre a superfície da corrente, o cascalho maior vinha à tona e era cuidadosamente examinado. Repetido isto várias vezes, punha então a bateia sobre os joelhos, com o direito muito mais baixo que o esquerdo, e com a mão lançava água no cascalho fino, que era então levado com grande cuidado para dentro do canal, até a bateia ficar inteiramente vazia: é por este último processo que se podem encontrar os diamantes. Uma pequena bateia com um pouco d’água estava posta num baixo suporte entre os dois fiscais e ali se lançavam os diamantes que se iam encontrando, e que nesta ocasião somavam onze, todos eles porém pequenos. No fundo das bateias sempre se encontra pequena quantidade de ouro em pó, que é cuidadosamente guardado”²⁰⁴.

Se nenhuma pedra fosse encontrada após todo o serviço de lavagem, o escravo batia palmas e levantava as mãos espalmadas, o que servia de sinal para indicar que pegaria mais um tanto de cascalho para lavar. Se, todavia, descobrisse algum diamante, o negro batia palmas e, em seguida, erguia as mãos, espalmando uma delas e segurando a gema com a outra. O feitor recolhia o achado e o armazenava em uma bateia com água limpa. No fim das explorações do dia, todas as riquezas encontradas eram repassadas ao administrador do serviço para a posterior entrega à Intendência dos Diamantes.

Curvados em frente de seus vigias, com as mãos e os pés feridos pelas pedras pontiagudas, os negros permaneciam trabalhando por longas horas. Como fazer com que esses escravos tivessem interesse no trabalho? Como garantir seu comprometimento para com a

²⁰³ *Idem*, f. 43.

²⁰⁴ GARDNER, George. *Viagem ao interior do Brasil, principalmente nas províncias do Norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841*. cit., p. 204-205.

eficiência dos serviços? A estratégia usada para incentivar os negros a encontrar pedras era a concessão de prêmios, como roupas, chapéu, dia de folga, uma faca, podendo até mesmo, segundo afirma Felício dos Santos, alcançar “a liberdade o escravo que achava diamante de peso de oitava ou mais”²⁰⁵.

Essa premiação, concedida ao escravo que descobria uma pedra singular, era um momento de celebração não apenas para o escravo que recebia a liberdade, mas também por seus companheiros que faziam uma festa nos moldes africanos para comemorar o achado. John Mawe descreve um desses momentos da seguinte forma: “quando um negro tem a felicidade de encontrar um diamante que pese uma oitava (17 quilates e meio), cingem-lhe a cabeça com uma grinalda de flores e levam-no em procissão ao administrador, que lhe dá a liberdade e uma indenização ao seu senhor. Ganha também roupas novas e obtém permissão para trabalhar por conta própria; o que encontra uma pedra de oito a dez quilates, recebe duas camisas novas, um terno completo, um chapéu e uma bela faca. Concedem prêmios proporcionais aos descobridores de pequenos diamantes de pouco valor”²⁰⁶.

Prosseguindo na exposição do trabalho extrativo dos diamantes, ressaltamos que ele não se restringia aos rios e córregos da região. Na gravura de Carlos Julião, uma outra contribuição iconográfica muito relevante, podemos observar a exploração diamantina através de catas nas encostas das montanhas. Esse era um sistema de trabalhos rude e pesado para os escravos, pois de acordo com Boxer, “exigiam perfuração de poços e túneis nas vertentes das colinas, em extensões consideráveis. Luís Gomes Ferreira afirma que algumas dessas galerias subterrâneas entravam por uma distância de mais de seiscentos ou setecentos palmos”. Além disso, continua o autor, “as pedras da região mostravam-se quase todas demasiado friáveis ou demasiado duras para serem perfuradas”²⁰⁷, o que demonstra as dificuldades enfrentadas pelos negros cativos.

No serviço de catas, os escravos cavavam a terra e usavam britadeiras para quebrar as rochas, afim de criar os túneis que eram escorados com madeira. As pedras resultantes da quebra das rochas eram transportadas também por escravos nos *carumbés* e depois lavadas em busca de diamantes. Devemos ressaltar que esses trabalhos, além de serem rudes e extenuantes, eram também perigosos, pois havia o risco constante de desmoronamento de toda essa estrutura. Foram inúmeros os acidentes ocorridos e os escravos mortos e feridos devido aos soterramentos.

²⁰⁵ SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do Distrito Diamantino da Comarca do Serro*. cit., p. 138.

²⁰⁶ MAWE, John. *Viagens ao interior do Brasil*. cit., p. 134.

²⁰⁷ BOXER, Charles R., *A idade do ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial*. cit. p. 206.

Nesse ponto, notamos que os escravos não eram apenas explorados até o limite de sua força física. Existia ainda um total descaso para com a vida desses homens, que trabalhavam sob o risco de morte não só por soterramento, mas também por afogamento causado pelo rompimento das barragens de contenção das minas, outro acidente típico das regiões de extração que vitimou inúmeros cativos.

Em um de seus relatos de viagem, o Visconde de Courcy critica os métodos utilizados para a abertura de galerias subterrâneas, demonstrando como a força de trabalho braçal do negro era explorada. Ele diz que “o ouro obtido era ganho, como se vê, por meio de rudes trabalhos; pode-se avaliar isto pela dimensão dos aterros cujos vestígios os anos não foram capazes de fazer desaparecer; veem-se ainda imensos cortes feitos pelas mãos dos trabalhadores através das montanhas em quase todos os sentidos”²⁰⁸.

Salientamos ainda as péssimas condições de salubridade em que estavam inseridos, como descreveu o historiador Warren Dean sobre “a trabalhosa e insalubre atividade de bater – considere-se o incômodo da imersão prolongada em água fria e o sol abrasador nas costas nuas”²⁰⁹. Enquanto isso, também havia os cativos que ficavam muito tempo dentro das minas e nas cavernas, onde estavam sujeitos à baixa umidade e à falta de oxigênio.

2.2 Os castigos impostos aos escravos e seus aspectos legais

A violência fazia parte intrínseca do sistema escravista no Brasil, sendo uma de suas características mais marcantes. Os estudiosos da escravidão concordam que a agressividade com que os negros eram tratados foi responsável pelo controle social da população cativa. A violência constituía um dos elementos fundamentais da escravatura, sendo indispensável para que os senhores dominassem seus escravos no interior das unidades produtivas, mantendo-os submissos e coagindo-os a trabalhar.

Os castigos impostos aos escravos que cometiam alguma infração eram a marca imprescindível do sistema escravista do Brasil. Não se concebia outra maneira eficiente de conduzir a prestação de serviços do africano que não fosse através da disciplina, sendo o castigo físico, a única medida coercitiva com que os senhores de escravos alcançavam os seus propósitos.

²⁰⁸ COURCY, Visconde Ernest de. *Seis Semanas nas Minas de Ouro do Brasil*. Tradução de Júlio Castañon Guimarães, Estudo Crítico Douglas Cole Libby. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1997. p. 78.

²⁰⁹ DEAN, Warren. *A ferro e a fogo: a história e a devastação da mata atlântica brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 113.

O ato de punir o escravo infrator era não apenas um direito, mas uma obrigação do seu senhor, sendo isso reconhecido até mesmo pelos negros. Em outras palavras, da mesma forma que um pai, através de punições, deveria ensinar ao filho as normas de convivência social, também, ao senhor, por intermédio de castigos, caberia a tarefa de educar seus escravos, tanto para o trabalho, quanto para a sociedade. Havia previsão legal para essa obrigação imposta ao senhor de escravos, prevista desde as Ordenações Manuelinas (livro V, título XI, §.3) e nas Ordenações Filipinas livro V, título XXXVI, §.1²¹⁰.

O texto resultante do longo sermão do jesuíta Jorge Benci, publicado em 1705 e intitulado *Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos*, exprime bem esse ideário, uma vez que ele aconselhava os senhores a seguirem determinadas regras na relação diária com seus cativos. O autor entendia que essa relação senhor e escravo, compreendia obrigações recíprocas, ou seja, o escravo deveria trabalhar para o seu senhor, que, por sua vez, deveria prover-lhe a seguinte combinação de fatores: “pão, disciplina e trabalho”²¹¹. Para Benci, pão significava o sustento, compreendendo a alimentação, vestuário, cuidado nas enfermidades e a obrigação de ensinar a fé cristã. O trabalho fazia o escravo merecedor desse sustento. Em sua visão, os escravos também deveriam receber o castigo, pois trabalho e castigo fazia com que eles produzissem mais, desde que a punição viesse da mão de seus senhores, que os ensinavam e os domavam em suas rebeldias. Ele afirma que “para trazer bem domados e disciplinados os escravos, é necessário que o senhor lhes não falte com o castigo, quando eles se desmandam e fazem por onde o merecer”²¹².

O conselho de Benci aos senhores era para que ministrassem o castigo a seus escravos, a fim de que o erro não se tornasse comum em suas condutas diárias. A punição deveria ser merecida e sem excessos, sendo o delito devidamente averiguado. E, para que de fato se evitasse os erros dos escravos, deveria gerar temor, pois “o escravo calejado com o castigo já não o teme; e, porque o não teme, não lhe aproveita”²¹³. O castigo deveria ter caráter educativo, não passando de açoites e prisões moderados, variando na duração do tempo e não na intensidade. Neste sentido, destacamos o título XCV, §. 4 do livro V das Ordenações Filipinas, determinando que a proibição de se realizar cárcere privado não se

²¹⁰ *Código Philippino, ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal recopiladas por mandado d'ElRey D. Philippe I.* (1603) (Ed. Cândido Mendes de Almeida) 14ª. ed., Rio de Janeiro, Typ. Do Instituto Philomathico, 1870, livro V, título XXXVI, §. 1, p. 1.187.

²¹¹ BENCI, Jorge. *Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos*. (1705) São Paulo, Grijalbo, 1977, p. 126.

²¹² *Idem, ibidem*.

²¹³ BENCI, Jorge. *Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos*. cit., p. 138.

aplicava aos senhores de escravos, que os podiam prender para “castigar e emendar de más manhas e costumes”²¹⁴.

O discurso deste Jesuíta sobre os castigos, consistia em usar a moderação, o cuidado para que os excessos das punições não fizessem com que os escravos escapassem do domínio senhorial, quer por fuga, suicídio ou mesmo morte decorrente do castigo. Desta forma, o poder dominante do senhor não seria prejudicado por meio de seu exercício brutal e a punição alcançaria seu verdadeiro objetivo, que era atemorizar o cativo, aumentando a sua subordinação. Benci pretendia, portanto, orientar o senhor no sentido de preservar com segurança o seu domínio sobre os escravos.

Nisto consistia o “governo econômico” do senhor, ou seja, daquele que determinava a moderação no castigo, não deixando faltar o devido sustento e o vestuário a seus servos. O senhor ordenava o trabalho de forma a garantir um equilíbrio entre a continuidade da dominação, alcançando a máxima exploração do trabalho servil. Assim, paternalismo e castigo físico aparecem aqui imbricados, constituindo partes integrantes do mesmo ato que manifesta o poder do senhor sobre seus escravos. Os limites e dosagens do exercício do poder senhorial esbarram na possibilidade de rebelião do escravo, na necessidade de conservar sua vida e na necessidade de preservar, com segurança, a própria dominação.

Algum tempo depois, o jesuíta João António Andreoni, cujo pseudônimo era André João Antonil, reafirmou a ideia de Benci ao dizer que “No Brasil, costumam dizer que para o escravo são necessários três P.P.P., a saber Pau, Pão e Pano. E posto que comecem mal, principiando pelo castigo que é o pau, contudo prouvera a Deus que tão abundante fosse o comer e o vestir como muitas vezes é o castigo dado por qualquer causa pouco provada ou levantada, e com instrumentos de muito rigor, ainda quando os crimes são certos”. Antonil entendia que os escravos existiam com a finalidade de trabalhar e produzir, uma vez que constituíam “as mãos e os pés do senhor”²¹⁵. Contudo, é possível notar em seu texto, uma certa crítica à “forma de tratamento dos escravos no Brasil”²¹⁶, como bem salienta Margarida Seixas.

A autora salienta trechos da obra de Antonil, em que ele recomendava a moderação na aplicação dos castigos, evitando bater “especialmente na barriga das mulheres grávidas”, e

²¹⁴ *Código Philippino, cit.*, p. 1.245.

²¹⁵ ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas Drogas e Minas*, com um estudo bibliográfico por Afonso de E. Taunay. 1923, p.126.

²¹⁶ SEIXAS, Margarida. *Pessoa e Trabalho no Direito Português (1750-1878): Escravo, Liberto e Serviçal. cit.*, p. 77.

aconselhando a não fazer uso de pau para bater, “pois com a cólera poderia bater na cabeça e matar *hum Escravo de muito préstimo, que val muito dinheiro*”²¹⁷.

O pensamento desses jesuítas escravistas foi corroborado pelo Padre Manoel Ribeiro Rocha, que além de reconhecer e admitir a escravidão, trabalhava no sentido de adequá-la aos princípios cristãos de humanidade e justiça. Ele entendia que os escravos precisavam do trabalho e do sustento, ao afirmar que “aos escravos devem os senhores dar o sustento e a correção assim como lhe dão também o serviço”²¹⁸. Ainda reconhecia a importância dos castigos impostos aos negros, aconselhando, contudo, a moderação na aplicação dos mesmos.

Para Ribeiro Rocha, “devem os possuidores destes cativos corrigir e emendar-lhes os seus erros, quando tiverem já experiência de lhes não ser bastante para esse efeito e palavra; porque se o escravo for de boa índole, poucas vezes errará e para emenda delas bastará a repreensão; mas se for protervo, ou travesso, continuamente obrará mal, e será necessário para o corrigir que a repreensão vá acompanhada e auxiliada também com o castigo. Nesta conformidade permitem as leis humanas a correção, emenda e castigo dos servos, dos escravos e dos domésticos”²¹⁹. Deste modo, sob a visão do autor, havia bons e maus escravos e a estes últimos era devida a punição física para que o domínio senhorial fosse mantido.

Havia, portanto, uma espécie de reconhecimento social da prática das punições de escravos, sustentado por justificativas fornecidas pelos próprios jesuítas. Tal reconhecimento, no entanto, requeria a observância de uma certa justiça e moderação na aplicação dessas penalidades, para que elas correspondessem àquilo que dos senhores se esperava: a educação e a disciplina de seus servos.

Assim, o Bispo Azeredo Coutinho, nos últimos anos do século XVIII e início do século XIX, ao aprovar o comércio de escravos, ainda elaborou um “Projeto de uma lei para obrigar o senhor a que não abuse da condição do seu escravo”. De acordo com o autor, “para se conseguir o fim do bom tratamento dos escravos, sem que de alguma sorte se destruam ou se afrouxem totalmente as rédeas da obediência e da subordinação”²²⁰, fazia-se necessário fornecer o sustento e o vestuário imprescindíveis, um período de descanso diário, o ensino da fé cristã e o castigo que não ultrapassasse os limites da justiça.

²¹⁷ *Idem*, p. 77 e 78.

²¹⁸ ROCHA, Pe. Manoel Ribeiro. *Ethiope resgatado, empenhado, sustentado, corrigido, instruído e libertado. Discurso teológico-jurídico em que se propõe o modo de comerciar, haver e possuir validamente, quanto a um e outro foro, os pretos cativos africanos e as principais obrigações que concorrem a quem deles se servir*. Lisboa, Oficina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1758, p. 144 e 174.

²¹⁹ *Idem*, *ibidem*.

²²⁰ COUTINHO, J. J. da Cunha Azeredo. Análise sobre a Justiça do Comércio de Resgate dos Escravos da Costa da África, novamente revista e acrescentada por seu autor. (1808) In: Sergio Buarque de Holanda (org.) – *Obras Econômicas de J. J. da Cunha Azeredo Coutinho*. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1966, pp. 231-307.

O castigo justo e moderado aos escravos aparece no texto de Azeredo Coutinho, como sendo aquele necessário para manter a obediência ao senhor. Mas essa justiça e moderação não eram sempre observadas. Neste sentido, afirma Emília Viotti da Costa, que “dos escravos esperava-se humildade, obediência, fidelidade. Do senhor, autoridade benevolente. Nem sempre as expectativas eram satisfeitas. Por vezes, o escravo roubava, era infiel, fugia, quando ainda não praticava desatinos. O senhor excedia-se nos castigos, era violento e cruel”²²¹.

Certamente, não faltaram senhores benévolos que tratavam seus escravos com princípios de humanidade, como também, muitos escravos que demonstrassem sua devoção para com seus mestres. Mas a própria instituição escravista propiciava os excessos e também os crimes, dificultando, assim, a relação entre escravos e senhores, que se viam obrigados a recorrer à violência física para alcançar seus objetivos. Para isso, buscavam incutir o medo nos negros, de tal forma, que eles se tornavam obedientes, humildes e servis. Era preciso manter o ritmo de trabalho, impedir as atitudes de indisciplina, evitar as fugas e até mesmo reprimir as revoltas.

Os escravos passavam a vida atemorizados pela ameaça constante de punição física, aprendendo a conhecer desde cedo os métodos de castigo e os instrumentos de punição de que os senhores se valiam. Artur Ramos, em sua obra *Castigos de Escravos*, classificou os castigos ministrados aos escravos, dividindo-os em instrumentos de captura e contenção, instrumentos de suplício e instrumentos de aviltamento²²².

Dentre os instrumentos destinados à captura e à contenção de cativos, encontram-se as correntes, a gonilha ou golilha, a gargalheira, o tronco e o vira-mundo, as algemas, os machos, o cepo e a peia. Eles eram usados para prender os escravos fujões e, quando começavam a cumprir seu papel de provocar a imobilidade forçada do negro, transformavam-se em instrumento de suplício, pois o desconforto inicial transformava-se em dor. A máscara de flandres, a palmatória, os anjinhos e o bacalhau, foram elencados por Ramos como sendo os instrumentos de suplício, que tinham a finalidade de causar dor e fazer o escravo sofrer. Muitos escravos foram marcados a ferro ou foram obrigados a usar “placas de ferro com inscrições aviltantes”²²³, além de serem obrigados ao uso da gonilha e do libambo. Todavia, essa classificação dos instrumentos proposta por Ramos, era arbitrária e provisória, uma vez

²²¹ COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. 4. ed. – São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998, p. 334.

²²² RAMOS, Artur. *Castigos de Escravos*. Revista do Arquivo Municipal de São Paulo. 47: 1938, pp. 79-104.

²²³ NEVES, Maria de Fátima Rodrigues das. *Documentos sobre a escravidão no Brasil*. 3 ed. – São Paulo: Contexto, 2002, p. 91.

que um instrumento de captura, facilmente se tornaria em suplício ou teria um efeito de aviltamento moral.

O bacalhau, a palmatória e o tronco foram as formas de punição disciplinar mais usuais. O primeiro deles era um tipo de chicote de couro com as pontas retorcidas e cabo de madeira para facilitar o manejo pelo torturador. Era uma forma de pena para se disciplinar de forma comum, punindo o roubo, a embriaguez, a fuga e a preguiça. O número de chibatadas variava de acordo com o “crime” cometido pelo cativo. Os critérios usados para a atribuição das penas e a definição dos castigos a serem aplicados ficavam quase sempre a arbítrio do senhor. A execução dessa punição, no entanto, muitas vezes era feita pelos feitores.

A esse respeito, Emília Viotti afirma que, “quando o número de chibatadas era grande, dividia-se em etapas o castigo. Todos os dias, o escravo era atado a um poste ou amarrado de bruços, o dorso nu, a um banco, e açoitado certo número de vezes. Essa flagelação repetia-se dias seguidos e isso abria antigas feridas, prejudicando a cicatrização. [...] As feridas resultantes eram curadas com sal, vinagre, limão e pimenta, o que agravava os sofrimentos”²²⁴. O uso deste tipo de punição se tornou tão usual que a sociedade da época entendia como uma coisa normal açoitar um escravo. Muitos deles vieram a óbito em decorrência desse castigo tão cruel e desumano.

A palmatória, por sua vez, era muito usada no ambiente doméstico, tornando-se uma prática corriqueira e um método pedagógico que consistia em dar pancadas com esse instrumento nas palmas das mãos estendidas dos escravos. *Arrebentar a mão de bolos* era provocar violentas equimoses e ferimentos no epitélio delicado das mãos. Essa era uma punição aplicada preferencialmente em mulheres e crianças, geralmente para a correção de faltas consideradas leves²²⁵. Em muitas ocasiões, o escravo se negava a dar a mão para receber o castigo e, por esse motivo, outro recurso encontrado era o açoite nas nádegas.

O tronco foi um castigo tão frequentemente usado quanto os açoites nas nádegas e a palmatória. Ele tinha a finalidade de manter o negro imobilizado e obrigado a permanecer durante horas na mesma posição, sem ter condições de se esquivar dos insetos que atacavam suas feridas. Eles podiam ser de madeira ou de ferro e, “em geral, consistiam em toras de madeira retangulares, serradas ao meio, com aberturas onde eram presos os membros e, às vezes, a cabeça. Em muitos troncos, o escravo era mantido sentado; em outros, permanecia em pé. Às vezes, dois ou mais negros viam-se atados ao mesmo instrumento. O castigo

²²⁴COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia. cit.*, pp. 341-342.

²²⁵LARA, Silvia Hunold. *"O castigo exemplar" em campos da violência. cit.*, p. 75.

prolongava-se por dias. No tronco, a escrava amamentava o filho, e alguns cativos definhavam e pereciam em consequência de sevícias sofridas antes de ser atados”²²⁶.

Já o cepo era formado por “um tronco grosso de madeira que o escravo carregava à cabeça, preso por uma longa corrente a uma argola que trazia no tornozelo”²²⁷. Era um instrumento que se assemelhava muito ao tronco, possuindo os mesmos mecanismos e finalidades, pois servia para deixar as mãos e os pés do escravo presos. E nessas condições, podia ser mantido por horas ou dias, muitas vezes sem alimentação. Esse tipo de castigo era muito usado para os escravos fujões e para a obtenção de confissões a respeito de outros cativos.

Outra forma de castigo muito usado eram as argolas, confeccionadas com ferro, que eram presas ao pescoço, tais como as gargalheiras, gorilhas ou golilhas. Essas argolas podiam ser presas também nos pés e nas mãos, como as peias e as algemas. Eram instrumentos que impediam que o negro andasse depressa, o que contribuía para dificultar as fugas.

O vira-mundo, também um instrumento de castigo, era feito de ferro, consistindo numa peça que se abria em duas metades, sendo fechada por meio de um parafuso. Ele possuía buracos maiores e menores, destinados às mãos e aos pés dos cativos, que eram encaixados ali de maneira inversa, ou seja, mão direita com o pé esquerdo e mão esquerda com pé direito. Essa posição era desconfortável no início, mas tornava-se dolorosa à medida que as horas iam se passando. E, assim, o cativo era mantido pelo tempo que o seu senhor determinasse.

Outro instrumento de castigo, os anjinhos, segundo Emília Viotti, eram “argolas de ferro que comprimiam os dedos pouco a pouco, num arrocho progressivo e que eram empregados como instrumentos de tortura”²²⁸. Esse tipo de punição gerava muito medo nos escravos, pois resultava no esmagamento dos dedos. As máscaras de ferro também foram muito utilizadas e eram colocadas para impedir o vício da bebida, bem como o suicídio, por ingestão de terra.

Nos centros urbanos da época, era comum serem instalados os pelourinhos – coluna de pedra ou de madeira – nas praças centrais do arraial, vila ou cidade. Para ali eram levados os escravos, assim como os livres criminosos, a fim de receber os castigos, que consistiam em verdadeiros espetáculos de horrores, exibidos para a multidão que se formava ao redor. Esse era um castigo que representava uma tortura física e moral, ao expor a vítima diante dos

²²⁶COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia. cit.*, p. 343.

²²⁷LARA, Silvia Hunold. *"O castigo exemplar" em campos da violência. cit.*, p. 74.

²²⁸ COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia. cit.*, p. 344.

demais escravos, ostentando o triunfo do poder senhorial e da supremacia de sua vontade em detrimento do cativo. Assim, o senhor reafirmava o seu domínio e controle sobre o corpo e a mente de seus escravos.

É importante ressaltar que esses castigos e instrumentos de punição aqui citados, nem sempre constituíam uma prática diária e que a descrição deles não encerra todas as possibilidades de punições dos senhores a seus negros cativos, uma vez que inúmeros outros objetos poderiam se converter em “instrumentos de castigo”.

Os apologistas da escravidão costumam afirmar que havia exagero nas alegações de maus tratos para com a população negra cativa da Colônia Portuguesa. No entanto, existem inúmeros depoimentos de testemunhas oculares, como os viajantes naturalistas, os médicos e cirurgiões que vivenciaram e documentaram essa realidade. As correspondências oficiais existentes entre a Coroa e as autoridades locais colaboram para consolidar o entendimento de que os escravos foram explorados como mão de obra servil para além dos limites de suas forças e receberam castigos desumanos e degradantes, que ultrapassavam em crueldade a pretensa ilegalidade de seus atos.

Os documentos jesuíticos setecentistas trazem referências muito claras acerca dos castigos dos escravos, o que possibilita a consolidação da veracidade desses fatos, tendo em vista que esses padres vivenciaram de perto a rotina do sistema escravista brasileiro. Nesse sentido, Benci aconselhava que os açoites não ultrapassassem o número de quarenta por dia e que os ferros (grilhões) fossem usados separadamente ou combinados de forma interpolada, em casos de delitos mais sérios. O autor era contra a prática de mutilação e suplícios, assim como a morte dos negros²²⁹.

Antonil, por sua vez, era contra pancadas, coices e marcas corporais, afirmando que a repreensão e algumas *varancadas* com um cipó, nas costas, eram os mais apropriados. Para os fugitivos, briguentos ou bêbados, ele entendia que o melhor a se fazer era a prisão. Os açoites moderados ou correntes de ferro por algum tempo ou o tronco eram os melhores castigos²³⁰.

Seguindo o raciocínio dos demais autores, Ribeiro Rocha condenava o espancamento com grossos bordões, dizendo que a punição devia consistir em palmatória, disciplina mais branda, cipó e prisão. A seu ver, os senhores deviam fazer uso de varinhas delgadas e golpes de palmatória ou, nos casos mais graves, açoites, desde que não ultrapassassem o número

²²⁹ BENCI, Jorge. *Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos*. cit., p. 139, 156, 163 e 170.

²³⁰ ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas Drogas e Minas*. cit., p. 130 e 108.

máximo de quarenta. Aconselhava ainda que os escravos não fossem fustigados no rosto, olhos, cabeça e mais partes irregulares²³¹.

Os conselhos oferecidos pelos padres jesuítas revela-nos que a moderação no implemento das punições aos cativos não era algo comum na época. Sobre o número elevado dos açoites, Ribeiro Rocha chegou a condená-los, quando disse: “aos 200, aos 300 e 400, como se acha já tão usados nessas fazendas, engenhos e lavras minerais, que não somente passa este abuso sem se corrigir, senão que nem ao menos se estranha”²³².

Todos esses castigos usados pelos senhores deixavam marcas nos corpos dos negros, em seus ombros, costas, nádegas e faces. Através deles, o comprador tomava conhecimento acerca da índole do escravo e, por muito tempo, esses sinais não representaram uma boa recomendação para os mesmos. Habitados aos castigos corporais, os senhores de escravos continuaram usando-os por todo o tempo em que existiu a escravidão.

Mas o que dizia a legislação da época acerca desses castigos ministrados aos escravos africanos? Sabemos que não havia um código específico que tratasse exclusivamente da escravidão dos negros, embora ela tenha recebido atenção jurídica em seus diversos aspectos. Quanto aos castigos, havia previsão legal para a sua aplicação aos escravos no ordenamento jurídico português, tanto pelas Ordenações, quanto pela Legislação Extravagante posterior, que consistia em ordens reais mais específicas sobre questões e demandas da escravidão na Colônia.

As Ordenações Portuguesas determinaram várias punições para os crimes cometidos por escravos, embora não haja muita alusão aos crimes de autoria senhorial para com seus cativos. Um exemplo disso está no livro V, título XCV, §4 das Ordenações Filipinas²³³, onde não era considerado cárcere privado o aprisionamento do escravo em casos de castigo por mau comportamento.

Sob essa lógica, afirma Margarida Seixas que “no Direito português, a punição de certas ofensas não se verificava quando as mesmas tinham lugar contra determinadas pessoas, entre as quais os escravos, pois as mesmas correspondiam ao poder de licitamente castigar”²³⁴. É o que demonstra o previsto nas Ordenações Filipinas, no livro V, título

²³¹ ROCHA, Pe. Manoel Ribeiro. *Ethiope resgatado, empenhado, sustentado, corrigido, instruído e libertado. Discurso teológico-jurídico em que se propõe o modo de comerciar, haver e possuir validamente, quanto a um e outro foro, os pretos cativos africanos e as principais obrigações que concorrem a quem deles se servir.* cit., p.195 e 199.

²³² *Idem*, p. 204.

²³³ *Código Philippino*, cit., livro I, título XCV, §4, p. 1245: “E esta Lei não haverá lugar no que encarcerar seu filho, famílias, ou escravo, polos castigar e emendar de más manhas e costumes”.

²³⁴ SEIXAS, Margarida. *Pessoa e Trabalho no Direito Português (1750-1878): Escravo, Liberto e Serviçal.* cit., p. 127.

XXXVI, §1²³⁵, que determinava que as penas previstas não se aplicavam àquele que castigasse um escravo (tal como ao filho ou à mulher, etc), salvo em caso de feri-lo com arma durante a aplicação da punição.

A respeito da legislação concernente aos castigos dos escravos, o jurista Agostinho Marques Perdigão Malheiro, afirma que “nossas leis antigas e modernas têm formalmente negado, e negão aos senhores o direito de vida e morte sobre os escravos; e apenas lhes dão a faculdade de os *castigar moderadamente*, como os pais aos filhos e os mestres aos discípulos. Se o castigo não é moderado, há excesso que a lei pune, como se o ofendido não fora escravo; e com justa razão”²³⁶. A lei, portanto, autorizava os castigos, desde que aplicados de forma moderada, dentro dos princípios da humanidade.

Nesse sentido, a análise da legislação extraordinária relativa ao período colonial, também é essencial para a compreensão da posição contrária da Coroa Portuguesa para com os exageros cometidos pelos senhores de escravos, ao puni-los.

Essa posição adotada pela Coroa foi demonstrada em várias ocasiões, como na Carta Régia de 20 de julho de 1642²³⁷, onde o rei deu ordem expressa ao Governador do Rio de Janeiro para que determinasse a venda dos escravos em casos de castigos desumanos por parte de seus senhores. A discussão a respeito dessa questão foi retomada no governo de D. Pedro II (de 1683 a 1706), quando duas Cartas Régias de 1688, recordavam aos senhores que apenas “podem dar aquele moderado castigo que é permitido pelas leis”, proibindo os maus tratos e os castigos cruéis.

A primeira carta, datada de 20 de março de 1688²³⁸, determinava que em todas as devassas “se pergunte pelos senhores que com crueldade castigarem seus escravos”, eram eles obrigados a vendê-los a uma pessoa capaz de dar-lhes bom tratamento. O Rei ainda ordenava que todas as denúncias deveriam ser ouvidas e provadas, ficando aqui incluídas aquelas proferidas pelos próprios negros cativos.

Já a segunda carta, de 23 de março do mesmo ano, ou seja, apenas três dias depois da primeira, dava ordem ao Governador do Rio de Janeiro para que reunisse informações verbais e sumárias acerca dos senhores cruéis, devendo castigá-los de acordo com seu julgamento e

²³⁵Código Philippino, cit., livro V. título XXXVI, §1, cit., p. 1187: “E estas penas não haverão lugar [...] em quem castigar criado, ou discípulo, ou sua mulher, ou seu filho, ou seu scravo”.

²³⁶ MALHEIRO, Agostinho Marques Perdigão. *A Escravidão no Brasil. Ensaio Historico, Juridico, Social*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1866, p. 41.

²³⁷ LISBOA, Balthazar da Silva. *Annaes do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Na Typ. Imp. e Const. de Seignot-Plancher e Ca, 1838, Parte VI, Livro VI, Capítulo I, §12, p. 19, transcrita por Sílvia Hunold Lara, “Legislação sobre escravos africanos na América portuguesa”, p. 167.

²³⁸ ANRJ – Cod. 952, vol. 4, fl. 168. Este documento foi publicado por José Alípio Goulart – *Da Palmatória ao Patíbulo*. Rio de Janeiro, Ed. Conquista/INL, 1971, p. 186.

“além das penas que lhes forem dadas [aos senhores] serão obrigados a vendê-los com a condição que o senhor que os comprar será obrigado a tratá-los com castigo moderado”. A respeito dessa carta é interessante ressaltarmos a observação feita pelo Monarca ao Governador, no sentido de que “quanto vos for possível que cheguem à notícia dos escravos este remédio que se dá ao seu imoderado castigo, por se evitar que com menos justificada causa poderão arguir a seus senhores”²³⁹.

Esta consideração real foi o motivo que levou à anulação das ordens proferidas nas cartas citadas acima, no ano de 1689. Tendo em vista que as determinações anteriores “resultariam grandes inconvenientes a meu serviço e à conservação dessas conquistas”, o Rei cancelava seus efeitos, concluindo que seria “necessário que os ditos escravos constem dessa minha resolução [...] com algum ato positivo para se evitem as perturbações que entre eles e seus senhores já começa a haver com a notícia que tiveram das ordens que se [...] haviam passado”²⁴⁰.

A situação era delicada, uma vez que, de um lado, o senhor tinha o direito de castigar seu escravo e, de outro, a Coroa tinha o dever de fiscalizar esse direito. Na tentativa de conciliar a escravatura e a humanidade, a Coroa criava um desequilíbrio na relação senhor-escravo, pois repreender o senhor era o mesmo que questionar o seu poder, possibilitando aos escravos a manifestação de sua indignação.

À vista disto, a Coroa continuou condenando os abusos cometidos pelos senhores, no entanto, não questionava o direito à imposição de castigos. Seu objetivo era adequar a conduta senhorial aos preceitos humanitários, mas sem afetar o domínio sobre os cativos, responsável por garantir a produção econômica necessária para a manutenção da Colônia. Perdigão Malheiro afirma que os “barbaros castigos infligidos pelos senhores trouxeram medidas de proteção aos escravos”²⁴¹, referindo-se, neste caso, à restauração das leis de 1688 pela Carta Régia de 11 de janeiro de 1690.

Podemos dizer que a Coroa tinha consciência da questão relativa aos rigores dos castigos, o que pode ser averiguado nas palavras do Rei, contidas no texto da Carta Régia de 7 de fevereiro de 1690: “sou informado que nessa capitania costumam os senhores que têm escravos, para os castigares mais rigorosamente, prendê-los por algumas partes do corpo com

²³⁹ANRJ – Cod. 952, Vol. 4, fl. 172. Este documento foi publicado por José Alípio Goulart – *Da Palmatória ao Patíbulo. cit.*, p. 187.

²⁴⁰ “Carta Régia de 23 de fevereiro de 1689”. ANRJ – Cod. 952, Vol. 5, fl. 29. Este documento foi publicado por José Alípio Goulart – *Da Palmatória ao Patíbulo. cit.*, p. 174.

²⁴¹MALHEIRO, Agostinho Marques Perdigão. *A Escravidão no Brasil. Ensaio Historico, Juridico, Social. cit.*, Vol. III, p. 18.

argolas de ferro para que assim fiquem mais seguros para sofrerem a crueldade do castigo que lhe quiserem dar. E porque este procedimento é inumano e ofende a natureza e as leis, vos ordeno que com prudência e cautela procureis averiguar o que há nesta matéria exatamente e que, achando que assim é, o façais evitar pelos meios que vos parecerem mais prudentes e eficazes, procurando que estes não causem alvoroço nos donos e que se consiga o fim que se pretende sem ruído ou alteração dos mesmos escravos”²⁴².

Na Provisão de 17 de janeiro de 1714²⁴³, dirigida ao Governador e Capitão Geral do Estado do Brasil, Pedro de Vasconcelos e Souza, 3º Conde de Castelo Melhor, que governou de 1711 a 1714, o Rei afirmava ter sido informado pelo Chanceler da Relação, em carta de 24 de novembro de 1709, que sua ordem dada em 1688 aos governadores gerais para que tivessem especial cuidado de que os senhores não castigassem seus escravos rigorosamente, vinha sendo descumprida. Dizia ainda que a desobediência dos senhores revelava-os como verdadeiros tiranos, e por isso determinava “ser justo se evitarem estes excessos por não dar ocasião às queixas dos mesmos escravos”.

Sabemos que para a Legislação Civil o escravo sofria inúmeras limitações e, em muitas situações, não possuía personalidade jurídica, sendo considerado uma coisa, objeto de propriedade de seu senhor. Em matéria criminal, no entanto, o escravo era considerado pessoa responsável pelos delitos que cometesse. Dessa forma, era possível processá-lo e puni-lo legalmente, mesmo que “a pena nem sempre fosse idêntica à aplicada ao livre e o pagamento de multa fosse obviamente efectuado pelo proprietário (frequentemente com uma pena alternativa, nomeadamente de açoites, se o senhor não estivesse disposto a pagar a multa)”²⁴⁴.

Quando o escravo era réu em algum processo, não havia juiz ou tribunal especial e ele era processado e julgado, em função dos delitos e do lugar onde os praticasse, como qualquer outra pessoa. A ele se aplicavam as regras do Direito Penal e do Processo Criminal, salvo algumas exceções. Dessa forma, o escravo não poderia, por si só, dar queixa, apenas por intermédio do Promotor Público, ou de qualquer pessoa livre.

Havia várias proibições processuais definidas pelas Ordenações Filipinas a respeito do escravo. O Livro III, Título LVI, §3²⁴⁵, definia que ele não poderia ser testemunha, nem ser perguntado, exceto nos casos por direito especificamente determinados. Tal determinação

²⁴²ANRJ, *Cartas Régias*, Cod. 952, Vol. 9, fl. 37; Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Seção de Manuscritos, II, 34, 23, 1, doc. 46.

²⁴³AHU, *Registro de Cartas Régias*, Cod.246, fls. 346v-347.

²⁴⁴SEIXAS, Margarida. *Pessoa e Trabalho no Direito Português (1750-1878): Escravo, Liberto e Serviçal. cit.*, p. 134.

²⁴⁵*Código Philippino, cit.*, livro III, título LVI, §3, p. 647: “O scravo não póde ser testemunha, nem será perguntado geralmente em feito algum, salvo nos casos per Direito specialmente determinados”.

legal impedia que escravos servissem de testemunhas contra seus senhores, em crimes cometidos contra outros escravos.

Quanto aos açoites, penalidade amplamente usada nas mais diversas faltas cometidas pelos escravos, não há uma legislação expressa a seu respeito, nem uma determinação legal que estipule o número de chicotadas que um senhor poderia desferir contra um negro cativo. O direito de açoitar, como afirma Lara, “parece ter sido dado como ponto inquestionável, fruto da tradição e do costume”²⁴⁶. A legalização da pena de açoites só viria com a publicação do Código Criminal, em 1831.

Nas Ordenações, havia previsão de crimes que recebiam a penalidade de açoites, como a prevista para os escravos incendiários, onde seu proprietário ficava obrigado a ressarcir os danos causados pelo fogo, pagando-o ou dando “o scravo para se vender, e do preço se pagar o dito dano”²⁴⁷.

Os furtos de valor igual a meio marco de prata²⁴⁸, ou superiores, recebiam a punição de morte. Se o furto tivesse o valor de 400 réis ou mais, não sendo de qualidade de pena de morte, deveria o infrator, sendo escravo, receber a pena de açoites públicos, com “baraço e pregão” que, de acordo com Sílvia Hunold Lara, era “punição que consistia em levar o réu com o laço da forca (o ‘baraço’) preso ao pescoço, enquanto o pregoeiro anunciava em voz alta o delito cometido e a pena recebida”²⁴⁹. Essa penalidade também era aplicada aos furtos de menor valor, desde que cometidos por escravos.

O livro V, título LX²⁵⁰ das Ordenações Filipinas, trata das penalidades aplicadas ao escravo ou filho que “arrancar arma contra seu senhor”. Se de tal ocorrência não resultar ferimento algum ao senhor, definia a lei que o escravo “seja açoutado publicamente com baraço e pregão pela Villa, e seja-lhe decepada huma mão”.

Ainda a respeito do uso de armas, previa o livro V, título LXXX, §7, que o “negro captivo a que fôr achada spada, ou punhal, ou pao feitiço, não indo com seu senhor”, seja preso, ficando seu senhor com a obrigação de pagar 500 réis da cadeia. Caso se recusasse a efetuar o pagamento, o escravo seria penalizado com açoites.

O caráter aviltante dos açoites fez com que tal penalidade passasse a ser aplicada apenas contra escravos, a partir da publicação da lei de 24 de janeiro de 1756, que condenou o uso de açoites contra os libertos. Dizia a lei: “Faço saber aos que esta minha lei virem que

²⁴⁶LARA, Sílvia Hunold. *Campos da violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. cit., p. 64.

²⁴⁷ *Código Philippino*, cit., livro V, título LXXXVI, §5, p. 1234.

²⁴⁸ *Código Philippino*, cit., livro V, título LX, §2, p. 1208.

²⁴⁹ LARA, Sílvia Hunold. *Campos da violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro*. cit.

²⁵⁰ *Código Philippino*, cit., livro V, título XLI, §3, p. 1192.

sendo-me presente que no Estado do Brasil continuam os mulatos e pretos escravos a usar de facas e mais armas proibidas, por não ser bastante para coibi-los as penas impostas pelas leis de 29 de março de 1719 e 25 de junho de 1749, hei por bem que, em lugar da pena de 10 anos de galés impostas nas referidas leis, incorram os ditos pretos e mulatos escravos do dito Estado que as transgredirem, na pena de 100 açoites no pelourinho e repetidos por 10 dias alternados. O que se não entenderá com os negros e mulatos que forem livres, porque com estes se deve observar as leis já estabelecidas”²⁵¹.

2.3 Revolta e resistência dos escravos: perseguição aos negros e a formação dos quilombos

Uma vez feitas as devidas considerações mais amplas acerca dos métodos de controle e repressão da população negra cativa nas terras brasileiras, chega o momento em que nos voltamos para as Minas Setecentistas e, mais especificamente, para a Região Diamantífera, enfatizando os mecanismos coercitivos aplicados aos seus escravos.

Os centros urbanos das regiões mineradoras possuíam uma característica singular com relação ao trabalho escravo que ali se desenvolvia, quando comparado a outras regiões da Colônia. Além dos serviços de mineração que formavam a base da economia local, alguns escravos tinham a possibilidade de se tornar “escravos de ganho”, realizando atividades que geravam renda para seus senhores. Desse modo, formava-se uma nova relação de trabalho, em que havia um acordo entre o senhor e seu escravo, que deveria obter uma determinada quantia em valores, denominada de jornal. O jornal era pago no fim de cada dia de trabalho, pelo escravo ao seu senhor.

A esses escravos era dada a autorização de se locomoverem livremente pelas ruas, sem a fiscalização de seus proprietários, o que possibilitou a formação de relações sociais antes impensadas. Ademais, o exercício dessa função ampliava as liberdades do cativo, além de possibilitar a aquisição de direitos. Eles podiam reter para si o excedente de seus rendimentos do dia, o que lhes proporcionava uma certa riqueza pessoal que, em muitos casos, possibilitou a aquisição da alforria.

Essa particularidade do sistema escravista mineiro do século XVIII trouxe como consequência um abrandamento da relação escravo - senhor, pois esse deixou de se importar

²⁵¹ SILVA, António Delgado, *Collecção da Legislação Portuguesa desde a ultima compilação das Ordenações*, Legislação de 1763-1774, Lisboa: Typografia Maignense, 1829, p. 411.

com o comportamento de seu escravo ao longo do desenvolvimento de suas atividades, pouco lhe importando a sua conduta moral. O senhor queria o pagamento do jornal no fim do dia, mesmo que, para isso, o escravo praticasse atividades ilícitas.

Nesse contexto, começaram a ser registrados crimes praticados por escravos contra a Ordem Pública e a escravatura passou a ser motivo de instabilidades e preocupações por parte das autoridades, que se viram na obrigação de reprimir as atividades dos escravos, inclusive intervindo nas relações particulares entre os senhores e seus escravos, como afirma Liana Maria Reis: “A flexibilidade do escravismo mineiro propiciou um ‘afrouxamento’ em aspectos das relações senhor – escravo, levando o Estado a interferir no que antes era limitado ao âmbito privado”²⁵².

Os escravos de ganho foram muito comuns nos centros urbanos de Minas Gerais e a Região Diamantina não foi exceção, mesmo com toda a legislação repressiva que ali se desenvolveu ao longo dos anos. Nem mesmo as restrições do Regimento Diamantino foram capazes de pôr fim a essa nova estrutura de trabalho que se desenvolveu no sistema escravista.

A sociedade diamantina, à época da Real Extração, caracterizava-se por ser bastante heterogênea, dinâmica e multifacetada. Era composta em sua maioria por homens de cor, dentre mulatos, negros alforriados e cativos. Em 1776, como já explicado anteriormente, havia uma significativa predominância numérica da população africana no Distrito Diamantino, o que gerava insegurança por parte da elite branca, classe dominante da sociedade local, que vivia em constante temor de levantes e revoltas por parte dos negros.

Tal sentimento de insegurança ensejou uma série de medidas coercitivas com a publicação de bandos, alvarás, determinações e cartas régias ao longo de todo o período da extração diamantífera, com a finalidade de reprimir o povo negro, fossem eles escravos ou libertos. Transcrevemos aqui um trecho da Carta Régia datada do ano de 1734, dirigida ao Conde Galvêas, então governador da Capitania de Minas Gerais, que havia previamente alertado a Coroa acerca do grande número de negros e mulatos forros que circulavam pelas regiões de exploração mineral. Diz a carta: “[...] se devia dar alguma providência com vosso parecer e se devia dar a mesma acerca dos mulatos forros que vivem também em grande liberdade [...] e para se remediarem as desordens que podem causar os sediciosos e vadios, ordenais aos oficiais dos arraiais e freguesias desse governo que todas as vezes que alguns dos sobreditos cometerem delito pode sem escandalo vo-los remeterem presos”²⁵³.

²⁵² REIS, Liana Maria. *Crimes e escravos na capitania de todos os negros (Minas Gerais, 1720-1800)*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008, p. 158.

²⁵³ Arquivo Público Mineiro. Seção Colonial. 44. fls. 9-9v.

O indivíduo negro, parte integrante dessa sociedade mineira, era visto como elemento desestabilizador da ordem social e considerado como vadio, truculento e perigoso para a comunidade. Por essa razão, era constantemente associado às questões de desordem que ocorreram em demasia na Comarca do Serro do Frio, tendo-se em vista que, na segunda metade do século XVIII, muitos escravos já haviam conseguido comprar sua alforria. A sociedade diamantina da época possuía uma heterogênea camada de libertos e pobres, formada por mulatos e negros e que foi alvo de muito cuidado por parte das autoridades locais, resultando muitas vezes em prisões.

Os mulatos se envolveram em diversos crimes na região, tendo sido acusados de vadiagem, assassinatos, roubos e, na maioria das vezes, por “se envolverem nas quadrilhas de contrabandistas e de servirem de intermediários, ou mesmo de ‘escalharem’ os córregos, vivendo muitas vezes às margens da sociedade, como garimpeiros”²⁵⁴. Esses homens frequentemente se envolviam nas chamadas desordens, ou seja, situações como brigas entre vizinhos, insultos às autoridades instituídas e desobediência.

Muitos foram os casos registrados na Demarcação, pois a convivência dessa classe pobre com a elite dominante sempre foi difícil e complicada. A autora Júnia Furtado afirma que essas questões “com autoridades ou outros moradores, muitas vezes resultavam em mortes, situação em que os homens e mulheres pobres acabavam como vítimas, já que geralmente se encontravam em desvantagem. Muitos desses crimes não ficaram impunes e resultaram em devassas e prisões”²⁵⁵.

No Distrito Diamantino, os escravos sofriam a mais severa repressão por parte das autoridades, tamanho era o seu envolvimento com o contrabando de diamantes. Mas, apesar de todo o aparato legal determinando um rigoroso controle sobre os numerosos negros cativos ali empregados, estes sempre descobriam novas e diversas formas de protestar contra a escravidão. Durante muito tempo a historiografia aceitou a ideia de que o negro africano se conformou com o cativeiro que lhe foi imposto de forma passiva. Todavia, os contínuos estudos das provas manuscritas, tais como processos judiciais e correspondências oficiais, levaram à conclusão de que muitos negros, mesmo sabendo que seriam reduzidas as suas chances de permanecerem em liberdade, lutavam até o fim de suas forças contra o cativeiro.

Muitas vezes, os escravos encontravam no suicídio uma forma de dar fim ao sofrimento de suas vidas e, ao mesmo tempo, prejudicar seu senhor com a perda do

²⁵⁴ FURTADO, Júnia Ferreira. *O livro da capa verde: o regimento Diamantino de 1771 e a vida no Distrito Diamantino no período da real extração. cit.*, p. 59.

²⁵⁵ *Idem*, p. 60.

investimento financeiro que fizera nele. Para alcançar o fim almejado, foram usadas diversas formas de auto-eliminação, como a asfixia, o enforcamento, armas brancas, armas de fogo, veneno. De acordo com Jaime Pinky, “uma visão folclórica da História fala que a doença do escravo no Brasil era o *banzo*, irreprimível saudade da Pátria distante. No limite, essa doença o levava ao suicídio”²⁵⁶. O autor ressalta que, na realidade, a saudade do negro referia-se à sua condição de ser humano livre. Nesse sentido, entendemos que o suicídio não era um ato que demonstrava a fraqueza do cativo e sim uma atitude de revolta e rebelião contra a situação a que fora reduzido.

Os escravos encontraram outras maneiras de se rebelar contra o sistema escravocrata em que estavam inseridos. Havia enfrentamentos demonstrados nas tarefas do dia a dia, como as sabotagens individuais nas unidades produtivas, atitude que constituíam uma forma de protesto contra a dominação dos senhores.

Essa relação senhor/escravo foi muito marcada pela violência, resultando, muitas das vezes, em agressão física e até em assassinato, como foi o caso ocorrido em 1772, quando João Nagô e Jacinto Benguela foram presos pela morte de seu proprietário, Manoel Rove²⁵⁷.

No entanto, as vítimas desses crimes nem sempre eram os senhores de escravos. Houve casos em que os cativos mataram outros escravos, soldados e autoridades locais. José da Silva de Oliveira possuía dois escravos que foram presos, acusados de assassinar o guarda Francisco Athanazio de Oliveira²⁵⁸, que prestava serviço na lavra onde estes trabalhavam. Acusados como cúmplices do homicídio, outros oito negros cativos foram enviados para as cadeias de Vila Rica. Os escravos ainda se envolviam em roubos, desordens, insultos e eram repetidamente capturados e presos.

Outra forma de resistência foi a fuga, a mais constante e repetidamente empreendida pelos escravos e que levou à formação de muitos quilombos na região diamantífera. As fugas significavam mais do que uma rebeldia escrava. Estava associada também ao medo gerado pelos castigos que, algumas vezes, tomavam proporções inacreditavelmente bárbaras. Lana Lage da Gama Lima afirma que eram “frequentes nos anúncios de fugas referências a marcas de castigo recente ou à presença de ferros, como sinais para a identificação dos negros procurados”²⁵⁹, o que nos reforça a teoria de que o medo servia de incentivo aos escravos para correr os riscos envolvidos nas fugas.

²⁵⁶ PINSKY, Jaime. *A escravidão no Brasil: As razões da escravidão/Sexualidade e vida cotidiana/As formas de resistência*. 18. Ed. revisada e ampliada – São Paulo: Contexto, 2001, p. 91.

²⁵⁷ Arquivo Público Mineiro. Seção Colonial. 182. f. 7.

²⁵⁸ Arquivo Público Mineiro. Seção Colonial. 253. f. 149v. e SC. 241. f. 164v-165.

²⁵⁹ LIMA, Lana Lage da Gama. *Rebeldia negra e abolicionismo*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1981, p. 32.

Os riscos a que se submetiam os escravos estão definidos em texto das Ordenações Filipinas, em seu livro V, título LXIII²⁶⁰, que traziam previstas penas acerca daqueles que ajudavam os escravos a fugir ou que acobertavam essa fuga. Portanto, eram punidas as pessoas que levassem escravos para fora dos domínios do reino, a fim de livrá-los da escravidão, ou que mostrassem o caminho por onde pudessem fugir, assim como os ajudassem a fugir ou encobrissem a fuga. Se essa pessoa fosse cristã, a pena seria de degredo eterno no Brasil. Se fosse judeu ou mouro forro, se tornaria escravo do senhor do escravo. Se fosse judeu ou mouro cativo, seria açoitado. Em caso de o escravo fugitivo não ser encontrado, a lei determinava que o autor do crime, além de sofrer as penas já estipuladas, deveria ainda ressarcir o valor do escravo a seu dono.

Mesmo havendo previsão legal determinando as penas para aqueles que se envolviam com as fugas de escravos, elas continuaram a acontecer e os quilombos continuaram a se formar.

Os quilombos eram povoações formadas por escravos fugidos e se estabeleciam em regiões de difícil acesso, longe das vilas, arraiais e, principalmente, das estradas oficiais. Possuíam tamanhos variados e se organizavam de acordo com o número de seus componentes. Os quilombos menores, como afirma Clóvis Moura, “possuíam uma estrutura muito simples: eram grupos armados. As lideranças, por isso, surgiam no próprio ato da fuga e da sua organização”. Os grandes, por sua vez, eram mais estruturados e complexos. O autor afirma que “o de Palmares chegou a ter cerca de vinte mil habitantes e o de Campo Grande, em Minas Gerais, cerca de dez mil ou mais”²⁶¹.

Havia os quilombos maiores, como o de Palmares²⁶², que tinham o tamanho de grande aldeias e um elevado número de habitantes, o que contribuía para a formação de uma estrutura organizada de produção, onde plantavam seus mantimentos e criavam gado suficiente para a sua subsistência. Muitos deles já se organizavam com o objetivo de defender a sua população e a sua economia, através de uma hierarquia militar e um contingente armado, que garantia a segurança contra as incursões escravistas.

²⁶⁰ *Código Philippino, cit.*, livro V, título LXIII, p. 1212.

²⁶¹ MOURA, Clóvis. *Os Quilombos e a Rebelião Negra*. 7. ed. São Paulo, Editora Brasiliense, 1987, p. 17.

²⁶² O quilombo dos Palmares, maior e mais conhecido mocambo brasileiro, surgiu do agrupamento de escravos fugidos, principalmente, dos engenhos de açúcar pernambucanos. Agruparam-se a cerca de 70 quilômetros a oeste do litoral de Pernambuco, na Serra da Barriga, local de densas florestas de palmeiras, o que deu origem a seu nome. O local possuía um terreno bastante acidentado, o que dificultava o acesso. A luta para destruir Palmares durou cerca de cem anos, sendo a primeira expedição enviada em 1602. Os quilombolas de Palmares só se renderam em 1694, quando foi feita a última investida do exército, que conseguiu invadir e destruir o agrupamento de negros. Seu grande líder, o Zumbi dos Palmares conseguiu fugir e só foi capturado um ano depois, quando foi morto e esquartejado, tendo sua cabeça exposta nas ruas de Olinda.

Mas nem sempre esses grandes quilombos possuíam caráter defensivo, pois, de tempos em tempos, seus habitantes faziam emboscadas nas estradas para assaltar comboios de passageiros e mercadorias, ou invadiam fazendas e plantações mais distantes do centro, em busca de artigos como pólvora e sal, além de novos membros para o quilombo e mulheres. Para esses núcleos, se dirigiam os escravos desejosos de se evadir, bem como outros “elementos oprimidos do sistema escravista: fugitivos do serviço militar, criminosos, índios, mulatos e negros marginalizados”²⁶³.

Muitos estudiosos se dedicaram ao estudo dos quilombos no Brasil ao longo dos anos, resultando em diversas interpretações que, conforme afirma Flávio dos Santos Gomes em sua obra *História de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX*, podem ser divididas em duas correntes: culturalista e materialista. As interpretações culturalistas ressaltavam que os quilombos buscavam reproduzir “as tradições das organizações política e guerreira dos povos bantos africanos”, representando um “fenômeno *contra-aculturativo*, que tinha origem na *persistência da cultura africana*, em resposta ao permanente processo de *aculturação* da sociedade escravista”²⁶⁴. Eles queriam retomar a prática de danças, músicas, religião e linguagem, que eram comuns à sua gente.

Para a corrente materialista, protagonizada por Clóvis Moura, em sua já mencionada obra, *Os quilombos e a rebelião negra*, onde buscou “compreender as dinâmicas da sociedade escravistas através dos quilombos”, empenhando-se “em abordar os quilombolas em várias regiões do Brasil, suas relações com outros movimentos políticos e as ações de guerrilha”²⁶⁵.

À vista dessas correntes de pensamento, concluímos que, para os negros, reunir-se em grupos distantes da dominação branca significava não apenas uma reação à desagregação cultural que lhes fora imposta com o regime da escravidão no Brasil. Eles queriam lutar contra a dominação escravista, rebelar-se contra a violência e a exploração que sofriam diariamente, demonstrando que não iriam se conformar com a instituição escravocrata pacificamente.

A formação dos quilombos evidencia o fato de que os escravos não foram sujeitos passivos, simples observadores da história, como se acreditou durante muito tempo. Pelo contrário, foi exatamente o seu dinamismo que contribuiu para o desgaste do sistema escravista brasileiro. Nesse sentido, os quilombos tiveram papel significativo e determinante, não se circunscrevendo a apenas uma região. Eles dominaram todo o território brasileiro

²⁶³ *Idem*, p. 18.

²⁶⁴ GOMES, Flávio dos Santos. *História de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 10.

²⁶⁵ *Idem*, p. 13.

durante o período em que a escravidão existiu, constituindo uma das questões mais preocupantes inclusive nas terras mineiras, ao longo do século XVIII.

Em consequência disso, em de 3 de março de 1741²⁶⁶, a Coroa Portuguesa determinou: “Eu El-Rei faço saber aos que este Alvará virem, que sendo-me presentes os insultos que no Brazil commetem os escravos fugidos, a que vulgarmente chamão calhambolas [sic], passando a fazer o excesso de se juntarem em quilombos; e sendo preciso acudir com os remedios que evitem esta desordem: – hei por bem que a todos os negros, que forem achados em quilombos, estando nelles voluntariamente, se lhes ponha com fogo uma marca em uma espadua com a lettra – F – que para este effeito haverá nas camaras; e si quando se for executar essa pena for achado já com a mesma marca, se lhe cortará uma orelha; tudo por simples mandado do juiz de fora ou ordinário da terra ou do ouvidor da comarca, sem processo algum e só pela notoriedade do facto, logo que do quilombo for trazido, antes de entrar para a Cadeia [...]”²⁶⁷.

Apesar dos rigores da lei, as fugas continuaram a ocorrer em demasia na região das Minas, pois, para muitos escravos, era melhor se arriscar nos matos, morros e quilombos, sendo perseguidos pelos capitães do mato e correndo o perigo de morte, do que permanecer na dura vida de extração mineral. Alegava-se, na época, que muitos negros se orgulhavam de levar o F marcado no ombro, o que ainda era visto como prova de coragem, servindo de incentivo para outros negros cativos optarem pela fuga.

Desse modo, de acordo com o Códice Costa Matoso, um autor anônimo propôs que todos os escravos negros fugidos e capturados, tivessem cortado o Tendão de Aquiles de um dos pés, uma vez que “só o rejeto dos pés, que lhes tira o muito que correm, e só no correr bem se fiam a entranhar-se nos matos, [...] e sem dúvida que rejeitados quatrocentos negros se poderá segurar o não fugir mais negro algum”²⁶⁸. A Coroa submeteu a proposta às considerações do Vice-Rei, Marcos de Noronha e Brito, Conde dos Arcos, na Bahia, que a rejeitou veementemente, nos seguintes termos: “Digo que isto he hua barbaridade indigna de homens que tem o nome de christaons e vivem ao menos com a exterioridade de taes e merecião ser asperamente repreendidos pela ousadia de assim o requererem, supondo que

²⁶⁶ BNLMS, Legislação, sem cota; ACL, Morato, 12, doc. 123; Colleção Chronologica das Leis Extravagantes, 3, p. 476; ABN, 28, p. 200; ACL, (Ms. Az. 95), fls. 121v-122, transcrita por Sílvia Hunold Lara, “*Legislação sobre escravos africanos na América portuguesa*”, cit., p. 297.

²⁶⁷ VEIGA, José Pedro Xavier da. *Efemérides Mineiras*. Ouro Preto: Imprensa Official do Estado de Minas, 1897, p. 275.

²⁶⁸ Códice Costa Matoso. *Coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que se fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das do Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749 e vários papeis*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1999. p. 533.

Vossa Magestade era rey e senhor capaz de lhes facultar semelhante tyrannia, quando a maior parte destes captivos fogem porque seus donos os não os sustentão e os não vestem e os não tratam com o amor e caridade devida, tanto na saude como na enfermidade que são obrigados, e, alem de os tratarem mal pelo que respeito ao sustento e vestido, fazem-lhe mil sevicias de rigorosos e inauditos serviços”²⁶⁹.

O Conde usou de bom senso, chamando os senhores à responsabilidade cristã que possuíam para com seus negros cativos, não devendo exceder nos castigos ministrados. Além disso, salientou que a mutilação dos negros traria prejuízo para seu dono, no sentido de que reduziria o valor de seu próprio bem.

O escravo mineiro que fugia, na maioria das vezes, juntava-se aos faiscadores e garimpeiros ilegais de diamantes, formando com eles um comércio clandestino e ilegal das pedras, largamente combatido pelas autoridades. Essa vinculação entre os escravos fugidos e os garimpeiros contrabandistas resultava em benefícios para os quilombos, que recebiam sempre notícias acerca das medidas tomadas pelo aparelho repressivo escravista. E, assim, alguns desses quilombos duraram anos sem serem descobertos, mesmo com as constantes expedições organizadas a fim de destruí-los.

Uma dessas expedições foi empreendida pelo Capitão de Minas Novas, Antônio José de Araújo, sob as ordens do Governador Antônio Carlos Furtado de Mendonça, no ano de 1774 e tinha o objetivo de exterminar um grande quilombo que se localizava no Distrito de Arrasuahy²⁷⁰. Esses negros aquilombados eram presos e marcados com F. Alguns eram mandados às galés pelo período de dez anos, ao fim dos quais poderiam ser requeridos de volta por seus proprietários, mediante o pagamento da devida tomadia. Se houvesse resistência por parte dos negros, eles seriam “presos e decapitados, e suas cabeças exibidas pelos capitães do mato como prova de que mereciam a recompensa devida”²⁷¹.

Mas um questionamento importante se forma em nosso imaginário: diante de um quadro social com largo domínio numérico da população negra sobre a branca, como não houve, em Minas Gerais, um movimento de revolta tão expressivo quanto o do Quilombo de Palmares? Isso pode, em parte, ser atribuído à constante tentativa da Coroa de colocar fim aos quilombos, através da estruturação de um aparato legislativo e militar severo.

²⁶⁹ Petição da Câmara de Mariana, maio de 1775, e comentários do conde dos Arcos, Bahia, 10 de agosto de 1756, em Ignacio Accioli e Braz do Amaral, *Memórias históricas*, v. 2, p. 427-429.

²⁷⁰ Arquivo Público Mineiro. Seção Colonial. 203. f. 52.

²⁷¹ BOXER, Charles R., *A idade do ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial*. cit., p. 196.

Em resposta ao acontecido em Pernambuco, no Quilombo dos Palmares, foi publicado, em 5 de março de 1682, um alvará determinando que aos ditos “negros dos Palmares” envolvidos no referido crime de traição: “se executará nestes réus o castigo que merecerem por um e outro crime com tal declaração que, não se provando contra eles o que basta para a condenação maior, provando-se contudo por presunções legítimas que não tiveram a fidelidade que deviam guardar, não consentirá o dito meu governador que eles fiquem em qualquer das partes do Estado do Brasil, na forma acima declarada; porque, além de se poder temer reincidência na culpa de fugitivos, não é conveniente consenti-los no dito Estado, uma vez indiciados de traidores.” Aqueles negros capturados e que tornaram a fugir e “sendo achados, serão lançados em galé, até se concluir de todo a dita averiguação; porque a fuga sempre é indício de culpa pela qual foram remetidos”²⁷².

Todo o aparato legislativo e militar estruturado pelas autoridades no sentido de coibir as fugas dos escravos e evitar a criação de novos quilombos, consistiu num processo lento e que demorou a alcançar os fins almejados. Assim, em 1714, foi criado o posto de “capitães-mores-das-entradas dos mocambos”, como também eram conhecidos os quilombos. Na Provisão de 26 de novembro desse ano, o Rei aprovou a criação desse posto, previamente recomendada pelo Vice-Rei e Capitão General de Mar e Terra do Estado do Brasil, Dom Pedro Antônio de Noronha Albuquerque e Sousa – 2º Conde de Vila Verde e 1º Marquês de Angeja. O Rei ainda recomendou que esses capitães se esforçassem por evitar a formação dos quilombos, mas agindo sempre com cuidado, evitando os “excessos que fazem estes capitães-mores em prenderem muitos escravos que não são fugidos, só por levarem aquele estipêndio que está taxado a seus senhores, pelos que fogem verdadeiramente”²⁷³.

Reforçando a importância da figura do capitão-mor – ou Capitão do mato, como foi comumente chamado – no combate aos mocambos, foi publicado o Alvará de 12 de janeiro de 1719. Nele, o Rei recomendava a Dom Lourenço de Almeida, Conde de Assumar e Governador da Capitania de São Paulo e das Minas do Ouro, que fizesse uso do capitão do mato “com o prêmio que se costuma dar a cada um pelos escravos que prendem; pois tendo mostrado a experiência o muito que tem sido útil este meio”²⁷⁴.

O exemplo dos Palmares viveu no consciente das autoridades públicas mineiras setecentistas, revelando-se uma preocupação constante, como ficou demonstrado pelas correspondências entre Dom Lourenço de Almeida e o Rei Dom João V. O combate aos

²⁷² LARA, Sílvia Hunold. “*Legislação sobre escravos africanos na América Portuguesa*”, cit., p. 186-188.

²⁷³ AHU, Registro de Ordens Régias, Cod. 247, fl. 1-1v.

²⁷⁴ LARA, Sílvia Hunold. “*Legislação sobre escravos africanos na América Portuguesa*”. cit., p. 250.

quilombolas se mostrava assunto de fundamental relevância, pois eles ameaçavam a paz social e a ordem pública, uma vez que eram constantes os registros de crimes praticados por esses negros que compunham os quilombos.

Na Provisão de 18 de janeiro de 1732²⁷⁵, o Rei, respondia ao Governador de Minas acerca de uma situação envolvendo a Comarca de Serro do Frio, onde os negros fugidos vinham cometendo insultos como “mortes e roubos, de sorte que se não atreviam os homens a sair dos arraiais”. Por esse motivo, o Rei aprovava a medida tomada por Dom Lourenço, em que os senhores de escravos acordariam com os “capitães-do-mato o que se lhes havia de dar cada ano para terem soldados e extinguirem os quilombos dos ditos negros, e que para pagamento deste estipêndio lançasse aquilo que fosse bastante por cada cabeça de escravo”. A provisão fazia referência a um caso particular, onde um certo capitão do mato e seus soldados conseguiram causar “tal mortandade nos ditos negros, que logo cessaram as ruínas que eles causavam, de que ficou o povo tão satisfeito, que geralmente lhes requereram que queriam pagar todos os anos ao dito capitão a porção que fosse justa para que continuasse no mesmo exercício, o que com efeito ia fazendo praticar”.

Às duras medidas estipuladas pelo Alvará de 3 de março de 1741, a que já nos referimos anteriormente, se seguiram aquelas estipuladas pela Provisão de 6 de março do mesmo ano. Dirigida a Gomes Freire de Andrade, então Governador e Capitão Geral do Rio de Janeiro e das Minas Gerais, a provisão o autorizava, segundo Margarida Seixas: “na falta de meios nos concelhos para combater as desordens e requerendo tal, avisar os ouvidores de comarca para repartirem, por todos moradores da zona afectada, até trezentas oitavas de ouro, destinadas às despesas nos assaltos aos quilombos e entradas de mato (com pólvora, balas, mantimentos e prémios dos oficiais das entradas e capitães do mato), mantendo-se os prémios anteriormente fixados (vinte oitavas por cada ‘negro’), reputando por quilombo ‘toda a habitação de homem fugidos’ em número superior a cinco”²⁷⁶.

Essa provisão ainda estipulava que continuassem pagando o prêmio de seis oitavas de ouro por cada “cabeça de negro” que apresentassem mortos, por terem apresentado resistência. O prêmio deveria ser estendido também aos negros que fossem trazidos vivos e presos.

É importante salientar o exposto por Margarida Seixas, quando diz que a provisão garantia “uma considerável imunidade aos capitães do mato e demais participantes nos

²⁷⁵ Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, *Avisos, Provisões e Cartas Régias*, Lata 100, doc. 2, p. 41.

²⁷⁶ SEIXAS, Margarida. *Pessoa e Trabalho no Direito Português (1750-1878): Escravo, Liberto e Servçal. cit.*, p. 152.

assaltos aos quilombos de que resultassem mortos ou feridos, pois estipulava que se não podia proceder contra eles nem prendê-los, exceto se os homicídios ou ofensas tivessem sido praticados ‘de prepozito e/sem necesid[ade]’, sem resistência dos escravos, e também não permitia a pronúncia, por devassa ou por querela, de quem praticasse os mesmos factos se acompanhasse autoridade pública, pelo que se fosse preso devia ser de imediato solto, sem prejuízo de apelação”²⁷⁷.

As disposições dessa provisão contribuíram para que os capitães do mato cometessem excessos em suas buscas a quilombos, uma vez que seus atos já estavam previamente justificados pela própria legislação. Eles eram “pessoas cuja simples presença teria o poder de impedir (ou diminuir) as tentativas de fuga por parte dos escravos”²⁷⁸, trazendo conforto aos moradores das cidades e vilas, que se sentiam ameaçados pelos negros fugidos. Realizavam uma atividade que, à vista do povo, visava o “bem comum”.

Para isso, esses capitães do mato recebiam autorização para usar armas e financiamento para suas expedições, além de serem isentos de penalização em caso de mortes de fugitivos que resistissem à captura. Podiam ainda exhibir a cabeça dos escravos mortos em combate. Mesmo assim, em face de toda a repressão, os escravos continuaram fugindo e os quilombos continuaram a se formar.

Em nosso entendimento, o quilombo foi um acontecimento singular na vida nacional, seja qual for o ângulo por que o encaremos. Como forma de luta contra a escravidão, como estabelecimento humano, como organização social, como reafirmação dos valores das culturas africanas. Sob todos estes aspectos o quilombo revela-se como fato novo, único e peculiar. Era um movimento contra o estilo de vida que os brancos lhe queriam impor, sendo, sem dúvidas, um passo importante para a nacionalização da massa escrava e oprimida.

²⁷⁷ *Idem, ibidem.*

²⁷⁸ LARA, Silvia Hunold. *Campos da violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808. cit.*, p. 312.

3 Capítulo 3 – O Regime Jurídico da Escravidão no Brasil no Séc. XVIII e as formas de aquisição da liberdade

3.1 Da despersonalização do escravo à formação de sua consciência política

A escravidão surgiu no Brasil, como sendo a única solução possível para o problema relacionado à mão de obra na Colônia, que, dentro da lógica mercantilista, deveria funcionar como economia complementar à de Portugal, constituindo-se em mercado consumidor de seus produtos e fonte produtora daqueles que fossem de interesse metropolitano, tanto para o consumo próprio, quanto para a revenda. Neste sentido, inseria-se o Brasil, colônia de exploração portuguesa, onde o pacto colonial foi cumprido com rigidez.

Os primeiros negros chegaram ao Brasil entre 1516 e 1526, quando da instalação dos primeiros engenhos de cana-de-açúcar. Esses negros foram trazidos pelos próprios senhores e primeiros colonizadores ou, por vezes, encomendados por eles. Em 29 de março de 1549, foi publicado o alvará, autorizando a importação de escravos de Guiné e da Ilha de São Tomé para trabalharem nos engenhos brasileiros. Apenas em 1550 é que eles começaram a chegar em grandes levas destinados ao mercado brasileiro, e só depois, no início do século XVIII, é que o negro substituiu, de forma preponderante, o índio, como mão de obra na Colônia²⁷⁹.

Dessa forma é que o escravismo brasileiro se caracterizou como condição indispensável para a produção em larga escala de gêneros tropicais destinados ao mercado internacional. A mão de obra negra veio substituir a indígena, por ser mais eficiente e de recrutamento garantido, tendo em vista que Portugal dominava o tráfico negreiro – atividade comercial altamente lucrativa, constituindo uma das grandes fontes de acumulação de capital – desde o século XV.

Essa escravidão moderna, reativada no Ocidente através da expansão marítima europeia, apesar de ter se utilizado do aparato jurídico deixado pela escravidão romana, teve seu sentido redefinido pelo capital comercial, de que se originou. A escravização dos africanos implementada pelos portugueses e seus colonos no Brasil, foi um procedimento considerado lícito, válido, legítimo e justo diante das Leis de Deus e dos homens. Nesse contexto, devemos ressaltar que “nenhuma legislação portuguesa instituiu a escravidão, mas

²⁷⁹ GOULART, Maurício. *A escravidão africana no Brasil: das origens à extinção do tráfico*. 3. ed. São Paulo, Alfa-Ômega, 1975, p. 95.

sua existência como condição naturalizada esteve presente nos mais diversos corpos legislativos do Império Português”²⁸⁰.

Com o objetivo de justificar a presença da escravidão na sociedade da época, adequando-a a valores morais, cristãos e legais, tornando-a plenamente lícita e legítima, os autores escravistas do século XVIII se valeram dos mais variados fundamentos. Na perspectiva desses pensadores, como afirma Maria do Rosário Pimentel, “a escravatura era um bem vantajoso tanto para os brancos como para os negros e, por isso, era necessário salientar os aspectos positivos de que se revestia e pôr a claro o que consideravam ser o utopismo abolicionista. Nesse sentido, não hesitaram em expor cálculos econômicos, análises políticas e sociais, especulações religiosas e genéticas, interpretações jurídicas e sentimentos humanitários, revestidos por vezes de engenhosas, mas nem sempre convincentes, construções mentais. Através de uma argumentação *humanitária*, procuravam provar que aqueles que, depreciativamente, designavam por *philosophes*, *philanthropes* ou *nigrophiles*, desconheciam a realidade da escravidão e que a sua atitude abolicionista, para além de ser um acto antieconômico, era ainda um acto anti-humanitário, de consequências desastrosas para todos”²⁸¹.

Em seu trabalho *Viagem ao Fundo das Consciências*, Maria do Rosário Pimentel faz um rico relato sobre o pensamento dos autores escravistas do século XVIII e seus argumentos na busca de se justificar a escravidão. Muitos desses escravistas, tais como Louis-Narcisse Baudry-Deslozières, Pierre Victor Malouet e José Joaquim de Azeredo Coutinho, se basearam na ideia de que a África era um lugar remoto e bárbaro, “onde imperava a lei e a crueldade do mais forte, em que a existência dos homens mais se comparava à das bestas, sem qualquer substrato intelectual ou espiritual”²⁸². Eles descreviam os costumes africanos de tal maneira que causava terror em seus leitores europeus, uma vez que tais práticas eram totalmente diversas da vida na Europa.

Assim, afirma Maria do Rosário que “ao apresentarem a África como uma parte do mundo distante de toda a civilização e regida por costumes bárbaros, os escravistas tentavam

²⁸⁰ MATTOS, Hebe Maria. “A escravidão moderna nos quadros do Império português: o Antigo Regime em perspectiva atlântica”, *O Antigo Regime nos Trópicos – A Dinâmica Imperial Portuguesa (séculos XVI-XVIII)*, org. João Fragoso, Maria Fernanda Bicalho e Maria de Fátima Gouvêa, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 146.

²⁸¹ PIMENTEL, Maria do Rosário. *Viagem ao fundo das consciências. A escravatura na época moderna*. Lisboa, Ed. Colibri, 1995, p. 161.

²⁸² *Idem, ibidem*.

provar que os negros nada perdiam ao ser comprados pelos europeus e conduzidos às colónias americanas”²⁸³.

Outra explicação dada ao escravismo, tinha um fundamento de cunho “religioso-moral”, pois “colocava a raiz da escravidão numa maldição divina e justificava a sua existência face a toda a cristandade como forma de reabilitação, através de uma vida de sofrimento. Deste modo, a escravidão assumia o carácter de uma sanção divina e, no plano prático, não era mais do que um meio de remissão e de cristianização”²⁸⁴. Por conseguinte, passaram esses escravistas a associar a cor da pele dos negros a uma espécie de maldição divina e o negro passou a ser visto como um mal, uma vez que se opunha ao branco, à pureza. Este ideário em torno da cor negra e de seus significados, acabou contribuindo, decerto, para o estabelecimento da ideia de que a pigmentação da pele dos africanos arrastava consigo uma inferioridade hereditária.

Se a escravidão poderia ser considerada um castigo divino infligido aos negros, o domínio sobre esse povo poderia ser uma forma de salvar suas almas, através da cristianização. É o que explica a autora ao dizer que “assim se apaziguavam as acusações de consciência, perante a justificação de que a Providência se servia da escravidão para levar os negros ao conhecimento da verdade, aos privilégios do cristianismo e às vantagens da civilização de que, de outro modo, estariam privados. O padre António Vieira referiu precisamente esta ideia no sermão que, em 1633, no dia de S. João Evangelista, pregou no Baía à irmandade dos pretos de um engenho. Exaltava os escravos a dar infinitas graças a Deus por os ter tirado das terras onde viviam *como gentios* e de os ter trazido até ali onde, *instruídos na fé*, viviam como cristãos, assegurando a sua salvação. O que poderia parecer cativoiro, desterro ou desgraça era antes *milagre e grande milagre*, pelo qual a *gente preta tirada das brenhas da sua Etiópia, e passada ao Brasil* devia dar graças a Deus. Não era castigo, mas *misericórdia divina*, que assim retirava estes seus filhos das *trevas da gentilidade* e das chamas do Inferno”²⁸⁵.

Por fim, ainda era possível justificar a escravidão com base na concepção de que o homem negro era desigual e inferior, uma teoria que se enraizou no pensamento do europeu e que foi fruto, muitas vezes, da “falta de conhecimentos exactos”, baseando-se “em relatos de povos que, directa ou indirectamente, tinham tido conhecimento do homem negro”. Somado a isso, de acordo com Maria do Rosário Pimentel, é preciso “ainda associar-se a existência de

²⁸³ PIMENTEL, Maria do Rosário. *Viagem ao fundo das consciências. A escravatura na época moderna. cit.*, p. 162.

²⁸⁴ *Idem*, p. 167.

²⁸⁵ *Idem*, p. 173.

velhas crenças, algumas oriundas da Antiguidade, como a teoria dos climas. E se a tudo isto se adicionar o fruto de uma imaginação viva, compreender-se à a visão essencialmente negativa e fantasiosa que, desde a época clássica, foi sucessivamente transmitida das regiões ainda por desvendar, nas quais se incluía a África e os seus habitantes”²⁸⁶. O africano era descrito como um ser fantástico, com aparência de animal “cinocéfalos e acéfalos com olhos no peito”²⁸⁷, que comiam animais imundos, praticavam o canibalismo e partilhavam as mulheres.

O expansionismo europeu e os novos relatos proferidos pelos exploradores das terras africanas fizeram com que os negros não pudessem mais “ser considerados ‘bestiais’ à luz dos critérios da época”²⁸⁸. Se o homem negro “já não era o monstro das velhas teorias, a verdade é que não deixou de ser considerado um indivíduo diferente do europeu, portador de estranhos costumes. Além do mais, vivia fora da cristandade, ou porque a tinha renegado e, neste caso, era infiel ou porque nunca tinha tido conhecimento dela. Qualquer das situações era suficiente para o colocar à margem da civilização e remetê-lo à barbaridade dos costumes”²⁸⁹.

Assim, se os negros não podiam mais ser considerados como “bestas”, a necessidade de conduzi-los à fé cristã “foi o argumento que permaneceu”. Nesse sentido, o escravismo passou a ser visto como um sistema ideal para a cristianização dos negros, introduzindo-os nos preceitos da fé cristã. Somente através da escravidão, é que poderiam ser domados e conduzidos aos caminhos cristãos, deixando de lado toda a sua selvageria, crueldade e idolatria.

Certamente, essa visão do negro contribuiu para que ele fosse considerado como um bem de propriedade de seu senhor. E foi sob essa óptica que se estabeleceu o sistema escravocrata nas terras brasileiras. No entanto, como afirma David Turley, em *História da Escravatura*, “os donos de escravo sensatos consideravam o escravo simultaneamente como uma pessoa e como um bem”²⁹⁰. Assim, tanto o Direito Português, quanto o Direito Romano entendiam o escravo não apenas como uma coisa, mas também como um homem que, despojado da sua liberdade natural pelo direito das gentes, era tratado como uma coisa para determinados fins.

²⁸⁶ PIMENTEL, Maria do Rosário. *Viagem ao fundo das consciências. A escravatura na época moderna. cit.*, p. 175.

²⁸⁷ *Idem, ibidem.*

²⁸⁸ SEIXAS, Margarida. *Pessoa e Trabalho no Direito Português (1750-1878): Escravo, Liberto e Serviçal. cit.*, p. 75.

²⁸⁹ *Idem*, p. 178.

²⁹⁰ TURLEY, David. *História da Escravatura*. Lisboa: Editora Teorema, 2000, p. 93.

Para os romanos e as sociedades que seguiram sua visão jurídica, fazia-se necessário manter o direito das gentes que reconhecia a escravatura, reconhecendo, no entanto, que a liberdade constituía o estado natural do homem. Dessa forma, em muitas leis romanas e também portuguesas, os escravos foram tratados como bens e, sob alguns aspectos, o princípio da liberdade, fez com que eles fossem também tratados como homens, mesmo que sendo essa uma humanidade incompleta. Isso se justifica através da explicação dada por António dos Santos Justo, quando afirma que “se o escravo era juridicamente uma coisa, não deixou de ser homem: um ser dotado de inteligência, capaz de agir, de negociar, de constituir relações familiares. E o direito não podia ignorar esta realidade”²⁹¹. E essa dupla natureza jurídica do escravo fazia com que as duas condições se limitassem mutuamente, ou seja, na condição de propriedade do senhor, ficava subtraído de seus direitos civis, comuns aos outros homens. E quando na condição de ser humano, “limitava” os poderes de seu senhor para consigo. Tal “a ambiguidade era, por isso, a principal característica da atitude da sociedade livre em face dos escravos”²⁹².

Para a compreensão do regime jurídico referente aos escravos no período estudado neste trabalho – 1729 a 1808 – é preciso salientar “a dispersão e a desordem normativas” que existiam na época, o que tornava difícil especificar “com absoluta exactidão quais os preceitos efetivamente em vigor”. Margarida Seixas afirma que “o escravo é referido com outras coisas (por exemplo, bens semoventes ou indivisíveis) e pessoas (mulheres, menores, criados, peões, aprendizes)”²⁹³.

A compreensão de que o direito é fruto de relações sociais que estão inseridas em um contexto histórico específico, em que diferentes atores históricos podem dele se apropriar e dar-lhe novos significados, é de vital importância para a compreensão da dualidade relativa à personalidade jurídica do escravo. E para uma melhor compreensão desses vários significados dados à personalidade jurídica dos escravos, passamos agora a analisar a legislação e as obras jurídicas que trataram da questão da escravidão nessa época.

Não havia previsão legal expressa acerca da personalidade jurídica dos cativos africanos nas Ordenações Filipinas, mas essa era uma questão presente em todo o ordenamento jurídico, no que dizia respeito aos escravos. Isso pode ser evidenciado ao se analisar os artigos que trataram a respeito desses cativos de maneira a identificar possíveis

²⁹¹ JUSTO, António dos Santos. *A escravatura em Roma. Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, vol. LXXIII (1997), p. 25.

²⁹² FINLEY, Moses I. *Eslavitud antigua e ideologia moderna*. Barcelona, Editorial Crítica, 1982.

²⁹³ SEIXAS, Margarida. *Pessoa e Trabalho no Direito Português (1750-1878): Escravo, Liberto e Serviçal. cit.*, p. 47.

alusões à personalidade dos mesmos. Assim, é possível compreender como a própria legislação escravista estava cheia de ambiguidades, ora determinando direitos aos escravos, ora restringindo esses direitos. Havia, nas Ordenações, a possibilidade de atribuição da personalidade jurídica ao cativo, assim como havia a sua redução à condição de um bem.

A legislação civil se caracterizava por cercear os direitos do escravo, reduzindo seu acesso à personalidade. É o caso da proibição feita ao cativo de atuar em processos como testemunha²⁹⁴, que já mencionamos anteriormente. De igual forma, eles eram proibidos de ser testemunhas em questões testamentárias²⁹⁵, e ainda de testar²⁹⁶. De acordo com Seixas, “nestes casos, o escravo surgia ao lado de outros incapazes (absolutos ou relativos): menor, ‘furioso’, ‘mentecapto’, religioso, pródigo, mudo e surdo, cego, ‘sandeu’, ‘inimigo do órfão’ (quanto à tutela), pobre ‘infame’”²⁹⁷. Ainda era vedado aos cativos o exercício das funções de tutela e curatela, que no entendimento de Cândido Almeida, consistia numa proibição referente ao escravo que não pertencesse ao testador. Se o escravo fosse de sua propriedade, a nomeação seria válida, “por que importa uma concessão tácita de autoria”²⁹⁸.

Em alguns títulos das Ordenações, os escravos eram expressamente definidos como coisas. É o caso da compra e venda de escravos, prevista no livro IV, título I, §2 das Ordenações Filipinas, onde a letra da lei dizia de forma clara e inequívoca que “Assi como se o vendedor vendesse hum tonel de vinho, ou de azeite, ou hum scravo, ou huma besta”²⁹⁹. Neste título, o cativo era primeiramente equiparado a bens de consumo, como o azeite e o vinho e, em seguida, a um animal.

É o caso também do que está previsto no livro IV, título LXX, das Ordenações Filpinas onde há a previsão de penas convencionais e declaradas em contrato, “quando o devedor fôr obrigado a dar, ou entregar bens de raiz, ou moveis, ou semoventes, assi como scravo, cavalo, ou outra cousa semelhante”³⁰⁰. Novamente, o escravo é tratado como bem e igualado a animal.

A análise da Legislação Extravagante nos ajudou a entender o tratamento dado aos escravos na atividade específica da mineração de diamantes, objeto de nosso estudo. Foi possível observar que, no documento que regulou o segundo contrato de extração de diamantes, firmado com o senhor João Fernandes de Oliveira, seus sócios e a Fazenda Real, o

²⁹⁴ *Código Philippino, cit.*, livro III, título LVI, § 3, p. 647.

²⁹⁵ *Código Philippino, cit.*, livro IV, título LXXXV, § 4, p. 919.

²⁹⁶ *Código Philippino, cit.*, livro IV, título LXXXI, §§ 4 e 6, p. 909-910.

²⁹⁷ SEIXAS, Margarida. *Pessoa e Trabalho no Direito Português (1750-1878): Escravo, Liberto e Serviçal. cit.*, p. 87.

²⁹⁸ *Código Philippino, cit.*, livro IV, título CII, § 1, p. 996.

²⁹⁹ *Código Philippino, cit.*, livro IV, título I, § 2, p. 779.

³⁰⁰ *Código Philippino, cit.*, livro IV, título LXX, p. 880.

escravo era realmente tratado como um bem. Em caso de morte de um cativo no serviço de extração, deveria o administrador ou o feitor enviá-lo para o arraial para que fosse enterrado e o intendente deveria recolher o “bilhete do escravo defunto e metê-lo em linha, com certidão do escrivão para a conta dos de que estiver entregue, e pondo-se declaração ao morto no assento da matrícula se abrirá título a outro escravo, dando-se-lhe novo bilhete”³⁰¹. Da leitura desse trecho do contrato, concluímos o caráter de coisa, objeto descartável atribuído aos negros empregados nesse trabalho tão desgastante e penoso.

O mesmo documento previa a possibilidade dos escravos serem levados pelas águas dos rios onde se davam os serviços. Caso isso acontecesse, o procedimento adotado seria o mesmo previsto acima, ou seja, a substituição do negro cativo por outro com novo bilhete e sob as mesmas regras já mencionadas.

Em caso de morte de algum dos contratantes, o mesmo documento equiparava os escravos a bens, ao dizer que não poderiam “ser arrecadados ou vendidos os escravos que se lhes acharem na companhia, e os mais bens que o defunto tiver...”³⁰². O mesmo parágrafo desse documento tratava os escravos como bens a serem arrolados no inventário de seu dono, destacando que, se a companhia fosse credora do sócio defunto, o intendente deveria vender a prego os escravos que necessários fossem para o pagamento.

No Regimento Diamantino, as determinações acerca dos escravos possuíam um caráter mais burocrático, estipulando as regras para “o registro dos cativos, as matrículas, os alugueis e o número de escravos”³⁰³, quando fica aparente o seu caráter de coisa, ferramenta necessária para a realização dos serviços de extração.

Na legislação criminal, no entanto, o escravo assumia seu caráter de pessoa responsável por seus atos e possíveis delitos que viesse a praticar, o que fazia com que fosse passível de processo e punição legal. Seixas afirma que “admitia-se a prática de crimes cometidos por escravos – logo, não eram, neste contexto, considerados *coisas*, como acontecia, por exemplo, com os animais. Porém, a pena aplicada era frequentemente distinta da prevista para os livres. Não restam quaisquer dúvidas quanto à sujeição a julgamento e punição do escravo enquanto sujeito imputável no Direito português. Para lá de incontáveis

³⁰¹ Códice Costa Matoso. *Coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que se fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das do Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749 e vários papeis. cit.*, 1999, p. 653.

³⁰² *Idem, ibidem.*

³⁰³ Regimento Diamantino, V, VI, XVII, XIX.

processos judiciais, esse é um pressuposto indiscutível das inúmeras normas penais e processuais que visam os escravos”³⁰⁴.

Podemos citar alguns exemplos em que os escravos assumiam a personalidade necessária para praticar crimes. São casos como o dos que furtam (Ordenações Filipinas, Livro V, título LX, § 2³⁰⁵) e dos que arrancam arma contra seu senhor (Ordenações Filipinas, Livro V, título XLI³⁰⁶). Neste sentido, afirma António dos Santos Justo que “a personalidade jurídica dos escravos, [...] surge inequivocamente reconhecida no direito criminal”³⁰⁷.

O Regimento Diamantino, através das previsões sobre as “penas de açoites e galés”³⁰⁸, aplicadas aos cativos, demonstrava que os escravos assumiam a capacidade necessária para o recebimento de castigos quando incorressem em faltas determinadas na lei. Consideramos pertinente a transcrição de um quadro elaborado pela autora Júnia Furtado, contendo um levantamento da “ocupação/condição dos indivíduos presos na Demarcação entre 1771 e 1806 e por crimes relativos a diamantes no resto da Colônia”³⁰⁹, onde os escravos figuram como 32,3% dos indivíduos presos, ou seja, a maioria dos detidos.

Quadro 2 - Ocupação

Ocupação	Nº	%
Escravos	72	32,3
Negociante/Tropeiro/Mascate	8	3,6
Soldados	43	19,3
Vivem de sua roça	3	1,4
Padres	5	2,3
Ourives	8	3,6
Funcionários civis	11	5,0
Vaqueiro	1	0,4
Cirurgião	2	0,9
Vivem de sua lavra	1	0,4
Tanoeiro	1	0,4
Vadios	56	25,1
Garimpeiros	9	4,0
Ferrador/Caldeireiro	2	0,9
Sem ocupação: “Pobre”	1	0,4
Subtotal	223	100,0

³⁰⁴ SEIXAS, Margarida. *Pessoa e Trabalho no Direito Português (1750-1878): Escravo, Liberto e Serviçal*. cit., p. 132.

³⁰⁵ *Código Philippino*, cit., livro V, título LX, §2, cit., p. 1.288, “se for scravo, quer seja Christão, quer infiel, e furtar valia de quatrocentos reis para baixo, será açoutado publicamente com barão e pregão”.

³⁰⁶ *Código Philippino*, cit., livro V, título LXI, cit., p. 1.290, “o scravo, ora seja Christão, ora o não seja, que matar seu senhor, seja atazanado, e lhe sejam decepadas as mãos, e morra morte natural na força para sempre; e se ferir seu senhor sem o matar, morra morte natural. E se arrancar alguma arma contra seu senhor, posto que o não fira, seja açoutado publicamente com barão e pregão pela Villa, e seja-lhe decepada huma mão”.

³⁰⁷ JUSTO, António dos Santos. *A escravatura em Roma*. cit., p. 30.

³⁰⁸ Regimento Diamantino, V, VI, VIII, IX, XXI, XLVII.

³⁰⁹ FURTADO, Júnia Ferreira. *O livro da capa verde: o regimento Diamantino de 1771 e a vida no Distrito Diamantino no período da real extração*. cit., p.99.

S/ ocupação	131	–
Total	354	–

Fonte: Belo Horizonte. APM. Seção Colonial.

FURTADO, Júnia Ferreira. *O livro da capa verde: o regimento Diamantino de 1771 e a vida no Distrito Diamantino no período da real extração. cit.*, p. 99.

Todavia, existe a possibilidade de se averiguar uma característica humana atribuída ao escravo na medida tomada pelo Príncipe Regente através do Alvará de 20 de setembro de 1808³¹⁰. Esse instrumento de lei revogou o artigo IX³¹¹ do Regimento Diamantino, que previa a pena de dez anos de galés (irremissíveis), para os escravos que fossem achados com diamantes ou em ato de mineração deles, ou ainda com instrumentos de minerar.

O referido alvará reconhecia a dureza da penalidade imposta no caso de o escravo ser encontrado com instrumento de minerar. O príncipe Regente afirma que “esta pena é desproporcionada ao delito e de maior gravidade do que exige a imputação de trazer instrumentos próprios da mineração”³¹², principalmente quando não se verificava que o escravo estivesse efetivamente trabalhando nas lavras defesas, ou seja, proibidas. Destacava ainda que existiam lavras onde se permitia a exploração dentro do território da Demarcação Diamantina, o que tornava a penalidade ainda mais desproporcional.

O mesmo alvará definia que aos escravos que se “acharem a trabalhar nas lavras defesas do Distrito Diamantino”, fossem aplicadas as penas descritas pelo Alvará de 1º de setembro de 1808³¹³, ou seja, receberiam 300 açoites na primeira vez e 600 se houvesse reincidência, “dados interpoladamente, a arbítrio dos intendentes”.

Para o escravo, a pena continuava a ser severa, por vezes pior que a anterior. Contudo, do ponto de vista do senhor, consistia em uma penalidade bem mais vantajosa, pois não teria seu escravo subtraído ao serviço das galés por longos dez anos. Isto significava que o escravo continuaria trabalhando para a Real Fazenda, mas não haveria o pagamento de jornal por seus serviços. É importante transcrever aqui um trecho do texto do alvará que diz: “[...] recaindo este castigo excessivo nos senhores dos referidos escravos [...]”. Nesse trecho da lei, nos questionamos se a intenção do legislador foi proteger o escravo de uma lei severa e desproporcional ou se o objetivo era o de garantir os interesses do senhor de escravos, que seria prejudicado ao deixar de receber os jornais referentes ao trabalho do escravo em questão.

³¹⁰ SIMÕES, Joaquim Isidoro, *Collecção de Leis do Brazil de 1808*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891, p. 142-143.

³¹¹ SILVA, António Delgado da, *Collecção da Legislação Portuguesa desde a ultima compilação das Ordenações. cit.*, p. 553.

³¹² SIMÕES, Joaquim Isidoro, *Collecção de Leis do Brazil de 1808. cit.*, p. 142.

³¹³ SIMÕES, Joaquim Isidoro, *Collecção de Leis do Brazil de 1808. cit.*, p. 125.

Grande parte da legislação a respeito dos escravos africanos esteve voltada para a proteção dos interesses de seus senhores. Por mais que fosse possível notar alguns traços de humanidade em algumas leis, aproximando o negro cativo da aquisição de personalidade, na maioria das vezes ele era tratado como coisa, desde sua captura na África, de onde era violentamente extraído de seu meio social, sua família, costumes e crenças para fazer parte de uma sociedade escravista.

Para Kátia M. de Queirós Mattoso, essa dessocialização “implica fatalmente em despersonalização”³¹⁴. A autora afirma que, para o escravo, o fato de passar a ser considerado como coisa, objeto ou mercadoria, “é uma condição que não só lhe toma o que possuía antes, mas lhe rouba também o ser que ele era em sua sociedade africana de origem e o transforma num cativo totalmente desarmado. O comprador o deseja modelável, maleável em todos os domínios, econômicos e sociais, a fim de poder utilizá-lo na labuta que irá vinculá-lo unilateralmente a seu senhor”³¹⁵.

Existia, no contexto escravista, uma relação entre exploradores e explorados, que era sempre definida pelas regras impostas por aquele que dominava essa relação. Assim, a situação do escravo esteve, muitas das vezes, a arbítrio do senhor, o que dificultava o seu retorno à condição de ser humano capaz e independente, desassociado de seu dono. E é essa questão da retomada da personalidade do escravo, de sua conscientização como pessoa, que definirá o caminho para a conquista de sua liberdade.

O comportamento do escravo em relação à sua condição – coisa/pessoa – foi objeto de estudo de muitos historiadores ao longo dos anos, resultando em dois segmentos de opiniões sobre o assunto. O historiador Clóvis Moura, em sua obra *Rebeliões da Senzala*, entendia que o sistema escravista restringia o cativo a tal ponto que ele não tinha consciência de sua própria realidade, o que o tornava incapaz ideologicamente. Para o autor, “o escravo, ao se rebelar contra a ordem que o subjuga, não possui elementos cognitivos capazes de fazê-lo um homem autoconsciente”³¹⁶.

Seguindo a mesma linha de pensamento de Moura, Octávio Ianni afirma que os atos de resistência do escravo contra a escravidão eram motivados “pela necessidade individual de evadir-se da situação escrava”³¹⁷. Na sua opinião, a própria condição de escravo, não permitia que o negro tivesse comportamentos que visasse a abolição do escravismo. Para Ianni, “seria

³¹⁴ MATTOSO, Katia M. de Queirós. Ser escravo no Brasil. São Paulo: Editora Brasiliense, p. 101.

³¹⁵ *Idem, ibidem*.

³¹⁶ MOURA, Clóvis. *Rebeliões da Senzala: Quilombos, Insurreições e Guerrilhas*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981, p.16.

³¹⁷ IANNI, Octávio. *As metamorfoses do escravo*. São Paulo: Editora Difel, 1962, p. 234.

necessário que se atribuísse à casta dos cativos a possibilidade de aprender, ainda que fragmentariamente, a situação alienada em que se encontrava”³¹⁸ e ainda seria preciso que essa consciência alcançasse uma coletividade de escravos.

Aliado a este raciocínio, Fernando Henrique Cardoso afirma que “o escravo se apresentava, enquanto ser humano tornado coisa, como alguém que, embora fosse capaz de empreender ações humanas, exprimia, na própria consciência e nos atos que praticava, orientações e significações sociais impostas pelos senhores. [...] a consciência do escravo apenas registrava e espelhava, passivamente, os significados sociais que lhe eram impostos”³¹⁹

Para esses estudiosos, os escravos constituíam uma classe inferior em todos os sentidos, inclusive o ideológico, pois eram incapazes de compreender a realidade de sua situação de explorados e alienados, tanto social quanto juridicamente. Assim, eram também incapazes de organizar movimentos de cunho político que vislumbraresse uma saída da dominação do senhor, pondo fim à escravidão.

No nosso entendimento, essa pode ter sido a condição de alguns escravos, mas não a de todo o contingente escravista. Uma boa parcela dos cativos tinha pleno conhecimento de sua condição, tanto é que encontrou diversas maneiras de se rebelar contra o sistema que o oprimia, como apresentamos anteriormente neste estudo.

Mas a figura do escravo não pode se reduzir à sua associação constante com seu senhor e nem a sua humanidade ser restrita a atitudes ilícitas. O escravo não agia sempre “em função dos interesses e da vontade do senhor”³²⁰ e um exemplo disso são os escravos de ganho, que foram muito comuns nas Minas Gerais setecentista. Esses negros cativos eram dotados de certas autonomias e liberdades que eram estabelecidas através de um acordo entre o senhor e seu escravo, o que nos revela, de acordo com Sílvia H. Lara, “o quanto a relação escravista era construída nos confrontos e dinâmicas que envolviam cotidianamente senhores e cativos, enquanto agentes dessas relações”³²¹. Tal percepção do escravo rejeita a ideia de sua incapacidade e total sujeição a seu senhor, mudando o foco da historiografia tradicional, que sempre destacou a resistência dos cativos contra a opressão senhorial, entendendo que as atitudes do escravo não se reduziam a obedecer e se rebelar contra o senhor.

³¹⁸ *Idem, ibidem.*

³¹⁹ CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. São Paulo: Difel, 1962, p. 125.

³²⁰ CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. cit., p. 142.

³²¹ LARA, Sílvia Hunold. *Campos da violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. cit., p. 352.

Essa outra corrente de pensamento, definida a partir de uma mudança de paradigmas e de interpretações acerca da história da escravidão, buscou privilegiar a existência de uma relação de negociação e entendimento entre senhores e escravos. Esse entendimento foi demonstrado na obra de Eugenio Genovese, *A Terra Prometida: o mundo que os escravos criaram*, onde traz uma nova interpretação para o conceito de paternalismo. Para ele, senhores e escravos possuíam entendimentos diversos acerca do que era o paternalismo. Na concepção senhorial, tratava-se de uma estratégia usada para conseguir a dominação do negro cativo, que, por sua vez, interpretava o paternalismo como uma forma de negociação que visava o alcance de direitos e espaços de autonomia. Constituía assim, em uma forma estratégica de resistir³²².

João José Reis concorda com essa visão estratégica do escravo ao encarar a negociação com seu senhor como uma forma de resistir à opressão e alcançar melhores condições de vida em sua realidade escravocrata. Ele ainda afirma que “o espaço de trabalho africano na cidade era um lugar privilegiado de elaboração cultural e política, ali onde se materializava a exploração escravista também produziam símbolos de rebeldia e projetos de uma vida independente do senhor branco e seus aliados”³²³.

Segundo Eduardo França Paiva, em sua obra *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII*, “resistir [...] não significava apenas fugir, rebelar-se e agir violentamente contra senhores e seus representantes”. A resistência escrava, de acordo com o autor, expressava-se “no cotidiano, nas ações do dia-a-dia, por vezes silenciosas e quase invisíveis”³²⁴, não envolvendo sempre atitudes de luta e revolta, uma vez que as relações humanas são complexas, não devendo se restringir a um conceito teórico definido pela história.

Podemos então deduzir que a visão legal do escravo como sendo uma coisa, objeto de propriedade de seu senhor, não impedia que esse escravo tivesse consciência política e entendimento de sua condição. Não o impedia também de negociar e resistir, da maneira que lhe conviesse, ou seja, de acordo com as peculiaridades da região em que vivia e da atividade que desenvolvia. Nesse sentido, discordamos da posição de Sílvia H. Lara, quando diz que “os escravos eram, ali e num determinado momento, coisa e, depois e acolá, pessoa”³²⁵. Na

³²² GENOVESE, Eugene Dominick. *A terra prometida: o mundo que os escravos criaram*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Brasília: CNPQ, 1988, p.

³²³ REIS, João José e SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1989, p. 135.

³²⁴ PAIVA, Eduardo França. *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII*. Estratégias de resistência através dos testamentos. 2. ed. São Paulo: Annablume, 1995, p. 18-19.

³²⁵ LARA, Sílvia Hunold. *Campos da violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. cit., p. 352.

realidade, o escravo foi coisa e pessoa durante todo o tempo de sua existência e, o que importa é saber identificar qual o caráter que prevalece em cada momento e situação.

3.2 De escravos a libertos: a aquisição da liberdade na região das Minas

A atividade da mineração do ouro e dos diamantes foi, com certeza, a maior aventura empreendida nos recôncavos e sertões brasileiros. E foi em Minas Gerais, no período áureo da mineração dessas riquezas, que se desenrolou grande parte da história da escravidão brasileira. Para as minas foram conduzidos os negros de Angola e da Costa da Mina, que trouxeram seus conhecimentos e métodos nos serviços de extração de ouro e pedras preciosas, o que os tornou escravos de ofício, pela importância do seu trabalho como minerador.

O desenvolvimento urbano e econômico das Minas Setecentistas, transformaram-na no principal centro colonial do século, conferindo-lhe particularidades em seu sistema escravista. A grande circulação de riquezas da região certamente facilitou o acúmulo de pecúlio por parte dos escravos que, além da mineração, atuavam em outros seguimentos, como escravos de ganho de seus senhores, podendo ser o taverneiro ou o comerciante de gêneros alimentícios. Essa possibilidade de desenvolver atividades lucrativas dava a esses cativos condições singulares de acumular riquezas, e assim, pagar por sua liberdade, de suas mulheres e até mesmo de amigos.

Essa particular característica da escravidão em Minas Gerais pode ser confirmada pelo artigo publicado por Iraci Del Nero da Costa e Francisco Vidal Luna, *De escravo a Senhor*, em que afirmam que “O processo de ocupação e povoamento verificado em Minas Gerais apresentou características próprias. A sociedade mineira distinguiu-se daquelas que se estabeleceram com base na faina agrícola ou na atividade criatória. Defrontamo-nos, em Minas, com um processo de urbanização mais intenso do que no resto da Colônia, com maior diversificação de atividades, maior flexibilidade social, economia fortemente integrada, estabelecimento de interdependência regional e consequente estruturação de significativo mercado interno. Esses elementos articularam-se peculiarmente, dando origem a um sistema complexo”³²⁶.

³²⁶ COSTA, Iraci Del Nero da; LUNA, Francisco Vidal. *De escravo a senhor*. Revista do Arquivo Público Mineiro. Belo Horizonte, v. 41, julho/dezembro, 2005, p. 106-115, p. 108.

O elevado número de libertos na região das Minas confirma a singularidade da situação dos escravos mineiros. De acordo com o Códice Costa Matoso³²⁷, em 1735, havia 96.541 escravos em Minas Gerais e 1.420 forros. Em 1786, ou seja, cinquenta anos mais tarde, os forros já representavam 35% da população de cor, sendo essa porcentagem formada em sua maioria por mulatos. De acordo com Edson Carneiro, “a população livre cresceu em perto de 52.900 almas entre 1742 e 1776 e, entre 1776 e 1821, em número não inferior a 194.339”³²⁸. Tais dados e estatísticas nos levam a concluir que a região das Minas era propícia às manumissões.

Para Daniel de Carvalho³²⁹, a população da Capitania era constituída por uma maioria de mulatos, em grande parte livres, pois, durante todo o século anterior, o número de mestiços foi aumentando sem cessar, mudando o aspecto demográfico da região. Muitos negros forros se tornaram proprietários de escravos e viviam de “aluga-los aos contratadores e à Real Fazenda”³³⁰. Outros se especializaram na fabricação do ferro, de acordo como os relatos do naturalista Eschwege³³¹. À vista desses relatos, podemos concluir que os negros de Minas Gerais tiveram mais opções do que os negros do restante da Colônia, o que constituiu uma grande singularidade do escravismo ligado à mineração.

A própria relação senhor/escravo nas Minas Setecentistas se estabeleceu, em alguns casos, de forma única. De acordo com Eduardo França Paiva, nos “pequenos e grandes núcleos urbanos, um grande número de senhores possuía plantéis de escravos pequenos (quatro a cinco cativos em média); proprietários, muitos deles, viviam e trabalhavam lado a lado com seus escravos na mineração [...] Tudo levava à diferenciação entre os quadros mineiro e do nordeste açucareiro. Tudo favorecia a flexibilização das relações escravistas; os acordos cotidianos entre proprietários e propriedades; a atuação mais autônoma dos escravos nas economias locais; a formação de pecúlio por parte dos cativos e a virtualidade da libertação”³³².

³²⁷ Códice Costa Matoso. *Coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que se fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das do Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749 e vários papeis.* cit., p. 406-413.

³²⁸ CARNEIRO, Edson. *Ladinos e crioulos: Estudo sobre os negros no Brasil.* cit., p. 23.

³²⁹ CARVALHO, Daniel. *Formação Histórica das Minas Gerais*, in *Primeiro Seminário de Estudos Mineiros*, Belo Horizonte, Imprensa da UMG, 1957, p.15.

³³⁰ *Idem, ibidem.*

³³¹ ESCHWEGE, W. L. von. *Pluto Brasiliensis*. Trad. Domício de Figueiredo Murta. Belo Horizonte: Itatiaia, 1985. V. 1 e 2.

³³² PAIVA, Eduardo França. *Coartações e alforrias nas Minas Gerais do século XVIII: as possibilidades de libertação escrava no principal centro colonial*. Artigo (FFLCH – USP), Revista de História, v. 133, São Paulo, 2º semestre de 1995, p. 49-57, p. 49-50.

Existia uma convivência entre senhores e escravos, constituindo uma característica da região mineira, muito observada nas terras dos diamantes. Ali, era dada uma certa liberdade para que os escravos minerassem por conta própria. Muitos deles, quando eram capturados, negavam-se a fornecer o nome de seus donos, como foi demonstrado na carta³³³ enviada ao rei, em 30 de abril de 1755: “entra a lhes fazer perguntas para declararem quem são seos Senhores, e quem os mandou trabalhar aos ditos Corgo ou Ryo e Como fecha mão aos mais camaradas que fugirão, e quem são Senhores ao que sempre tem promptas e certas as respostas dizendo não sabem os nomes dos Escravos nem quem são seus senhores”. Certamente, essa tal convivência entre os cativos negros e seus senhores se dava em virtude de um acordo que estabelecia mútuas vantagens.

É bem verdade que o serviço da mineração era exaustivo e que a média de vida desses escravos era curto, pois não resistiam muito tempo às agruras da vida nas lavras minerais, como relatamos anteriormente. Porém, foi em Minas Gerais que os escravos encontraram as maiores possibilidades de alforriarem-se, por meio da “facilidade” proporcionada pelo tráfico de riquezas. Nesse sentido, afirma Edson Carneiro que “escamoteando ouro e diamantes, quer para contrabandeá-los diretamente, quer para entregá-los ao senhor, quando alugado aos contratadores e à Real Extração, o negro em pouco tempo reunia o suficiente para comprar a sua liberdade”³³⁴.

A atividade de mineração dependia da disposição e do cuidado dos escravos na lavagem do cascalho e demais processos de extração e, por esse motivo, os mineradores costumavam dar determinadas recompensas com o objetivo de estimulá-los a encontrar riquezas. Uma dessas recompensas era o direito de minerar para si por algumas horas. Felício dos Santos afirma que, “quando na ocasião das lavagens algum d’elles tirava um número determinado de diamantes, como uma tarefa que se impunha a todos, obtinha, qualquer que fosse a hora em que completasse, o resto do dia para trabalhar por sua conta”³³⁵. Essa possibilidade, dava-lhes ocasião de esconder pedras, aumentando as possibilidades de contrabando. Esse contrabando era a maior preocupação da Coroa Portuguesa com relação à Demarcação Diamantina, tendo sido objeto de inúmera legislação régia ao longo do período da Real Extração.

³³³ Arquivo Histórico Ultramarino, MG, caixa 41, carta de Tobi de Barros Barreto ao Rei, 30 de abril de 1755, manuscrito.

³³⁴ CARNEIRO, Edson. *Ladinos e crioulos: Estudo sobre os negros no Brasil*. cit., p. 22.

³³⁵ SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do Distrito Diamantino da Comarca do Serro*. cit., p. 138.

O artigo XXXIII³³⁶, que determinava a redução ao mínimo possível de lojas de fazendas secas, armazéns de molhados e vendas ou tavernas, e o artigo XII, que proibia a circulação das negras doceiras, são exemplos da tentativa das autoridades em coibir o extravio de diamantes, muitas vezes “agenciado pelos *camboieiros* que traziam escravos, depois substituídos pelos *cachaceiros*, que trocavam suas águas ardentes, com os negros, por diamantes”³³⁷. As lojas e as negras doceiras também contribuíam, de forma ativa, para o extravio das pedras.

Todavia, apesar das severas instruções da Coroa, essas normas não foram seguidas. As autoridades constituídas no Distrito Diamantino enfrentaram os problemas relacionados aos extravios das pedras preciosas de forma constante e a maioria deles se beneficiou com esses delitos. Essa prática contribuiu de forma inequívoca para o aumento das alforrias na região diamantífera. No ano de 1738, na Comarca do Serro do Frio, havia 1.744 indivíduos livres e 7.937 escravos. Dentre os livres, 387 eram considerados forros, ou seja, escravos que conseguiram alcançar sua liberdade por meio da alforria, e proprietários de escravos, constituindo 22,2% dos senhores da região. Esses indivíduos detinham 783 cativos, o que representava 9,9% da massa escrava ali existente³³⁸.

Alcançar a condição de liberto e ainda se tornar senhor de escravos, significava que esses negros haviam conseguido acumular pecúlio suficiente não só para a aquisição da liberdade, mas também para resguardar o seu sustento depois de libertos. Já na segunda metade do século XVIII, essa população de forros aumentou ainda mais, fazendo com que a região das Minas concentrasse a maior contingência desses indivíduos.

Podemos constatar que esse crescimento incomodou a Coroa Portuguesa, uma vez que punha em risco o sistema escravista e o domínio senhorial, o que já se demonstrava pelo crescimento dos delitos e crimes envolvendo negros e mulatos forros na região mineira. A análise da correspondência entre as autoridades reais e os governadores da Capitania, elucidam de forma clara, essa situação. A provisão de 24 de fevereiro de 1731³³⁹ é um exemplo, pois dizia o rei que “havendo visto a conta que me deu o governador e capitão general da capitania das Minas Dom Lourenço de Almeida em carta de 7 de maio do ano passado sobre os muitos e contínuos delitos que estão fazendo naquelas Minas [...] mulatos e negros, porque como não viam exemplo de serem enforcados e a justiça que deles se faz nessa

³³⁶ SILVA, António Delgado da, *Collecção da Legislação Portuguesa desde a ultima compilação das Ordenações. cit.*, p. 561.

³³⁷ CARNEIRO, Edson. *Ladinos e crioulos: Estudo sobre os negros no Brasil. cit.*, p. 21.

³³⁸ COSTA, Iraci Del Nero da; LUNA, Francisco Vidal. *De escravo a senhor. cit.*, p. 112.

³³⁹ AHU, Registro de Cartas Régias, Cód. 248, f. 335.

cidade da Bahia lhes não consta”. Por esse motivo, o Governador solicitara ao Rei que concedesse aos ouvidores gerais das comarcas de Minas a mesma jurisdição dada aos do Rio de Janeiro, de sentenciarem à morte os criminosos.

No ano seguinte, quando a capitania já se encontrava sob o governo do Conde Galvêas, uma Ordem Régia³⁴⁰ determinou que o Governador das Minas prestasse informações a respeito das inconveniências praticadas pelos negros forros na Capitania e da frequência com que eram concedidas as alforrias na região.

A resposta do Governador foi dada nos seguintes termos: “O que se me oferece dizer a Vossa Majestade em ordem aos negros forros é que estes ordinariamente são atrevidos, mas no mesmo tempo trabalham todos nas lavras do ouro, nas dos diamantes, nas roças e comumente faíscam para si de que se segue a Vossa Majestade a utilidade de seus quintos, que seriam menos se eles não minerassem, o número deles como os não distingue a cor nem o serviço dos mais escravos não é fácil o saber, porque não houve até agora quem o examinasse”³⁴¹. A respeito das alforrias, o Conde afirmou que muitas delas eram feitas por gratidão de seus senhores em decorrência de algum serviço prestado e que outras eram adquiridas pelos escravos “com o dinheiro que ajuntam os mesmos negros”. Ele destacou que essas alforrias eram feitas sempre por pessoas interpostas, uma vez que pelas mãos do escravo “não seria fácil o conseguirem, porque os senhores lhe tomariam o dito como causa própria, não só por ser adquirido pelo escravo, mas porque certamente procedia dos furtos que lhe tinham feito”. Ainda sobre os mulatos forros, o Governador tinha uma visão particularmente interessante, que deve aqui ser transcrita: “os mulatos forros são mais insolentes porque a mistura que têm de brancos os enche de tanta soberba e vaidade que fogem ao trabalho servil com que poderiam viver e vive a maior parte deles como gente ociosa que se escusa a trabalhar”.

O fato de a maior parte desses libertos terem comprado sua própria alforria com o pecúlio adquirido enquanto ainda na condição de escravos deixava a Coroa preocupada com o equilíbrio do sistema escravista na Colônia. Por isso, já em 1733, nova ordem régia³⁴² foi enviada ao Governador, solicitando o levantamento do número de negros forros nas Minas. Em sua resposta ao Rei, o Conde explicava que os oficiais de milícia já haviam sido orientados para listar todos os libertos e suas respectivas ocupações. No entanto, tendo em vista a grandeza das terras mineiras, esse trabalho seria muito difícil e demandaria muito

³⁴⁰ APM – SC – Cód. 35 - "Originais de cartas e ordens régias e avisos - 1732-1734", f. 118.

³⁴¹ APM – SC – Códice 35, "Originais de cartas e ordens régias e avisos - 1732-1734", f. 118- 118v.

³⁴² APM – SC – Códice 35, cit., f. 130-130v.

tempo para ser executado em seu todo. Desse modo, enviava apenas as listas que já estavam disponíveis, salientando que essas já forneciam “um cômputo prudencial” da quantidade de negros forros que poderiam haver nas Minas.

Numa capitania marcada pelo crime e onde o contrabando era uma prática corriqueira, é totalmente compreensível que a classe dominante dessa sociedade não sentisse qualquer simpatia pelos negros forros e a eles imputasse a culpa por todos os delitos. Afirma, Julita Scarano, que “aos senhores, não interessava que seus escravos fossem acusados de descaminhos, roubo e morte. Além de muitas vezes se verem envolvidos nas contravenções, poderiam desse modo perder um escravo, que tanto lhes custara. É natural que tentassem envolver os grupos mais desprotegidos da população, evitando acusações que os prejudicassem e aos seus escravos. Chegavam mesmo a sugerir, como medida para se evitar o contrabando, que se aniquilassem arraiais habitados por forros e pardos: *Por quanto os ladrões, que mais perseguem, e roubão as terras dos Diamantes, são negros forros, mulatos, cabras, mestiços e outros desta qualidade*”³⁴³. Como se vê, o liberto negro era alvo da malquerença de uma sociedade que não o queria abrigar.

O autor Orlando Patterson entendia que os libertos se encontravam em uma situação de ambivalência, entre a escravidão e a liberdade, o que contribuía para a sua posição marginal na sociedade da época³⁴⁴. Essa população de negros e mulatos forros nas terras dos diamantes era considerada indigna de confiança e a sua própria existência, vivendo livremente de forma legal, causava imenso incômodo naquela sociedade escravocrata.

Tendo em vista a situação peculiar que se instaurara nas regiões mineiras, a Coroa Portuguesa buscou estabelecer uma política de controle social, não somente através da legislação opressora já descrita anteriormente, mas também intervindo “na organização da sociedade valendo-se de dispositivos institucionais e simbólicos aptos a promover uma integração administrada dos indivíduos negros, mestiços e forros que alcançavam algum sucesso em seus afazeres”³⁴⁵. Assim, embora ainda não tenham sido feitos estudos conclusivos a esse respeito, Scarano afirma que “parece ter havido muito mais rigorosa fiscalização da Coroa sobre as irmandades brasileiras do que em relação às que funcionavam

³⁴³ SCARANO, Julita. *Devoção e escravidão: a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantino no século XVIII. cit.*, p.119-120.

³⁴⁴ PATTERSON, Orlando. *Escravidão e morte social: um estudo comparativo*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008, p. 351-353.

³⁴⁵ SILVEIRA, Marco Antônio. *Acumulando forças: Luta pela alforria e demandas políticas na capitania de Minas Gerais (1750-1808)*. *Revista de História*, n. 158 (1º semestre de 2008), Universidade Federal de Ouro Preto, fl. 131-156, p. 133.

em Portugal”³⁴⁶, em especial nas regiões das Minas, onde havia o constante temor de sedições de escravos. No Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora das Mercês³⁴⁷, com sede no Arraial do Tijuco, foi registrado um certo espírito de independência, sobretudo de crioulos e pardos.

O aumento significativo da população negra e mestiça forra significava não apenas o aumento da criminalidade nas Minas. Muitos desses libertos conseguiram alcançar uma certa ascensão social e econômica, como é o caso daqueles que se tornaram proprietários de escravos. Isso significava uma ameaça para a elite branca local, uma vez que poderia acarretar um aumento da concorrência na disputa pelas riquezas minerais. Daí, seguiram-se novas situações de conflitos entre a população branca e essa nova classe de libertos, com maior poder econômico.

As irmandades atuaram de forma ativa no sentido de prestar auxílio na solução desses conflitos, inclusive no que diz respeito às alforrias. Mas é importante ressaltar que “as confrarias de pretos de Minas Gerais nunca tomaram posição contrária ao princípio da escravidão. Apenas em caráter individual e de exceção, podiam opor-se aos ‘maus senhores’, por exemplo, ou procurar a alforria deste ou daquele elemento, quando possível”³⁴⁸. Elas lutaram pela melhoria das condições de vida dos homens de cor, sem, contudo, infringir a lei, pois o próprio controle exercido pelas autoridades impedia que essas organizações atuassem no sentido de contribuir com revoltas escravas. Nesse sentido, Scarano relata que “não conhecemos compromissos do século XVIII que tenham como uma das metas o trabalho em favor da libertação dos cativos. Isso só acontecerá no século XIX, quando se disseminarem os ideais abolicionistas”³⁴⁹.

No entanto, é certo que o desejo de se alcançar a liberdade faz parte dos ideais das confrarias de negros, mesmo que de forma oculta e disfarçada. Certamente, essas associações contribuíram para a formação do pensamento político dos homens de cor, possibilitando a conscientização de sua situação de vulnerabilidade social. Era através dessas confrarias que os escravos e libertos – os elementos mais desfavorecidos da população – tinham a oportunidade de se reunir, contar suas experiências e pedir ajuda, nos casos mais extremos. Nesse meio,

³⁴⁶ SCARANO, Julita. *Devoção e escravidão: a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantino no século XVIII. cit.*, p.19.

³⁴⁷ Arquivo da Arquidiocese de Diamantina, Livro de Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora das Mercês, Tijuco, Manuscritos.

³⁴⁸ SCARANO, Julita. *Devoção e escravidão: a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantino no século XVIII. cit.*, p.83.

³⁴⁹ *Idem*, p. 85.

essas associações teriam sido atuantes, procurando obter algumas vantagens para esses grupos de indivíduos.

Essa atuação das irmandades, geralmente se referia à ação do senhor que maltratava seu escravo, quando a confraria tentava ajudá-lo, comprando-o de seu mau senhor ou lhe prestando outras ajudas possíveis. Auxiliavam ainda aqueles escravos que estavam em busca de sua libertação, como pode ser demonstrado no Compromisso do Serro³⁵⁰, que dizia: “Todas as vezes que qualquer Irmão ou Irmã desta Irmandade que por seus bons serviços alcançar carta de alforria e liberdade de seu senhor, e houver quem a queira encontrar, e o dº Irmão não tiver com q’ correr pleito pª a ditta sua liberdade e se valer da Irmandade darlheão os Irmãos todo o adjutório q’ pª a tal liberdade for necesrº e juntamente a todo o escravo que por mau captivo, e crueldade de seus senhores se quiser por em Liberdade”.

Como não era possível a essas irmandades combater o sistema escravista colonial, uma vez que eram organizações aprovadas pelo governo e que agiam sob a jurisdição da Mesa da Consciência e Ordens, buscavam ao menos dirimir o sofrimento dos negros e fornecer proteção aos libertos. Em tais irmandades, os negros e mestiços tinham um ponto de encontro onde podiam discutir e providenciar sobre assuntos relativos à sua liberdade e alforria, dando início à formação de uma consciência emancipadora em meio aos escravos.

3.3 As formas de aquisição da liberdade

Em uma sociedade essencialmente escravocrata como a brasileira, a alforria figurava como sendo o ato pelo qual o escravo conseguia sua liberdade, passando à condição de liberto. De acordo com Margarida Seixas, “a manumissão era, desde sempre, a forma mais comum de um escravo obter a liberdade”³⁵¹. Constituíam um dos modos de se findar o cativo, que também poderia se dar através da morte do escravo ou dos casos especificados em lei.

A alforria era regulamentada pelas Ordenações Filipinas, em seu livro IV, título LXIII, “Das doações e alforria, que se podem revogar por causa de ingratidão”³⁵². Embora a legislação tenha determinado a alforria como um ato de doação, ou seja, um instrumento legal através do qual o senhor de escravos passava a propriedade de seu escravo para o próprio escravo, a Doutrina tinha outro entendimento. Nesse sentido, Seixas afirma que, para a

³⁵⁰ Arquivo da Arquidiocese de Diamantina, Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, Serro do Frio, cap. 17, manuscrito.

³⁵¹ SEIXAS, Margarida. *Pessoa e Trabalho no Direito Português (1750-1878): Escravo, Liberto e Serviçal*. cit., p. 357.

³⁵² *Código Philippino*, cit., livro IV, título LXIII, cit., p. 863.

Doutrina, a “manumissão ou alforria não era verdadeiramente uma doação, uma vez que o dono do escravo não transmite a este último a propriedade; antes sacrifica a sua propriedade e aniquila-a, transformando a *res* num homem livre”³⁵³.

Este é também o entendimento de Cândido de Almeida, quando, em suas anotações às Ordenações Filipinas, transcreve as palavras de Savigny, em sua obra *Tratado de Direito Romano*. De acordo com esse autor, as alforrias “não são propriamente doações por que uma das partes abandona uma porção de seus bens e a outra adquire sua liberdade. Sem dúvida (palavras do cit. Savigny) o senhor que liberta um escravo sacrifica por liberalidade uma propriedade verdadeira, e de seu lado verificão-se as condições essenciaes da doação. O escravo libertado recebe o único benefício que um homem póde fazer a outro, porém o senhor não transmite ao libertado a propriedade do escravo. Esta propriedade fica completamente aniquilada, e a alforria cria um homem livre, um sujeito capaz de direito”³⁵⁴.

Através da análise do texto legal das Ordenações Filipinas, podemos estabelecer algumas classificações para a melhor compreensão das alforrias. Desse modo, elas podiam ser onerosas ou gratuitas. Por onerosas, entendemos que havia a imposição de alguma condição para que o escravo recebesse a alforria, que “nem sempre se traduzia num acto de clemência ou altruísmo desinteressado, uma vez que eram frequentemente estipuladas contrapartidas – entrega de um valor monetário ou prestação de serviços – ‘pagando’ o escravo (ou outro por ele) a sua liberdade”³⁵⁵.

Nesses casos, havia uma negociação entre o senhor e seu escravo, definindo o valor que o escravo teria que pagar ao senhor. O pagamento poderia ser feito através da entrega de uma quantia em ouro ou diamantes, em dinheiro ou mercadorias. A forma do pagamento seria definida de acordo com critérios como a idade, o sexo e as condições físicas do cativo e do relacionamento que este mantinha com seu senhor.

Já as manumissões gratuitas eram aquelas concedidas de forma incondicional, sem qualquer contraprestação por parte do escravo. São os casos em que não havia a imposição de uma condição para que o escravo recebesse a liberdade. Além disso, ele não tinha que pagar pela alforria. Ainda assim, de acordo com o texto legal, deveria haver o “consentimento dos que as fazem, e aceitação daquelles, a que são feitas, ou do Tabellião, ou pessoa, que per

³⁵³ SEIXAS, Margarida. *Pessoa e Trabalho no Direito Português (1750-1878): Escravo, Liberto e Serviçal*. cit., p. 357.

³⁵⁴ *Código Philippino*, cit., livro IV, título LXIII, cit., p. 863.

³⁵⁵ SEIXAS, Margarida. *Pessoa e Trabalho no Direito Português (1750-1878): Escravo, Liberto e Serviçal*. cit., p. 359.

Direito em seu nome pôde aceitar”³⁵⁶. Ou seja, mesmo quando a alforria era gratuita, dependia de um acordo entre senhores, escravos e terceiros, em alguns casos.

Havia situações em que era imposta uma condição para que a liberdade fosse concedida e, nesses casos, além dessa condição, poderia ou não haver a cobrança de um valor pecuniário. Essa seria uma alforria condicional, podendo ser paga ou não. As coartações poderiam ser incluídas como um tipo de alforria paga e condicionada, uma vez que envolvia o pagamento da alforria de forma parcelada e, por isso, era necessário estabelecer algumas condições para que esse pagamento fosse efetuado a contento.

Eduardo F. Paiva entende que a coartação tratava-se “de uma autocompra regida por um acordo verbal estabelecido entre senhor e escravo ou, como em muitos casos, por um documento denominado Carta de Corte, assinada pelo proprietário, mas não registrada em cartório, pelo menos costumeiramente. Na carta, as bases do acordo eram explicitadas, como o valor acertado, a periodicidade dos pagamentos, a delimitação da região por onde o coartado poderia andar à procura de trabalho e as penas a serem aplicadas caso o acordo não fosse rigorosamente cumprido pelo futuro liberto (seria reconduzido ao cativeiro e os pagamentos já efetuados seriam considerados jornais devidos)”³⁵⁷.

Quando era permitido ao escravo afastar-se do domínio de seu senhor, com a finalidade de adquirir o pecúlio necessário para o pagamento da alforria, seu sustento deixava de ser responsabilidade do senhor. O escravo teria então, que pagar por sua habitação, vestimentas, alimentação e demais despesas que fossem necessárias para a sua sobrevivência. Durante esse período acordado, o escravo não poderia ser vendido para terceiros. É importante ressaltar que esses benefícios, dados ao escravo através da coartação, não faziam com que ele deixasse de ser escravo.

A dinâmica envolvendo a aquisição da liberdade pelos escravos nos faz compreender que as alforrias ocorriam de formas diversas, mudando de acordo com a época e a região em que foram efetuadas. No caso da região das Minas Setecentistas, ainda de acordo com Paiva, a maior parte das alforrias foram pagas pelos próprios escravos, sendo muitas através de coartação, que se tornou um costume amplamente reconhecido e praticado. Nessa época, não havia o costume de registrar as Cartas de Corte em cartório e “a maioria dos acordos foi finalizada sem maiores problemas e quase sem registro algum. São exceções as ligeiras

³⁵⁶ *Código Philippino, cit.*, livro IV, título LXIII, *cit.*, p. 863-864.

³⁵⁷ PAIVA, Eduardo França. *Coartações e alforrias nas Minas Gerais do século XVIII: as possibilidades de libertação escrava no principal centro colonial*. Artigo (FFLCH – USP), *Revista de História*, v. 133, São Paulo, 2º semestre de 1995, p. 49-57, p. 51.

menções em testamentos, inventários e em documentos que, por algum motivo, enfocavam o escravo que se encontrava coartado. Essas menções, porém, são excelentes indicativos da recorrência e do sucesso das coartações em Minas”³⁵⁸. A coartação foi um recurso importante para que a população escrava conseguisse sua libertação.

No caso da região diamantífera da Comarca do Serro do Frio, existiam outras formas de se alcançar a liberdade, sendo uma delas descrita por Margarida Seixas como “a libertação do escravo por via legal”³⁵⁹. A Lei de 24 de dezembro de 1734³⁶⁰, ordenava que o escravo que encontrasse diamante “de peso de 20 quilates ou daí para cima” ficasse forro e “se lhe passará carta de alforria [...] e se darão a seu dono pelo valor do mesmo escravo 400\$000 réis”. Nos casos em que um diamante de peso de 20 quilate não fosse devidamente entregue ao Superintendente da Casa de Fundição e “sendo o denunciante escravo se lhe dará a liberdade e ao seu senhor os 400\$000 réis pelo valor dele”. Se a denúncia do escravo se referisse a seu senhor, “o escravo ficará livre e se lhe darão 200\$000 réis” e seu senhor não receberia nada pelo valor de seu escravo. Havia ainda os casos em que os ditos diamantes eram extraviados para fora dos domínios do Reino. Se um escravo denunciasse esses descaminhos, “e sendo as tais denúncias por escravos dos mesmos culpados se lhe dará a liberdade em prêmio delas; e sendo escravo alheio, além da liberdade, se darão a seu dono 400\$000 pelo valor dele”. Essas eram alforrias concedidas pela lei em recompensa de um ato praticado pelo próprio escravo.

Outra possibilidade de alforria determinada pela lei, estava prevista na Provisão de 29 de novembro de 1779³⁶¹, que autorizava as Irmandades Religiosas a “comprar aqueles escravos que forem irmãos”, em duas situações: quando seus senhores “os quiserem vender para fora do Reino” e quando “os ditos senhores dos escravos os tratem com excessos de castigos corporais que se façam ofensivos das regras da humanidade”.

Essas Irmandades atuaram de forma ativa no sentido de auxiliar aqueles escravos que buscavam a liberdade, funcionando “quase como um banco de alforria, que adiantava o dinheiro necessário mediante garantias, dando oportunidade ao irmão de ir saldando

³⁵⁸ *Idem*, p. 52.

³⁵⁹ SEIXAS, Margarida. *Pessoa e Trabalho no Direito Português (1750-1878): Escravo, Liberto e Serviçal*. cit., p. 371.

³⁶⁰ Biblioteca Nacional de Lisboa, Seção de Manuscritos e Reservados, Collecção Josephina, PBA, Cod. 453, fls. 27-28v, transcrita por Sílvia Hunold Lara, *Legislação sobre escravos africanos na América Portuguesa*, cit., pp. 290-291.

³⁶¹ SILVA, António Delgado da, *Collecção da Legislação Portuguesa desde a última compilação das Ordenações*, Legislação de 1775-1790, Lisboa: Typografia Maignense, 1829, pp. 479-480.

posteriormente a dívida”³⁶². Independentemente de qual fosse a razão, o certo é que as Irmandades sempre se interessaram em obter a liberdade de sua gente, mesmo que tal ação não tenha alcançado um campo vasto e significativo.

Por fim, destacamos uma vertente demonstrada por alguns autores como Katia Mattoso, que afirma que os escravos encontraram outras formas de resistir ao escravismo, alcançando a liberdade através da alforria concedida voluntariamente por seus senhores, como um presente que resulta de seu bom comportamento, bons serviços e fidelidade. Ela ressalta o “caráter dessa vida de duas caras, dupla hierarquia, dupla moral e dupla regra de conduta, única solução possível, visto que a repulsa violenta que é a fuga ou a revolta quase sempre são frustradas. [...] Na verdade o escravo termina por adaptar-se, acomodar-se; mas se continuasse escravo, sem possibilidades de promoção individual, ele se integraria de maneira imperfeita ao corpo social global. Somente ao tornar-se homem livre, ou ao menos quando começa a divisar a possibilidade de alforriar-se, é que o escravo cruza a passagem que transforma o prisioneiro infeliz num ambicioso alerta, movido por uma esperança tenaz. Então, adapta-se verdadeiramente a seu meio [...] através da astúcia, arma eficaz dos fracos e dos oprimidos, arma que possibilita ao escravo fingir-se obediente, fiel e humilde ante seus senhores, escravo fraternal e digno junto aos companheiros de servidão”³⁶³.

Desse modo, adaptar-se ao sistema, assumindo uma postura servil e obediente, poderia ser uma estratégia para criar a possibilidade de se libertar. As alforrias poderiam ser concedidas pelo senhor, em testamento, como uma forma de recompensar o escravo “pelos bons serviços prestados, por caridade, por afeto e até por gratidão.”³⁶⁴ Nas Minas Setecentistas, os testamentos constituíam meios através dos quais os senhores buscavam redimir suas atitudes em vida, com o objetivo de alcançar a graça divina na hora da morte. Assim, afirma Maria Luiza Marcólio que “até meados do século XVIII, a preocupação religiosa é mais importante que o legado dos bens. O testamento era então um documento para a salvação da alma, era uma verdadeira prece generosa feita a Deus, à gloriosa Virgem Maria e aos intercessores celestes ante a morte iminente. Só mais tarde ele tornou-se um texto que apenas regulamentava as questões materiais”³⁶⁵. Esse foi um dos motivos para que

³⁶² SCARANO, Julita. *Devoção e escravidão: a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantino no século XVIII*. cit., p. 86.

³⁶³ MATTOSO, Katia M. de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. cit., p. 167.

³⁶⁴ PAIVA, Eduardo França. *Coartações e alforrias nas Minas Gerais do século XVIII: as possibilidades de libertação escrava no principal centro colonial*. cit., p. 50.

³⁶⁵ MARCÓLIO, Maria Luiza. A morte de nossos ancestrais. In: MARTINS, José de Souza. (org.) *A morte e os mortos na sociedade brasileira*. São Paulo, Hucitec, 1983, p. 68.

escravos se tornassem herdeiros ou legatários de seus senhores, recebendo a manumissão por testamento.

4 Conclusão

O trabalho ora apresentado mostra o resultado de uma pesquisa que procurou ampliar os debates que contemplam a escravidão no Brasil, no período da Mineração Diamantina, sob uma nova perspectiva, valorizando as experiências do escravo e suas ações de resistência contra o sistema escravista. Outro ponto destacado é a ideia do direito do escravo e do liberto, que confirmam a importância das relações tecidas e consolidadas no cotidiano do trabalho nas Minas Gerais, especificamente no Distrito Diamantino, entre os cativos, os forros, os senhores e as autoridades a quem eles estavam subordinados.

O Distrito Diamantino, ao longo do período em que a mineração dos diamantes viveu o seu auge, foi marcado por uma legislação rigorosa imposta pela Coroa Portuguesa. Esta, sempre buscou exercer o controle sobre a produção das pedras preciosas, com a finalidade de regular seu valor no mercado mundial, mantendo-o estável. Além de controlar o processo de extração mineral, era ainda de interesse das autoridades, garantir que a população diamantina cumprisse as determinações legais.

No entanto, “o viver dentro da Demarcação resultou em relações complexas, fruto dos embates entre diversos segmentos sociais, intermediado pelas autoridades, que entretanto nunca conseguiram limitar a sociedade aos estreitos limites da lei”³⁶⁶. O que pudemos observar, através deste estudo, foi uma constante reedição de leis, sempre em busca dos mesmos objetivos que não conseguiam ser alcançados.

O Regimento Diamantino se enquadra nesse panorama, tendo em vista que foi uma legislação que consolidou leis anteriormente editadas, ampliando-as ou completando-as. Constituiu-se em um conjunto de normas que pouco trouxe de novo para uma região onde a legislação já era opressora e onde as autoridades sempre tiveram dificuldades em fazê-la ser cumprida.

Através deste estudo, demonstramos que o Regimento não propiciou o total isolamento do Distrito Diamantino em relação às autoridades da Capitania Mineira, nem mesmo a tão proclamada autonomia do Intendente, que esteve sempre subordinado ao Governador das Minas, cujo poder não podia ser ignorado. Neste sentido, relembramos os

³⁶⁶ FURTADO, Júnia Ferreira. *O livro da capa verde: o regimento Diamantino de 1771 e a vida no Distrito Diamantino no período da real extração*. cit., p. 63.

artigos XXVI e XXVII³⁶⁷ do Regimento, que atribuíam expressamente ao Governador, o poder de dar ordens de busca ou despejo, bem como determinar diligências dentro da demarcação.

O Distrito Diamantino, assim como o restante da Capitania, foi ainda marcado por uma população onde a preponderância de negros foi determinante para a constituição de sua sociedade. Aqueles que se destinaram ao trabalho nas lavras de diamantes, conheceram uma jornada de trabalho exaustiva e vivenciaram uma realidade dura e desumana, como foi possível constatar por meio dos relatos médicos proferidos por José Antônio Mendes e Luís Gomes Ferreira.

À vista disto, é importante pensar nas próprias ações e atitudes de escravos para conquistar a liberdade. Escravos negociaram e buscaram formas de não se condicionar às situações impostas por seus senhores. As situações expostas nesta dissertação, evidenciaram as percepções de escravos e libertos quando subtraídos dos seus direitos, expondo assim, realidades e impressões sobre escravos e seus senhores, bem como as relações difíceis entre os senhores e as autoridades a que tinham de se submeter.

Às inúmeras enfermidades que acometiam os negros nas regiões mineiras, somamos os muitos castigos a que estavam sujeitos, caso incorressem em atitudes ilegais ou contra as regras impostas por seus senhores. Muitos negros cativos buscaram alternativas de se rebelar contra o domínio imposto pelos brancos, demonstrando que “o escravo não foi aquele objeto passivo que apenas observa a história”. Eles constituíram “um componente dinâmico permanente no desgaste ao sistema, através de diversas formas, e que atuavam, em vários níveis, no processo do seu desmoronamento”³⁶⁸.

No presente estudo, demonstramos as formas de resistência escrava, onde as fugas se revelaram como um recurso muito usado pelos negros cativos, acarretando a formação dos quilombos. Todavia, a análise da chamada “nova história”, nos possibilitou compreender que os escravos usaram de outros meios para alcançarem seu objetivo maior, qual seja, a liberdade.

Assim, muitos escravos adotaram estratégias de resistência mais astutas, fingindo uma obediência e servilismo que faziam seus senhores considerarem-nos bons servos e, por conseguinte, concedendo-lhes a alforria. Vimos, nesse trabalho, como a região das Minas se

³⁶⁷ SILVA, António Delgado da. *Collecção da Legislação Portuguesa desde a ultima compilação das Ordenações*, cit., p. 558.

³⁶⁸ MOURA, Clóvis. *Os Quilombos e a Rebelião Negra*. cit., p. 8.

constitui em um ambiente singular para o escravismo, onde os cativos encontraram maiores e melhores condições de adquirir a tão almejada liberdade.

Este estudo também fez uma abordagem acerca das formas de aquisição da alforria, elencando aquelas que mais ocorreram nas regiões estudadas. Dentre elas, as mais usuais foram as coações, ou seja, quando os escravos pagavam por sua liberdade de forma parcelada. Esse acabou sendo um sistema amplamente utilizado pelos escravos mineiros. Concluimos, assim, que nas regiões de exploração diamantífera, os escravos conseguiram meios de adquirir a alforria, uma vez que tinham a possibilidade de acumular pecúlio para o pagamento de suas manumissões, fosse através do extravio dos diamantes ou através de atividades que exerciam de forma paralela ao cativeiro.

Assim, as ações de liberdade foram importantes recursos utilizados por escravos e libertos no Distrito Diamantino, evidenciando a percepção destes autores, os escravos, sobre o direito de serem ou não livres. Homens e mulheres, muitos deles já nascidos no Brasil, foram protagonistas de suas próprias histórias de liberdade, entre caminhos e descaminhos por eles percorridos, sempre na esperança de um dia conquistarem a liberdade, o que lhes garantiria também, o direito de posse às pedras tão cobiçadas por seus senhores, pela Europa e pela Coroa Portuguesa, as tão almejadas pedras, os “Diamantes de Diamantina”.

Referências Bibliográficas

- ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas Drogas e Minas*, com um estudo bibliográfico por Afonso de E. Taunay. São Paulo, Companhia Melhoramentos, 1923.
- BENCI, Jorge. *Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos*. (1705) São Paulo, Grijalbo, 1977.
- BOXER, Charles R., *A idade do ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial*. 3 ed. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
- CALDEIRA, Arlindo Manuel. *Escravos e traficantes no Império Português – O comércio negreiro português no Atlântico durante os séculos XV a XIX*. Lisboa, Bertrand, 2013.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*. São Paulo: Difel, 1962.
- CALÓGERAS, João Pandiá. *As Minas do Brasil e sua Legislação*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1905. V. 1 e 2.
- CARNEIRO, Edson. *Ladinos e crioulos: Estudo sobre os negros no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1964.
- CARRARA, Ângelo Alves. *Desvendando a riqueza na terra dos diamantes*. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, v. 41, julho/dezembro, 2005.
- CARRARA, Ângelo Alves. *Receitas e despesas da Real Fazenda no Brasil, século XVIII: Minas Gerais, Bahia, Pernambuco*, 2009.
- CARVALHO, Daniel. *Formação Histórica das Minas Gerais, in Primeiro Seminário de Estudos Mineiros*, Belo Horizonte, Imprensa da UMG, 1957.
- CHAVES, Cláudia Maria das Graças. *Perfeitos negociantes: mercadores das minas setecentistas*. São Paulo: Annablume, 1999.
- Código Costa Matoso. *Coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que se fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das do Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749 e vários papeis*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1999.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. 4. ed. – São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.
- COSTA, Iraci Del Nero da; LUNA, Francisco Vidal. *De escravo a senhor*. Artigo, *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, v. 41, julho/dezembro, 2005, p. 106-115.
- COTTA, Francis A. *No rastro dos Dragões: universo militar luso-brasileiro e as políticas de ordem nas Minas setecentistas*. Tese de Doutorado, Belo Horizonte: UFMG, 2005.
- COURCY, Visconde Ernest de. *Seis Semanas nas Minas de Ouro do Brasil*. Tradução

Júlio Castañon Guimarães, Estudo Crítico Douglas Cole Libby. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1997.

COUTINHO, J. J. da Cunha Azeredo. *Análise sobre a Justiça do Comércio de Resgate dos Escravos da Costa da África, novamente revista e acrescentada por seu autor. (1808)* In: Sergio Buarque de Holanda (org.) – Obras Econômicas de J. J. da Cunha Azeredo Coutinho. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1966.

GARDNER, George. *Viagem ao interior do Brasil, principalmente nas províncias do Norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841*. Trad. Milton Amado. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975.

DEAN, Warren. *A ferro e a fogo: a história e a devastação da mata atlântica brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

ESCHWEGE, W. L. von. *Pluto Brasiliensis*. Trad. Domício de Figueiredo Murta. Belo Horizonte: Itatiaia, 1985. V. 1 e 2.

FERREIRA, Luís Gomes. *Erário mineral*. Org. Júnia Ferreira Furtado. Rio de Janeiro: Fiocruz; Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro. 2002.

FRIEIRO, Eduardo. *Angu, feijão e couve*. Belo Horizonte: Itatiaia. 1982.

FIGUEIREDO, Luciano. *O Averso da Memória: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII*. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: Edunb, 1993.
FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. Editora Fundo de Cultura, Rio de Janeiro, 1961.

FURTADO, Júnia Ferreira. *Distrito Diamantino: o avesso da memória*. Varia Historia, Belo Horizonte/UFMG, v.12, p.80-94, 1993.

FURTADO, Júnia Ferreira, *Chica da Silva e o contratador dos diamantes – O outro lado do mito*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

FURTADO, Júnia Ferreira. *O livro da capa verde: o regimento Diamantino de 1771 e a vida no Distrito Diamantino no período da real extração*. São Paulo: Ed. Annablume, 1996.

GENOVESE, Eugene Dominick. *A terra prometida: o mundo que os escravos criaram*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Brasília: CNPQ, 1988.

GOMES, Flávio dos Santos. *História de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GOULART, José Alípio. *Da Palmatória ao Patíbulo*. Rio de Janeiro, Ed. Conquista/INL, 1971.

GOULART, Maurício. *A escravidão africana no Brasil: das origens à extinção do tráfico*. 3. ed. São Paulo, Alfa-Ômega, 1975.

GUSMÃO, Sebastião Silva; Maria Cláudia Almeida Orlando Magnani, Silvio Pereira Ramos Júnior. *Hospital do contrato Diamantino, Santa Casa de Diamantina e Hospício da Diamantina*. 2012. Artigo, Revista Médica de Minas Gerais, Faculdade de Medicina da UFMG, Belo Horizonte, Minas Gerais.

IANNI, Octávio. *As metamorfoses do escravo*. São Paulo: Editora Difel, 1962.

JUSTO, António dos Santos. *A escravatura em Roma*. Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, vol. LXXIII, 1997.

KARASCH, Mary. *A Vida dos Escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

LARA, Silvia Hunold. *Campos da violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LARA, Sílvia Hunold. *Legislação sobre escravos africanos na América Portuguesa*, in José Andrés-Gallego (coord.), *Nuevas Aportaciones a la Historia Jurídica de Iberoamérica*, publicação digital, Madrid: Fundación Histórica Tavera/Digibis, 2000.

LARA, Silvia Hunold. *"O castigo exemplar" em campos da violência*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LEITE, Ilka Boaventura. *Antropologia de viagem: Escravos e Libertos em Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 1996.

LIMA JR. Augusto de. *A capitania de Minas Gerais*, Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1978.

LIMA, Lana Lage da Gama. *Rebeldia negra e abolicionismo*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1981.

Manuscrito da Biblioteca Nacional de Lisboa, citado por LIMA JÚNIOR, Augusto de. *A História dos diamantes em Minas Gerais no século XVIII*. Rio de Janeiro: Edições Dois Mundos. 1945; pp.49-58.

MACHADO FILHO, Aires da Mata. *Arraial do Tijuco, cidade Diamantina* – 3. Ed – Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.

MACHADO FILHO, Aires da Mata. *O negro e o garimpo em Minas Gerais* – 2. Ed – Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1964.

MALHEIRO, Agostinho Marques Perdigão. *A Escravidão no Brasil. Ensaio Histórico, Jurídico, Social*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1866.

MARTINS, Marcos Lobato. *Breviário de Diamantina: uma história do garimpo de Diamantes nas Minas Gerais (século XIX)*. 1. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014.

MATTOS, Hebe Maria. “A escravidão moderna nos quadros do Império português: o Antigo Regime em perspectiva atlântica”, *O Antigo Regime nos Trópicos – A Dinâmica Imperial Portuguesa (séculos XVI-XVIII)*, org. João Fragoso, Maria Fernanda Bicalho e Maria de Fátima Gouvêa, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, pp. 143-162.

MATTOSO, Katia M. de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

MAWE, John. *Viagens ao interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1978.

MENDES, José Antônio. *Governo de Mineiros mui necessário para os que vivem distantes de professores seis, oito, dez e mais léguas, padecendo por esta causa os seus domésticos e escravos queixas, que pela dilação dos remédios se fazem incuráveis, e as mais das vezes mortais*. Lisboa, Na Oficina de Antônio Rodrigues Galhardo, Impressor da Real Mesa Censória, 1770.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo; Rui Ramos (coord); Bernardo Vasconcelos e Sousa. *História de Portugal*, Lisboa: Bertrand, 2009.

MOURA, Clóvis. *Os Quilombos e a Rebelião Negra*. 7. ed. São Paulo, Editora Brasiliense, 1987.

MOURA, Clóvis. *Rebeliões da Senzala: Quilombos, Insurreições e Guerrilhas*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.

NEVES, Maria de Fátima Rodrigues das. *Documentos sobre a escravidão no Brasil*. 3 ed. – São Paulo: Contexto, 2002.

PAIVA, Eduardo França. *Coartações e alforrias nas Minas Gerais do século XVIII: as possibilidades de libertação escrava no principal centro colonial*. Artigo (FFLCH – USP), Revista de História, v. 133, São Paulo, 2º semestre de 1995, p. 49-57.

PATTERSON, Orlando. *Escravidão e morte social: um estudo comparativo*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

PAIVA, Eduardo França. *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII*. Estratégias de resistência através dos testamentos. 2. ed. São Paulo: Annablume, 1995.

PEREGALLI, Enrique. *Escravidão no Brasil*. 3ª ed. São Paulo: Global, 1997.

PIMENTEL, Maria do Rosário. *Viagem ao fundo das consciências. A escravatura na época moderna*. Lisboa, Ed. Colibri, 1995.

PINSKY, Jaime. *A escravidão no Brasil: As razões da escravidão/Sexualidade e vida cotidiana/As formas de resistência*. 18. Ed. revisada e ampliada – São Paulo: Contexto, 2001.

PÔRTO, Ângela. *O Sistema de saúde do Escravo no Brasil do século XIX: doenças, instituições e práticas terapêuticas*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2006.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 23ª ed. São Paulo, Brasiliense, 2001.

RAMOS, Artur. *Castigos de Escravos*. Revista do Arquivo Municipal de São Paulo. 47: 1938.

REIS, José João; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

REIS, Liana Maria. *Crimes e escravos na capitania de todos os negros (Minas Gerais, 1720-1800)*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008.

RIBEIRO, Márcia Maria. *Nem nobre, nem mecânico: a trajetória social de um cirurgião na América Portuguesa no século XVIII*. Artigo (Programa Jovem Doutor – FAPESP), Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

RIBEIRO, Mônica da Silva. “Razão de Estado” e o pombalismo. Os modos de governar na administração de Gomes Freire de Andrada. In: FALCON, Francisco José Calazans; RODRIGUES, Cláudia. (Orgs.). *A “Época pombalina” no mundo luso-brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2015, p. 91-124.

ROCHA, Pe. Manoel Ribeiro. *Ethiope resgatado, empenhado, sustentado, corrigido, instruído e libertado. Discurso teológico-jurídico em que se propõe o modo de comerciar, haver e possuir validamente, quanto a um e outro foro, os pretos cativos africanos e as principais obrigações que concorrem a quem deles se servir*. Lisboa, Oficina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1758.

ROCHA, Manoel Ribeiro. *Ethiope resgatado, empenhado, sustentado, corrigido, instruído, e libertado*. (1758) (ed. Paulo Suess) Petrópolis, Vozes/CEHILA, 1992.

SAINT-HILARE, Auguste de. *Viagens pelo Distrito dos Diamantes e litoral do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1979.

SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do Distrito Diamantino da Comarca do Serro*. Rio de Janeiro, Typographia AMERICANA, 1868.

SCARANO, Julita. *Devoção e escravidão: a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantino no século XVIII*. São Paulo, Conselho Estadual de Cultura, 1975.

SEIXAS, Margarida. *Pessoa e Trabalho no Direito Português (1750-1878): Escravo, Liberto e Serviçal*. Lisboa, AAFDL, 2016.

SERRÃO, José Vicente Serrão. O quadro económico. In: MATTOSO, José. (Dir.). *História de Portugal: o Antigo Regime (1620-1807)*. Lisboa: Círculo de Leitores, v.4, 1993, p. 74-117.

SILVEIRA, Marco Antônio. *Acumulando forças: Luta pela alforria e demandas políticas na capitania de Minas Gerais (1750-1808)*. Artigo, Revista de História, v. 158 (1º semestre de 2008), Universidade Federal de Ouro Preto, fl. 131-156.

SPIX e VON MARTIUS. *Viagem pelo Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. (trad.) São Paulo, Cia das Letras/CNPq, 1988.

TURLEY, David. *História da Escravatura*. Lisboa: Editora Teorema, 2000.

VEIGA, José Pedro Xavier da. Efemérides Mineiras. Ouro Preto: Imprensa Official do Estado de Minas, 1897.

Legislação

Código Philippino, ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal recopiladas por mandado d'ElRey D. Philippe I. (1603) (Ed. Cândido Mendes de Almeida) 14^a. ed., Rio de Janeiro, Typ. Do Instituto Philomathico, 1870.

SILVA, António Delgado da. *Collecção da Legislação Portuguesa desde a ultima compilação das Ordenações*, Legislação de 1763-1774, Lisboa: Typografia Maigrense, 1829, pp. 551-564.

SIMÕES, Joaquim Isidoro. *Collecção de Leis do Brazil de 1808*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891.